ACTIVIDADES FÍSICAS DE AVENTURA NA NATUREZA NA COMUNIDADE URBANA VALIMAR – PASSOS PARA A SUA COMPREENSÃO

Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências do Desporto na área de especialização de Gestão Desportiva, ao abrigo do Decreto-Lei nº216/92 de 13 de Outubro.

Projecto parcialmente financiado pelo PAFID – Plano de Apoio Financeiro do Instituto do Desporto.
PAFID nº282/2005

Orientadora: Profª. Doutora Ana Luísa Pereira

CARLOS JORGE FERNANDES MOTA

Novembro de 2006

Ficha de catalogação:

Mota, C. (2006). Actividades Físicas de Aventura na Natureza na Comunidade Urbana Valimar: passos para a sua compreensão. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências do Desporto na área de especialização de Gestão Desportiva, ao abrigo do Decreto-Lei nº216/92 de 13 de Outubro.

PALAVRAS-CHAVE: ACTIVIDADES FÍSICAS DE AVENTURA NA NATUREZA, TURISMO, DESPORTO, AUTARQUIAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a contribuição e o apoio de algumas pessoas. Assim, neste momento todas as palavras me parecem insuficientes para expressar a gratidão pela dedicação e o interesse que sempre demonstraram. Por tudo, gostaria de expressar os meus mais sinceros agradecimentos:

À Professora Doutora Ana Luísa Pereira, pelo seu rigor e perfeccionismo, pelo seu sentido crítico, mas também pelos conselhos e disponibilidade em acompanhar e incentivar nos momentos mais difíceis.

Ao Professor Doutor Pedro Sarmento, pelo incentivo e pela simplicidade com que se torna uma referência para os alunos.

A todos os responsáveis pelas entidades públicas e privadas que me disponibilizaram informação e a todos os vereadores por terem tornado este trabalho possível.

À Paula pelo que nos une, pela admiração, pelo orgulho que tenho em seres a minha companheira.

Aos meus pais pelos valores e por estarem sempre presentes.

A todos os meus amigos que sempre me apoiaram, com um sentimento especial para os adoptados Óscar e Marco.

Ao Sérgio pela colaboração, amizade e sentido profissional.

A Todos o meu muito obrigado.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS III
RESUMO IX
ABSTRACT XI
RÉSUMÉ XIII
LISTA DE ABREVIATURAS XV

1. NTRODUÇÃO 01

2. SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 07
2.1 Valores da sociedade contemporânea 07
2.2 O corpo na sociedade contemporânea 10
2.3 Sociedade de consumo 13

3. DESPORTO E AMBIENTE 17
3.1 Regresso do Homem ao meio natural 17
3.2 O regresso do Homem ao meio natural e a preservação ambiental 20
3.3 Actividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) 23

4. DESPORTO E TURISMO 27
4.1 As tendências evolutivas do Turismo 27
4.2 A evolução do Turismo mundial 30
4.3 O Turismo em Portugal 34

5. AS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DAS AFAN 39
5.1 Caracterização das Organizações Promotoras das AFAN 39
5.2 Enquadramento Legal 42

6. REGIÃO DE TURISMO DO ALTO MINHO 49
6.1 Caracterização da Região de Turismo do Alto Minho 49
6.1.1 Caracterização Geográfica 49
6.1.2 Produtos turísticos 51
6.1.3 Procura Turística 54
6.2 Turismo Activo 55

7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 61
7.1 Definição de Desenvolvimento Sustentável 61
7.2 Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 64
7.3 O contributo das organizações promotoras das AFAN para o desenvolvimento sustentável 69
7.4 O contributo dos municípios para o desenvolvimento sustentável 75

8. OS MUNICÍPIOS 77
8.1 Enquadramento Legal 77
8.1.2 Atribuições e Competências na área do Desporto 80
8.1.3 Atribuições e Competências na área do Ambiente 80
8.1.4 Atribuições e Competências na área do Turismo 81
8.2 Associação de Município Valimar Com Urb 82
8.2.1 Criação da Valimar Com Urb 83
8.2.2 Enquadramento Legal 84
8.2.3 Caracterização e potencialidades da Valimar Com Urb 86
8.2.4 Áreas de Intervenção da Valimar Com Urb 87

9. CAMPO METODOLÓGICO 93
9.1 Grupo de Estudo 93
9.2 *Corpus* de Estudo 94
9.3 A Entrevista 95
9.3.1 Processo de Construção das Entrevistas 96
9.3.2 Processo de Realização das Entrevistas 97
9.4 Análise de Conteúdo 97
9.4.1 Construção do sistema de categorias 99
9.4.2 Justificação do sistema de categorias 102

10. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 107
10.1 Organizações Promotoras das AFAN 107
10.1.1 Analise da Categoria – Entidade 107
10.1.2 Analise da Categoria – Parcerias 118
10.1.3 Analise da Categoria – Actividades 123
10.1.4 Análise da categoria – Legislação 134
10.1.5 Análise da Categoria – Sustentabilidade 138
10.2 Autarquias
10.2.1 Análise da Categoria – Potencialidades do município 142
10.2.2 Análise da Categoria – Desporto 144
10.2.3 Análise da Categoria – Sustentabilidade 149
10.3 Relação entre Categorias 153

CONCLUSÕES 157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 163
ANEXOS
Anexo 1 – Guiões das Entrevistas XVIII
Anexo 2 – AFAN promovidas pelas organizações que operam na *Valimar Com Urb* XXIV
Anexo 3 – Sistema Categorial XXXIV

RESUMO

Os valores que caracterizam a sociedade contemporânea são distintos dos da sociedade que a antecedeu, reflectindo-se em mudanças a nível social, cultural, político e económico (Gevilla, 1993). Também no desporto surgem alterações, assistindo-se ao aumento de actividades que se desenvolvem na natureza e de organizações públicas e privadas que as comercializam (Betrán, 1995). O interesse por estas actividades leva-nos a considerar que o turismo activo poderá ser um importante produto turístico para os municípios da Valimar Com Urb. Neste sentido, os objectivos deste trabalho foram I) analisar como se encontram estruturadas estas organizações, II) descrever as actividades que são promovidas por elas, III) Identificar diferenças entre as organizações públicas e privadas, IV) analisar se a legislação é adequada, V) analisar de que forma estas organizações integram uma estratégia de desenvolvimento sustentável perspectivada pelos municípios. Para tal, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas a seis responsáveis por organizações e a três responsáveis autárquicos. Os textos obtidos foram posteriormente sujeitos à análise de conteúdo (Bardin, 2004 e Vala, 1996) da qual surgiram as seguintes categorias: Entidade, Parcerias, Actividades, Legislação, Sustentabilidade, resultantes das entrevistas aplicadas às organizações, e Potencialidades, Desporto, Sustentabilidade, resultantes das entrevistas realizadas aos responsáveis autárquicos. Os resultados obtidos permitiram-nos concluir que: I) nas associações, as actividades são promovidas por um número reduzido de sócios, II) nas empresas são realizadas pelos sócios-gerentes e por funcionários que trabalham a tempo inteiro ou a tempo parcial III) as actividades mais promovidas são: Caminhadas, Canoagem e *Paintball*, as que menos se realizam são *Canyoning*, *Rafting* e *Wind-surf*. A legislação actual é referida como um problema que limita o crescimento do sector. Em termos de desenvolvimento sustentável, não existe da parte dos municípios nenhuma estratégia definida que integre estas organizações.

PALAVRAS-CHAVE: ACTIVIDADES FÍSICAS DE AVENTURA NA NATUREZA, TURISMO, DESPORTO, LEGISLAÇÃO, AUTARQUIAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

ABSTRACT

The values that shape contemporary society are different from those which shaped it before, resulting in changes in a social, cultural, political and economic level (Gevilla, 1993). These changes are also reflected in sports, where we can see an increase of activities that occur in nature and of the public and private organizations that trade them (Betran, 1995). The interest for these activities makes us consider that active tourism may become an important touristic product to the city councils that belong to Valimar Com Urb. According to this idea, the aims oh this work were I) to analyse how these organizations are structured II) to describe their activities III) to identify differences between public and private organizations IV) to analyse if the legislation is correct V) to analyse in which way do these organizations take part in a strategy of sustained growth planned by the city councils VI) with that purpose, semi-structured interviews were made to six organizations' leaders and to three autarchic members. The achieved texts underwent subsequently a content analysis (Bardin 2004 and Vala 1996) from which arose the following categories: Entity, Partnerships, Activities, Legislation, Sustainability, which resulted from the interviews of the organizations, and Potentialities, Sports, Sustainability which resulted from the interviews of the autarchic members. The attained results allowed us to conclude that: I) in partnerships, activities are accomplished by a small number of partners II) in companies they are accomplished by the managers and employees who work in a full-time or part-time basis III) the most accomplished are: long walks, canoeing and paintball, and the least are, canyoning, rafting and windsurf. However the current legislation is referred to as a problem which restrains the growth of this area. In terms of sustainable growth, the city councils haven't got any defined strategy that integrates these organizations.

Key-Words – Physical activities of nature adventure, tourism, sports, legislation, city councils and sustainable growth.

RÉSUMÉ

Les Valeurs qui caractérisent la société contemporaine sonts différents de ceux qui caractérisent les sociétés anciennes, se reflétant par des changements ao niveau social, culturel, politique et économique Gervilla (1993). Au niveau du sport il y a aussi des changements, il y a une augmentation des activités en plein air et des organisations publiques et privés qui commercialisent ces activités (Betrán, 1995). L`intrêt pour ces activités nous permettent de considérer que le tourisme actif pourra être un produit pour les communes Valimar Com Urb. Da ce sens, les objectifs de ce travail sont ; I) Analyser comment sont structurées ces organisations II) Décrire les activités qui sont proposées pour ces organisations ; III) Identifier les différences entre les organisations publiques et les prives ; IV) Analyser si la législation est la convenable ; V) Analyser la forme comment ces organisations intègrent une stratégie de développement appuyer et mise en perspective par les communes. Pour cela, des estrevies semi-struturées ont été réalisé à six responsable par ces organisations et à trois responsables des communes. Les textes obterus ont été soumis à l`analyse de contenue (Bardin, 2004 e Vala, 1996) duquel ont surgi les suivantes catégories : L`individualité, Association, les activités, la législation, la sustentation, en resultat des entrevues faêtent aux organisations et les potentialités, le sport, la sustentabilité en resultat des entrevues faîtent aux responsables des communes.

Les résultats obtenus nous ont permis de conclure que: I) Dans les associations, les activités sont proposées pour un nombre réduit d`associé ; II) Dans les entreprises, elles sont faîtents pour les PDG et pour les fonctionnaires qui travail à plein temps ou à temps parciel ; III) Les activités les plus proposées sont la marche, Canoage et Paintball, les moins réalisées sont Canyoning, Rafting et Wind-surf. La législation actuelle est un problème qui limite le développement du secteur. En matière de développement sustentable, de la paint des communes il n`existe aucune stratégie défini qui intègre ces organisations.

Mots-clés : Activités physiques d`aventure en plein air, tourisme, sport, législation, les communes, développement sustentable

LISTA DE ABREVIATURAS

AFAN – Actividades Físicas de Aventura na Natureza

ANETURA – Associação Nacional de Empresas de Turismo Activo

BTT – Bicicleta todo-o-terreno

CNUAD – Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento

C. T. P. – Confederação do Turismo de Portugal

D. G. T. – Direcção Geral do Turismo

DL – Decreto-Lei

DR – Decreto Regulamentar

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ICEP – Instituto de Empresas para Mercados Externos

ICN – Instituto de Conservação da Natureza

IGAE – Inspecção-Geral de Actividades Económicas

ITP – Instituto de Turismo de Portugal

IDP – Instituto de Desporto de Portugal

O. M. T. – Organização Mundial do Turismo

PNPG – Parque Nacional Penêda Gerês

PIB – Produto Interno Bruto

PPLBB – Área de Paisagem Protegida das Lagoas de Bertiandos

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RTAM – Região de Turismo do Alto Minho

TAB – Tonelagem de Arqueação Bruta

VALIMAR COM URB – Associação de municípios constituída pelas autarquias de Arcos de Valdevez, Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo

INTRODUÇÃO

"Cada época tem o seu desporto porque tem o seu cidadão. Um e outro resultantes de mutações sociais, sobretudo no plano dos valores, dos direitos, dos interesses, dos problemas e das necessidades"

Bento (1997)

Os valores que norteiam a sociedade contemporânea são manifestamente distintos daqueles que fundamentaram os comportamentos da sociedade que a antecedeu. A passagem da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna teve como consequência profundas alterações culturais, económicas e ideológicas (Betrán, 1995). Estas alterações fazem-se sentir fundamentalmente na diminuição do tempo de trabalho e no aumento do tempo de lazer (Nunes, 2005). Os comportamentos evidenciados na actualidade levam-nos a crer que a sociedade moderna teve como base ideológica o trabalho, a produção e a superação, ao passo que na sociedade contemporânea é o lazer que parece determinar os ritmos da vida (Tourraine, 1992; Garcia, 2005; Giddens, 2001). O Homem evidencia-nos, hoje, uma necessidade de se libertar dos constrangimentos do passado, procurando novas formas de compensar a vida monótona herdada das organizações e estruturas de produção modernas, que, devido à pouca variedade no trabalho, originavam escassas possibilidades de surpresas, de emoções e de vivência de novas sensações (Heinemann, 1994). Neste contexto, o Desporto sendo um fenómeno social não ficou indiferente a esta mutação ideológica e cultural. Aparecem os denominados novos desportos em alternativa aos desportos formais. Obedecem a uma nova filosofia, não se fundamentam no sacrifício, no rendimento como condição *sine quo non* para atingir patamares de rentabilidade superiores, mas antes no prazer e na aventura. Ao terem como cenário a natureza, funcionam como "válvula de escape" capazes de libertarem o Homem dos constrangimentos dos grandes centros urbanos (Pereira e Monteiro, 1995).

Assiste-se, assim, a uma nova aproximação à natureza. Trata-se de um regresso às origens, uma tendência inversa daquela que se verificou no passado

onde se procurou trazer o desporto para locais fechados. Actualmente, pretende-se levar o desporto para espaços abertos, para o ar livre, para o exterior (Bento, 1997).

Com efeito, parece que é neste novo cenário que o Homem readquire a sua liberdade, a sua alegria e a sua juventude, recuperando dos tempos que, ao apostar no betão, renunciou à sua herança ancestral (Nunes, 2005).

São, pois, inúmeras as razões que fizeram despertar novas formas de praticar desporto, entre as quais as que se desenvolvem na natureza, nomeadamente as denominadas Actividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN). Na perspectiva de Fernandez (2002), o forte incremento destas actividades está relacionado com o cansaço e o stress das populações dos grandes centros urbanos, mas também com o facto de haver mais tempo livre, aumento dos rendimentos familiares, uma maior sensibilização para o meio natural e de existir uma cada vez maior atracção por sensações de risco.

Neste contexto, são diversos os autores (Fernández, 2002; Marques, 2005; Nunes, 2005) que apontam o turismo de natureza como uma das actividades mais prósperas do nosso século. Para o efeito, não são de descurar algumas características da sociedade contemporânea, nomeadamente a emergência do paradigma ecológico, a par de um antagónico consumismo (desenfreado), desencadeado pela procura incessante por novos produtos (Lipovietesky 1994).

Nesta perspectiva, a indústria do turismo, pela necessidade de criar produtos e de responder a um crescente interesse pelas actividades que se desenvolvem na natureza, rapidamente viu nas Actividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) uma óptima oportunidade para oferecer um produto alternativo ao habitual “sol e praia”. A este respeito, Fernandez (2002:18) salienta que o desporto e o turismo têm tido uma evolução semelhante, pois “são dois fenómenos que têm crescido paralelamente no tempo, sem dúvida que são chamados a entenderem-se, e se nos questionarmos pelo futuro desta aliança num espaço tão atractivo como o meio natural, podemos pressagiar um excelente futuro”. É esta conjugação do turismo, com o aparecimento de novas actividades desportivas, aliadas à necessidade que o consumidor tem de compensar a vida

profundamente regulada do quotidiano, que coloca a natureza e os seus valores naturais e paisagísticos como um destino turístico privilegiado. Na verdade, a forma como foram concebidos os grandes aglomerados urbanos, fundamentados numa lógica de desenvolvimento industrial intensivo e num inexistente planeamento urbanístico, que resultou na falta de espaços verdes, deu um contributo decisivo para que o turismo de natureza se tenha tornado um produto apreciável para quem vive nas cidades (Constantino, 1997). No entanto, o incremento destas práticas, a par do crescimento exponencial das organizações que se dedicam à sua comercialização, leva-nos a reflectir sobre a questão da preservação dos espaços naturais. A este respeito, Santos (2002) não deixa de salientar que o crescimento destas actividades nos coloca perante um processo de delapidação de recursos não renováveis. Esta preocupação é partilhada por Bento (1997), que salienta que as actividades na Natureza podem contribuir para a degradação do meio natural devido à pressão provocada pelos praticantes, pela erosão que algumas actividades acarretam.

Nesta sequência, e apesar de se considerar inquestionável o crescimento deste sector e a sua importância para o desenvolvimento económico do nosso país, o programa do XVI Governo Constitucional não deixa de atribuir uma importância fulcral a estas actividades, referindo que cabe-nos "potenciar estas riquezas e garantir uma maior complementaridade entre os factores naturais e os factores culturais"[1]. Temos que reconhecer, no entanto, que são inegáveis os efeitos que uma realização massiça destas actividades pode ter para o ambiente e para a diversidade dos espaços naturais. Neste contexto, o enquadramento destas actividades num plano de desenvolvimento sustentável, poderá ser um processo necessário e imprescindível para o seu crescimento.

As autarquias, em relação a esta temática, possuem um vasto campo de intervenção. A Lei nº 159/99 que define as atribuições e as competências das autarquias atribui-lhes um conjunto de responsabilidades, que legitimam,

[1] Programa do XVI Governo Constitucional em matéria de desenvolvimento do Turismo, centrada na definição de orientações e no planeamento e execução de medidas, correspondentes ao carácter prioritário e estratégico, no quadro da presente legislatura. Disponível em http://www.oces.mctes.pt/docs/ficheiros/Programa_XVI_governo.pdf

assumem e desempenham um papel activo na persecução de um plano de desenvolvimento sustentável. Segundo Schmidt (2001), quem, nas eleições autárquicas de 2001, assumira compromissos de melhoria da qualidade de vida dos munícipes, colocando o ambiente e o território na linha da frente das prioridades, acabou sendo beneficiado em termos eleitorais. Porém, a mesma autora não deixa de referir a fraca implementação do programa "Agenda 21 local". Este, tem como objectivo a definição de um plano de desenvolvimento sustentável aplicado localmente em colaboração com todos os agentes e com a comunidade em geral, devendo ser um processo participativo e comungado por toda a comunidade, mas cabendo às autarquias desempenhar um papel activo na sua implementação.

Nesta perspectiva, parece-nos pertinente a realização de um trabalho que contribua para um melhor conhecimento sobre as organizações públicas e privadas que promovem AFAN e sobre a forma como elas se relacionam com as autarquias na persecução de um plano de desenvolvimento sustentável. De facto, parece-nos que este tipo de organizações pode interferir directamente na qualidade de vida das populações, principalmente quando se trata de uma região como a que integra a associação de municípios Valimar Com Urb, inserida na área geográfica da Região de Turismo do Alto Minho e que apresenta o património ambiental como um dos factores fulcrais em termos de desenvolvimento e de promoção da região.

Nesta sentido, a realização deste trabalho visa os seguintes objectivos:

- Analisar como se encontram estruturadas as organizações que promovem Actividades Físicas de Aventura na Natureza;
- Descrever as actividades que são promovidas por estas organizações;
- Identificar diferenças entre organizações Públicas e Privadas;
- Analisar se a legislação existente é adequada ao sector;
- Identificar as potencialidades locais em termos de desenvolvimento desportivo referidas pelos responsáveis políticos;

- Analisar de que forma as organizações que promovem Actividades Físicas de Aventura na Natureza integram a estratégia de desenvolvimento sustentável perspectivada pelos municípios.

2. SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

2.1 Valores da sociedade contemporânea

A proliferação de serviços e produtos relacionados com o lazer faz-nos pensar que os valores da sociedade contemporânea poderão ser distintos dos da sociedade que a antecedeu. Termos como Ambiente, Desporto e Turismo parecem emergir como expressões de relevo, consubstanciando um novo Homem e, por conseguinte, uma nova sociedade. O Homem sempre fundamentou as suas acções num quadro de valores que servem de retaguarda e que legitimam o seu comportamento, pelo que os comportamentos da sociedade contemporânea divergem dos da sociedade que a antecedeu. Essa divergência torna-se mais relevante quando se abordam dois tempos distintos, mas igualmente determinantes na vida do Homem, o tempo de trabalho e o tempo de lazer. Esta ideia é reiterada por Garcia (2005:15) quando afirma que "na nossa civilização consideramos a existência de duas grandes entidades corporais: o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho".

Autores como Gevilla (1993) e Lipovetsky (1994) referem-se à sociedade contemporânea como uma sociedade pós-moderna, querendo com isto transmitir a ideia de ruptura em relação ao passado. No entanto, para Lyotard (2003) a pós-modernidade não é uma era nova mas um re-escrever do que foi reivindicado pela modernidade, porém, há muito em curso na própria modernidade. A pós-modernidade torna-se assim um estado de evolução em relação às transformações já evidenciadas no passado. Subsiste, contudo, uma visível alteração dos valores. O tempo de trabalho já não é socialmente valorizado com a mesma relevância do passado, pelo contrário, a sociedade contemporânea parece organizar-se mais em torno do tempo de lazer, emergindo uma cultura de prazer, assente na satisfação das necessidades imediatas e na realização pessoal (Dumazedier, 1962; Pereira, 2004; Garcia 2005)

Na realidade, não temos que recuar muito no tempo para recordar a forma com antigamente eram socialmente recriminadas, principalmente nos meios rurais, as práticas desportivas na via pública. Os praticantes não se livravam de ouvir

comentários pouco abonatórios. Garcia (2005:17) explica-nos este facto, salientando que "com a idade moderna, o lazer quase que é combatido, toda a lógica da sociedade orienta-se para a produção, para o trabalho". No entanto, a realidade actual é outra. Assistimos quer nos meios urbanos, quer nos meios rurais, a uma generalizada procura de práticas desportivas de lazer. Basta ver o número de pessoas, das mais diversas faixas etárias, que diariamente realizam a sua caminhada, ou o seu *"jogging"*. Gervilla (1993), a este respeito, salienta que desde o final do século XIX, e de modo progressivo, certas vozes começam a questionar os fundamentos da modernidade, podendo ser consideradas como percursores de pós-modernidade. De facto, a sociedade moderna parece não ter dado ao Homem a forma de vida desejada, pois seria de esperar que através da ciência e da Revolução Industrial, se libertasse das vicissitudes da natureza e adquirisse um novo controlo sobre o seu destino, sobre a sua vida. É certo que com o triunfo da ciência, o Homem passa a controlar a natureza, criando e moldando-a de acordo com as suas necessidades. Porém, tal como afirma Tourraine (1992), a ciência parece não ter trazido dias de felicidade, mas antes a exploração e a subjugação do Homem.

A modernidade, ao valorizar o tempo de trabalho, transformou o Homem num ser produtor, sujeito a sistemas profundamente regulamentados e hierarquizados, numa procura desenfreada por índices de rentabilidade superiores. Tal como nos refere Tourraine (1992:113), "a racionalização torna-se uma palavra temível quando designa o Taylarismo e outros métodos de organização do trabalho". Desta forma, torna-se compreensível o aparecimento de movimentos que tenham estado na origem de uma nova sociedade, sedimentada em novos valores, onde, ao contrário da modernidade, a condição humana passe a ser valorizada.

Gervilla (1993) apresenta-nos essa alteração de valores, contrapondo os valores da modernidade com os da pós-modernidade, através do seguinte quadro:

Valores da Pós-modernidade	Frente aos	Valores da Modernidade
relativo		absoluto
a diversidade		a unidade
o subjectivo		o objectivo
o prazer		o esforço
o *light*		o forte
o presente		o passado / futuro
a secularização		a sacralização
o sentimento		a razão
a estética		a ética
o humor		a formalidade
o agnosticismo		a certeza
a casualidade		a segurança

Analisando os valores apresentados por Gervilla, parece-nos que a sociedade pós-moderna está longe de nos levar para verdades absolutas, pelo contrário, tudo parece ter uma lógica relativa, sobressaindo os sentimentos, as emoções como directrizes orientadoras do desejo e da conduta do Homem. É uma sociedade hedonísta, onde o prazer tende a ditar as regras do desenvolvimento (Lipovetsky, 1989). Tornou-se também numa sociedade individualista, percursora de uma diversidade de ideias, de opiniões, de produtos, numa clara tentativa de dar resposta a uma pluralidade de gostos e de necessidades. Esta diversidade social permite a coexistência de ideias e de acções, mesmo que sejam contraditórias. Tudo parece coexistir sem se excluir.

Lipovetsky (1989), referindo-se à sociedade pós-moderna, destaca essa coabitação das diferenças, salientando mesmo que a sociedade pós-moderna é uma sociedade dualista. O momento pós-moderno é um momento plural feito de múltiplas singularidades, na medida em que tudo pode ser escolhido consoante as necessidades e os gostos, num tempo sem referências estáveis.

A sociedade contemporânea torna-se, assim, numa sociedade de comportamentos contraditórios presentes em diversos sectores da sociedade. Assistimos a movimentos que visam a integração social, a solidariedade e a tolerância a coexistirem com movimentos de exclusão, de marginalização, de nacionalismo exacerbado e de fanatismo. Valores outrora absolutos, como a família, a escola, o estado, parecem estar hoje em causa (Giddens, 2002). Passamos de uma cultura dominante para diversas sub-culturas que influenciam e determinam novos valores, novas famílias, novos papéis familiares. Assistimos ao aparecimento de novas situações de emprego, novas ocupações de lazer, novos comportamentos rurais e urbanos.

Nesta transformação social, o movimento ecológico ganha relevo, passa a fazer parte da consciência colectiva, contudo, continua a assistir-se ao crescimento do consumo e à emergência de novas economias que anseiam por níveis de desenvolvimento semelhantes aos dos países desenvolvidos. É uma sociedade onde o futuro parece não despertar interesse, demasiado preocupada que está com o presente. A racionalidade como pilar da sociedade moderna parece hoje ultrapassada pelos sentimentos, pela emoção e pelo prazer, no fundo por tudo aquilo que representa a satisfação imediata do Homem. Os indivíduos, actualmente, têm à sua disposição uma diversidade de escolhas. Os estilos de vida deixam de ser impostos pela tradição para passarem a ser livremente escolhidos (Giddens, 2002).

Assim, falar sobre o Homem contemporâneo é falar sobre sentimentos de fruição de vida, tornando-se imprescindível que se fale também sobre o corpo. Não do corpo objecto, explorado e subjugado, mas de um corpo que se torna parte integrante e que evidencia os estilos de vida contemporâneos.

2.2 O corpo na sociedade contemporânea

O corpo sempre foi parceiro na construção cultural do Homem, sempre evidenciou os traços culturais da sociedade e acompanhou as tendências evolutivas (Bento, 1995). Neste sentido, este não se vê apenas limitado pelo

relógio biológico que o leva até à incapacidade total, mas também pela cultura que o modifica, que o constrói e o submete aos valores da sociedade (Osório, 2005). Assim, ao longo da modernidade, a ciência retirou-lhe o estatuto transcendental e materializou-o como um objecto capaz de ser moldado e modificado. Tal como nos refere Bento (1995:215), "o esvaziamento sistemático da transcendência divina, próprio da modernidade e da sua ciência, leva a colocar toda a esperança no corpo, na ideia de o fazer, de o construir, de o dominar e modelar, de o subtrair ao arbítrio absolutista das leis da natureza". Nesta perspectiva, sendo o corpo construído e moldado pela cultura, sobressai uma distinção clara entre o corpo da modernidade e o da pós-modernidade. As duas sociedades tendem a construir e a moldar corpos condizentes com os seus valores.

Se analisarmos a sociedade moderna e atendermos ao facto de esta ter-se estruturado em torno do tempo de trabalho, surge-nos uma sociedade onde os homens passam a ser valorizados segundo os seus níveis de rendimento e a sua utilidade social (Crespo, 1990). Nesta, verificamos que o corpo é perspectivado como meio de interacção entre o Homem e aquilo que o rodeia, é entendido como um objecto mecânico capaz de materializar e concretizar as ideias e os seus sonhos. Pelo contrário, a sociedade pós-moderna parece atribuir ao corpo um novo significado, passando a valorizá-lo como condição humana. O corpo passa a ser visto numa perspectiva holística, ou seja, corpo e mente tornam-se num só.

Pereira (1998:05), comparando o corpo da sociedade moderna com o da pós-moderna, salienta que "se antes o corpo era objecto com o qual o Homem se relacionava com o mundo e com os outros, agora, o corpo renasce, gritando ao vento que está aqui e que não é apenas um objecto, mas também o próprio sujeito". Neste sentido, o corpo parece deixar de ser forjado no trabalho para passar a ser moldado no lazer e na estética, associado à beleza e à moda, pois, tal como nos refere Pereira (1998:109), "a sociedade contemporânea parece não reconhecer o trabalho como uma actividade superior".

Assim, e apesar do lazer não ser exclusivo dos nossos dias, "já Aristóteles (sec. IV a.c.) escrevia «a primeira coisa que se poderá dizer do lazer é que não é novo» " (Garcia, 2005:15) parece, contudo, que é na sociedade actual que adquire

um valor superior. Esta valorização do lazer dá ao corpo tempo e oportunidade para partir à procura de novas actividades e de novas sensações. É neste contexto que o desporto surge como um espaço indicado para essa aventura, para o corpo comunicar e demonstrar o quanto está diferente.

As práticas desportivas pós-modernas parecem transmitir-nos uma linguagem diferente em relação ao passado. Uma linguagem onde o corpo assume uma posição de referência, libertando-se dos condicionalismos a que foi sujeito, afastando-se dos objectivos, dos patamares de rendimento e do dever. Garcia (2005:16) é bem claro, ao descrever aquilo a que é sujeito o corpo no desporto rendimento, ao referir que "as actividades desportivas tradicionais pela exigência e pela necessidade de superação muitas vezes podem ser entendidas como um segundo tempo de trabalho, tal é o esforço que é necessário fazer, apenas muda a atitude".

Mas o corpo contemporâneo procura um novo rumo, novos espaços para expressar a singularidade de cada indivíduo. Deixa de ser um meio, um objecto, para se tornar ele próprio um fim, e evidenciar todas as sensações e emoções vividas pelo Homem (Pereira, 2004). Nesta perspectiva, é um corpo que transmite uma linguagem mais ecológica, mais preocupada com a fruição da vida. A procura da natureza para o lazer e para a prática desportiva fundamenta esta tendência, pois esta é capaz de proporcionar uma morfologia de espaços e uma pluralidade de sensações adaptadas à singularidade de cada corpo e por conseguinte, de cada indivíduo.

Cunha e Silva (1997), referindo-se às práticas desportivas do futuro, indicam-nos que o desporto de lazer dará notícia em duas polaridades práticas muito diferentes. O desporto radical e o desporto virtual. Em ambas, o prazer (o prazer individual) é o principal motor. Esta perspectiva parece apontar para a concepção de um Homem urbano que procura emoções e sensações quer sejam através da tecnologia, quer recorrendo à natureza. É uma perspectiva que se enquadra numa sociedade feita de contrastes, onde tudo parece coexistir, tal como referido anteriormente.

Falamos de um corpo urbano, sofisticado, passivo e tecnológico que encontra na natureza um espaço sem condicionalismos e obrigações. Tal como nos refere Cunha e Silva (1997:35), "à reconfiguração dos espaços naturais como espaços de lazer e desporto não é alheia uma certa translação de uma sociedade do rendimento para a sociedade de recreação". A sociedade contemporânea lança-nos, assim, obrigatoriamente, para a discussão de novos temas, condizentes com os valores actuais.

Um discurso actual não pode ficar indiferente à abordagem de temas como o corpo, o desporto e o ambiente, que parecem cada vez mais marcarem não apenas o presente, mas sobretudo o futuro (Pereira, 1998). Estes temas tendem a surgir associados a novos produtos, numa tentativa de dar resposta a uma crescente procura de tudo que esteja relacionado com o lazer e com a satisfação pessoal e o bem-estar. A sociedade contemporânea caracteriza-se, assim, por oferecer uma variedade de actividades, indo ao encontro das necessidades e dos gostos individuais. Procura dar resposta a um consumidor cada vez mais exigente e sedento de tudo que seja novidade. Nesta perspectiva, a sociedade contemporânea apresenta novos padrões de consumo, menos massificados e mais personalizados.

2.3 Sociedade de consumo

A sociedade de consumo surgiu como consequência da própria sociedade industrial, tendo como origem os Estados Unidos e a lógica *"Fordista",* assente fundamentalmente numa produção cada vez maior e a custos mais reduzidos (Rodrigues, 2005). A produção em massa de bens contribuiu para a redução do seu valor, permitindo que um número maior de pessoas pudesse ter acesso aos mesmos produtos, possibilitando a aquisição de bens que até então eram apenas exclusivos das classes mais abastadas. Com efeito, parece ser consensual que o consumo generalizado (consumo de massas) terá transformado significativamente o hedonismo característico das classes mais abastadas num comportamento mais generalizado da população (Mota, 2001). É um consumo que se fundamenta não

tanto nas necessidades básicas, mas, fundamentalmente, no reconhecimento social, onde se procura adquirir um novo *status* e uma identificação com novas classes sociais.

Com a globalização, a produção em massa passa a desenvolver-se à escala planetária, tornando-se possível encontrar os mesmos produtos em locais tão distintos como a Europa e a África Central (Giddens, 2001). Neste contexto, parece tender-se para uma uniformização dos gostos e dos produtos à escala mundial.

É indiscutível que as multinacionais conseguem impor os seus produtos mesmo em países que durante anos se mantiveram fechados ao exterior, como é o caso da China e da Rússia e que agora começam a abrir os seus mercados, fazendo parte das denominadas economias emergentes (Giddens, 2000; Nunes, 2005). Contudo, esta primeira fase de uniformização da produção e dos produtos parece estar a dar origem a uma segunda fase, voltada para uma produção mais orientada para os gostos individuais dos consumidores, com o aparecimento no mercado de uma pluralidade de produtos feitos à medida e ao gosto de cada consumidor (Lipovetsky, 1989; Tarsuella, 2001). De facto, tal como é reiterado por Constantino (1997:118), "por um lado assistimos a uma massificação ao nível das ideias e dos comportamentos, mas por outro a um movimento de autonomização e individualização de gostos e estilos de vida". Neste sentido, o consumo tende a adquirir novos significados, regendo-se por sentimentos menos materiais e mais emocionais.

Perante isto, a sociedade de consumo, não se encontra numa fase de abrandamento, pelo contrário, parece haver uma maior oferta (Lipovetsky, 1989). O mesmo é defendido por Tarsuella (2001) que, referindo-se à Europa e à América do Norte, salienta que a sociedade de massas onde todo o mundo quer o mesmo, lê o mesmo, pratica o mesmo, foi de tempo curto, pois rapidamente se pluralizaram os gostos, práticas, diversões e necessidades. O mesmo autor destaca que "mais importante do que o consumo é a forma como este se produz. Foi a comunicação e as suas técnicas que deram lugar a um modo novo de conhecer, sentir e de actuar" (idem, p.73).

Neste sentido, a indústria do lazer e do turismo não tem ficado indiferente a esta tendência. Assiste-se hoje a uma variedade de programas de lazer que são promovidos um pouco por toda a parte e que tendem a orientar-se cada vez mais para públicos mais exigentes e mais segmentados. Neste mercado, as AFAN tendem a consubstanciar-se como um novo produto turístico, assumindo a denominação de Turismo Activo ou Turismo Natureza, sendo uma alternativa ao turismo massificado de “sol e praia”.

Na perspectiva de Pires (2003), a crescente procura por AFAN resulta das necessidades criadas pelas campanhas que visam o consumo, no qual o turismo e o ecoturismo são mais um produto a ser consumido e pela vontade evidenciada em novas formas de preencher o tempo livre.

Assim, o turismo tende a reconhecer no crescente interesse pelas novas actividades desportivas, uma oportunidade para oferecer ao consumidor um novo produto, que se baseia não apenas numa aproximação à natureza, mas também à cultura e às tradições de uma dada região.

O Turismo como indústria, sempre atenta e por vezes antecipando-se mesmo às transformações sociais, desde logo procurou aproveitar uma tendência que nos parece generalizada de regresso do Homem ao meio natural.

3. DESPORTO E AMBIENTE

3.1 Regresso do Homem ao meio natural

Os tempos actuais trazem-nos alterações na relação do Homem com o Ambiente. Uma nova consciência ecológica parece estar a surgir na sociedade contemporânea. O Homem sente a necessidade de se reconciliar com o ambiente e de o proteger, consciente dos efeitos negativos resultantes duma cultura industrial que se desenvolveu ao longo da modernidade e que explorou a natureza como nunca antes se tinha feito. Abateram-se árvores, construíram-se fábricas, criaram-se novos centros urbanos, exploraram-se os recursos naturais de forma intensiva. A par disso, o corpo passou a ser escravizado, mecanizado, objecto ao serviço da industrialização. Desta forma, corpo e natureza tornam-se vítimas da mesma cultura industrial, não sendo de estranhar que surjam na linha da frente quando se reclama por uma nova ecologia.

De facto, actualmente, não se vislumbra outra alternativa que não seja a de evitar a autodestruição. Neste sentido, o significado ecológico tende a adquirir um maior relevo, sendo uma preocupação presente em todos os sectores da sociedade, mesmo naqueles que ganharam dimensão e se desenvolveram na modernidade. É visível, actualmente, em inúmeros sectores, campanhas de *"marketing*" onde se tenta passar uma mensagem ecológica e de protecção ambiental. A "indústria verde", ou seja, aquela que na sua actividade se preocupa com a preservação ambiental é hoje uma mais valia, sendo muitas vezes utilizada como um factor de valor acrescentado. Como nos refere Correia (28:2006), "os consumidores exigem empresas mais justas e ecológicas. Os empreendedores respondem criando negócios ambientalmente responsáveis e saudavelmente lucrativos". Neste contexto, surgem no mercado um variadíssimo leque de produtos: táxis ecológicos (em 2003 nasceu a primeira frota de táxis ecológicos do mundo), caixões ecológicos (pesam apenas 14 quilos e são de papel biodegradável), malas recicladas, lareiras portáteis (que ardem sem produzir dióxido de carbono). Estes são alguns exemplos que fazem parte de uma

infindável gama de produtos que são criados e promovidos sob o desígnio da protecção do ambiente (Correira, 2006). O aparecimento destes produtos leva-nos decididamente para uma nova sociedade e para uma nova hierarquização de valores.

Na sociedade contemporânea, o corpo e o ambiente tendem a adquirir novos significados. O corpo deixou de ser perspectivado exclusivamente como um meio, para também um fim. A este respeito, Pereira (2004:92) destaca a importância do corpo na construção de uma nova ecologia, ao afirmar que "o corpo torna-se assim não apenas o principal interlocutor entre o Homem e o meio, mas também parte integrante dessa ética ambiental". Esta alteração de valores está na origem do aparecimento de novas formas de praticar desporto, mais consentâneas com uma filosofia ecológica, quer em relação ao ambiente, quer em relação ao próprio corpo. São novas práticas desportivas que requerem, não um corpo a quem sejam "solicitadas despesas essencialmente energéticas para a obtenção de resultados" eventualmente exteriores como o resultado, a marca ou a vitória, mas um corpo que "é meio e fim de movimentos de prazer sensório-motriz" (Pires, 1997:116). São práticas que surgem tendo como palco, cenário e público a natureza". Na opinião do mesmo autor, estas novas práticas desportivas representam uma nova dimensão evolutiva, representando uma nova fase no desenvolvimento do desporto, designada por "fase terciária".

Este estado de desenvolvimento distingue-se dos outros dois. O primeiro foi constituído pelo jogo e desenvolveu-se na sociedade agrícola numa dimensão local, e o segundo numa escala planetária, decorrente da sociedade industrial. Assim, as práticas desportivas na natureza tendem a desenvolver-se de forma livre e despreocupada, sem estarem submetidas ao dever, à obrigação e ao sofrimento. Estas novas actividades associam a prática desportiva ao prazer, à emoção, aos sentidos e são actividades que possibilitam a "audição do corpo", (Lipovetsky, 1989).

Neste contexto, podemos dizer que na sociedade contemporânea se valoriza o lazer e as práticas desportivas informais, talvez numa resposta à pluralidade de desejos e de necessidades do Homem actual. Neste sentido, de

acordo com Constantino, assistimos ao aparecimento de novos desportos e de novas maneiras de praticar desportos antigos, mas sobretudo a uma alteração na utilização desportiva do corpo (Constantino, 1997).

No entanto, os centros urbanos parecem não estar preparados para esta alteração de valores, e para responder a uma pluralidade de desejos e de necessidades. Hoje, as cidades condicionam o movimento humano a padrões pré-definidos, como forma de conciliar o excesso populacional e a consequente falta de espaço. Na opinião de Constantino (1997), a construção das nossas cidades tem decorrido da especulação imobiliária e da própria construção desenfreada, seguindo, assim, uma lógica de crescimento ilimitado. Consequentemente, aparecem grandes aglomerados populacionais e cidades de betão sem espaços verdes, tal como conhecemos actualmente. Em relação à falta de espaços verdes, Bento (1997:100) salienta os problemas que podem advir desse facto, referindo que "num ambiente sem espaços verdes, medra o homem duro e seco de sentimentos e emoções, sem sensibilidade para a policromia da vida, sem olhares para a ternura e a verdura da esperança". Esta preocupação é compartilhada por Constantino (1997:114) ao destacar os problemas sociais resultantes dos elevados índices populacionais e da falta de espaços verdes e de espaços lúdicos, que criam, segundo o autor, "graves disfuncionalidades nos transportes e na circulação, zonas inteiras marginalizadas, desenvolvimento de novas coroas de pobreza e exclusão social".

Este afastamento entre a cidade e o Homem leva-o a ter que procurar novos lugares, empurrando-o para a periferia quer em termos de habitação, quer em termos de prática desportiva. Na realidade, parece haver "um manifesto desequilíbrio entre o número de pessoas que a cidade alberga e a sua estruturação para atender à crescente diversidade de interesses, de necessidades, de problemas, de apetências" (Bento 1997:99). O meio natural parece constituir-se, desta forma, como uma alternativa para o Homem se encontrar consigo próprio, com o seu corpo, livre dos condicionalismos dos centros urbanos e dos movimentos pré-estabelecidos.

A natureza torna-se um tónico que reequilibra o Homem e o liberta para novas aventuras, novas emoções. Esta surge como um espaço de auto-realização e de auto-expressão, como nos salienta Da costa (1997).

Esta realidade remete-nos para um novo padrão de valores, onde impera a fruição da vida, o viver o dia-a-dia com intensidade e prazer. Pereira (2004), referindo-se a esses valores, destaca na prática destas actividades, a procura de novas sensações de prazer, onde o corpo assume uma posição central. São actividades que não estão sob a imposição do dever e do esforço.

A natureza consubstancia-se, desta forma, como a grande infra-estrutura desportiva dos tempos actuais e, como tal, terá que ser cuidada e preservada na sua utilização. A crescente utilização da natureza para inúmeras actividades torna inevitável que se faça o discurso da sua preservação, ou seja, saber até que ponto é que este movimento, aparentemente ecológico, não está também ele a contribuir para a destruição do que resta da própria natureza.

3.2 O regresso do Homem ao meio natural e a preservação ambiental

O Homem ao longo dos tempos, e desde que através do conhecimento assumiu o controlo sobre a natureza, sempre procurou adaptá-la às suas necessidades. Neste sentido, este retorno[2] do Homem ao meio natural levanta necessariamente a questão da preservação dos espaços que ainda apresentam os seus traços originais. De facto, pensamos que não devemos "ignorar que a massificação da actividade desportiva no meio natural, ao ritmo que se está produzindo, provocará sérios problemas de deterioração do meio natural, incomparáveis aos da actividade industrial, mas não menos importantes" (Castillo, 2005:76). Garcia (1997:15) é da mesma opinião, salientando que "na ânsia crescente da procura do que resta da natureza, o Homem encontrou nos «novos desportos» um meio de satisfação. Contudo, isso terá contribuído para aumentar a pressão humana em locais que se mantiveram afastados e por isso «ecologicamente limpos»". Estas preocupações são também partilhadas por

[2] Referimo-nos ao retorno através da prática desportiva.

Betrán (1995), para quem a procura de práticas desportivas em contacto com a natureza fez surgir uma indústria de tempos livres que, se não for devidamente enquadrada, corre o sério risco de consumir elementos naturais, ao nível da paisagem, dos recursos e da não respeitabilidade das características bio-físicas dos solos.

Contudo, o turismo ecológico pode também desempenhar um contributo importante para a conservação ambiental, desde que seja promovido segundo valores e regras voltadas para a conservação e qualidade do meio ambiente. Para o efeito, o turismo ecológico terá que procurar uma mudança de atitudes e um repensar sobre os padrões de consumo e não ser apenas mais uma forma de exploração dos recursos naturais. Não obstante, tal como é salientado por Pastor (2001), a realidade demonstra-nos que a simples realização de actividades físico-desportivas na natureza não promove por si acções de sensibilização e Educação Ambiental, senão graves impactos ambientais. O autor considera ainda que esta sensibilização e educação ambiental dependem em grande parte do tratamento educativo que se recebe, e da atitude e comportamentos das pessoas e dos grupos sociais com que um indivíduo se inicie neste tipo de actividades de ar livre. Parece, assim, claro que a realização de actividades desportivas na natureza levanta sérios problemas em termos de degradação ambiental, contribuindo para a destruição de lugares que possam ainda não terem estado sujeitos à intervenção do Homem. Contudo, parece-nos que este é um movimento inevitável, pois, nunca o Homem esteve tão ávido de se embrenhar em espaços anteriormente inexplorados. A solução parece ser, portanto, transformar este desejo num movimento de usufruto da natureza, mas, simultaneamente, de preservação e de valoração das tradições e dos costumes locais, tornando-se imprescindível um acto pedagógico de preservação do ambiente.

É neste contexto que fazem sentido as palavras de Meinberg (1997). Para o autor, é necessário uma nova ética. Uma ética com três dígitos. Em primeira instância, uma ética do corpo, pois é este “que liga a ética ecológica à ética do desporto” (Meinberg 1997:196). Em segundo lugar, uma ética do desporto que deve “limitar os novos desportos que estão surgindo de acordo com a protecção

necessária da natureza" (idem, ibidem). E, finalmente, "há de um modelo ético que simbolize a integração do Homem com a natureza e este símbolo é o «Homo Oecologicus» que respeita o seu corpo e estabelece limites" (idem, ibidem). Assim, de acordo com Meinberg (1997), se se tiver como modelo o "Homo Oecologicus", haverá a preocupação de praticar desporto minimizando o conflito desporto-meio ambiente. Para que isso aconteça, é fundamental educação, pois a ética também depende da Pedagogia.

Face às mudanças que se foram operando, o Homem não pode continuar a reger-se pelos mesmos princípios da modernidade. Por essa razão, também a indústria do turismo, que tem fomentado esta aproximação à natureza, tem que promover e desenvolver um novo turismo, um turismo sustentado, ecológico, que se preocupe com a preservação ambiental.

Burnay (2000) refere-se a este turismo, como sendo um turismo praticado em espaços pouco ou nada perturbados pelo homem e que desempenha um papel fundamental na protecção da natureza e no bem-estar das populações locais. É um turismo que promove viagens, cujo objectivo é visitar certas áreas silvestres para compreender a cultura e a história natural do meio, respeitando sempre a integridade dos ecossistemas e criando oportunidades económicas de forma a que a conservação dos recursos naturais se traduza num benefício para as comunidades locais. Trata-se, assim, de colocar em prática "um tipo de eco desenvolvimento que contribui, de forma prática e efectiva, para o aumento do bem-estar social e económico de todos os países" (Burnay, 2000:28). Segundo a mesma autora, podem distinguir-se quatro tipos de viagens que se enquadram nesta concepção de eco-turismo: o Turismo baseado na natureza; o Turismo que apoia a conservação; o Turismo que consciencializa o público sobre a importância da natureza e o Turismo conduzido de forma sustentável.

Neste sentido, tal como nos refere Marinho (2004:56), "as actividades na natureza requerem um repensar sobre o meio ambiente a partir de três principais aspectos inter-dependentes: a prática; a conservação ambiental e o processo educativo". Cremos, portanto, que imbuídos desta consciência de valoração da natureza, na qual incluímos as tradições, os costumes e a cultura, traduzindo-se

num movimento de retorno ao espaço natural, se contribuirá decididamente para a sua preservação, lançando o Século XXI numa cruzada ecológica, como aliás já se sentem os primeiros sinais.

3.3 Actividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN)

Assim como o desporto tradicional marcou a prática desportiva na modernidade, influenciado pelo movimento associativo e pelo movimento olímpico, as AFAN parecem surgir como práticas desportivas contemporâneas. Betrán, (1995), na tentativa de definir estas novas actividades, apresenta diversos nomes genéricos:

- Novos Desportos, atendendo ao carácter inovador diferenciado e alternativo destas modalidades em relação ao desporto, sendo consideradas como um ramo evolutivo do chamado desporto clássico;
- Desportos de Aventura, em referência à busca da incerteza e do risco em contraposição com a tendência do desporto em reduzir sistematicamente a incerteza domesticando o espaço de jogo;
- Desportos Tecnológicos, em clara mostra de simbiose de tecnologia e de natureza, imprescindível para poder praticar;
- Desportos de Liberdade, em atenção à mínima sujeição de normas regulamentares, a ínfima institucionalização, a inexistência de entidades oficiais ao estilo das federações desportivas que regulam a actividade e as amplas actividades no meio natural;
- Desportos Californianos, na expressa indicação da origem de algumas práticas que confirmam este âmbito;
- Desporto Selvagem, para ressalvar o carácter natural, aberto e incerto de sua prática em oposição ao civilizado e estruturado desporto.

São, pois, várias as denominações que vamos encontrando na literatura. Também para Marinho (2004:52), “é importante mencionar a existência de uma infinidade de termos que pretendem designar e caracterizar estas práticas, tais como: Desportos de aventura, actividades *“outdoor”*, desportos radicais,

actividades físicas de aventura, desportos selvagens, entre outros". O autor tenta definir estas actividades como práticas rodeadas de riscos, na medida do possível calculado, não ocorrendo treinos intensivos prévios (como no caso dos desportos tradicionais e de práticas corporais como a ginástica e a musculação). A Experimentação acontece de maneira mais directa, havendo um afastamento dos rendimentos planeados.

As AFAN surgem, desta forma, animadas por um novo espírito de prática desportiva. Trata-se de uma nova cultura, assente em valores que divergem do desporto formal. Assim, e tal como nos refere Betrán (1995), as AFAN fundamentam-se numa nova cultura que tende a valorizar uma sociedade mais hedonismo. Para o autor, estas novas actividades físicas na natureza constituem um conjunto de práticas recreativas que surgiram nos países desenvolvidos na década de 1970, desenvolveram-se e existiram na seguinte e consolidaram-se na década de 1990, ao "sabor" de novos hábitos e gostos da sociedade pós industrial.

Não obstante, a origem destas actividades parece estar enraizada nas actividades quotidianas de subsistência ou ritualisadas nas práticas dos povos ancestrais. De facto, como nos refere Pereira (1998:91), "na maioria destas práticas há uma renovação das actividades antigas, que eram mesmo rituais de iniciação de certos povos e tribos, como é o caso do *bungee-jump*, em que o jovem, para provar ser e fazer parte dos adultos tinha que fazer o salto de determinada altura para assim demonstrar a sua coragem". Também Feixa (1995) corrobora esta ideia, referindo que a descida de embarcações pelos rios dos Pirinéus é hoje uma actividade de ócio, contudo para os *"almadieros"*, do princípio do século, era fundamentalmente uma actividade de subsistência. No entanto, actualmente, estas actividades surgem sobretudo como práticas de lazer, ligadas à ocupação dos tempos livres e ao Turismo Activo, sendo praticadas por pessoas de várias faixas etárias e de diversos estratos sociais. A este respeito Fernández (2002), referindo-se à realidade em Espanha, salienta que os desportos de aventura na natureza começam a posicionar-se na sociedade Espanhola, sendo praticados tanto por desportistas com elevada

preparação técnica, como por pessoas com menor preparação, mas com vontade de passar bons momentos e de desfrutar da natureza em que se desenvolvem os mesmos.

Em Portugal, estas actividades têm adquirido um grande incremento, sobretudo a partir da década de 1990, sendo praticadas por grupos populacionais muito díspares. O rápido incremento destas actividades deve-se ao facto de estarem imbuídas dos valores que caracterizam a sociedade contemporânea. Numa sociedade urbanizada fundamentada num grande controlo colectivo e num considerável auto controlo individual, surgem as AFAN que promovem o "descontrolo" controlado, com considerável quantidade de risco, emoções e sensações novas (Betrán, 1995). Esta necessidade de fugir ao quotidiano e de dar liberdade às emoções encontra nas AFAN um espaço de realização, feito à medida da expectativa individual de cada participante, com mais ou menos dificuldade, mais ou menos adrenalina. Por detrás desta corrente social, esconde-se a necessidade de sentir-se importante como indivíduo, de reencontrar-se com algo perdido, talvez a própria natureza. O interesse em ocupar o tempo livre de uma maneira activa e com um certo nível de aventura, obriga a procurar novas actividades, cada vez mais difíceis, pondo em jogo fortes doses de risco (Funollet, 1995). Também Miranda (1995) considera que por detrás da rápida difusão das AFAN esteve a necessidades de encontrar emoções fora de uma sociedade demasiado controlada. Assim, as actividades físicas no meio natural tiveram uma difusão vertiginosa nos últimos anos devido a múltiplos factores, como sejam a necessidade de contacto com a natureza e a busca de sensações de emoção, atendendo ao quotidiano demasiado regulamentado e rotineiro. Para além do referido, este rápido incremento está igualmente relacionado, na óptica de Miranda (1995), com a possibilidade que as AFAN têm de suscitar profundas sensações e emoções, bem como com as suas relações com a tradição e com a cultura ancestral há muito esquecidas e relegadas para segundo plano pela sociedade de consumo e à sua fácil adaptação ao ritmo dos nossos dias devido ao seu carácter flexível. Nesta perspectiva, as AFAN surgem como uma prática que

vai ao encontro de uma necessidade de liberdade e de comunhão com a natureza, sendo uma oportunidade para o Homem apaziguar-se com a natureza e encontrar nela a tranquilidade há muito esquecida. Neste tipo de práticas, o Homem não despende energia a tentar opor-se às forças da natureza, pelo contrário, ele vê nelas uma oportunidade de diversão, de prazer, de adrenalina. O vento, as ondas, as correntes, os declives, transformam-se em companheiros numa viagem pela aventura, pelas emoções, através de uma comunhão e de uma sintonia de interesses entre o Homem e a natureza. Efectivamente, tal como salienta Garcia (1996), as novas práticas desportivas desenvolvem-se ao ritmo das forças da natureza, não se procura contrariá-las como se fazia até aqui.

Se observarmos as novas modalidades desportivas, que se encontram num visível desenvolvimento, de imediato distinguimos uma característica comum, são actividades de deslizamento como o *surf*, o *winsurf* e o b*ody-board*, o parapente a a*sa-delta* e o esqui aéreo, a patinagem e a patinagem com patins em linha e o btt. Em todas elas, o ritmo é marcado pelas forças da natureza. De facto, como sugere Brunhs (2002:12), "na natureza sentimos a presença de elementos caóticos nas correntes, cascatas e outros espaços. Portanto, parece que ocorre uma integração com os elementos através desses desportos, uma vez que não são espaços passíveis de um simples controlo e dominação". Estas actividades tornam-se assim num produto intensamente apetecível numa sociedade que, por um lado faz a apologia do lazer e, por outro, encontra-se imbuída num espírito consumista sempre à procura de novas actividades e novos produtos. Nesta perspectiva, o crescente incremento pela prática destas actividades originou que o turismo de natureza e o turismo activo tenham contribuído significativamente para que o turismo seja actualmente uma das indústrias mais prósperas do século XXI e com índices de crescimento acima de qualquer outro sector económico (Marques, 2005; Nunes, 2005). Assim sendo, e tendo em conta o próprio enquadramento das AFAN, pensamos que se torna pertinente aprofundar algumas das relações existentes entre Desporto e Turismo.

4. DESPORTO E TURISMO

4.1 As tendências evolutivas do turismo

O Turismo é considerado o sector económico mais importante da actualidade (Marques, 2005). Não existe, no entanto, consenso quanto à origem do termo, "crê-se que o termo *tourism* foi pela primeira vez utilizado por Alexandre Slidell Mackenzie no seu livro, *Spain Revisited* – 1826" (Confederação do Turismo Português, 2005:220).

Não obstante, já no século XVII era usual os jovens aristocratas ingleses efectuarem o chamado "*The Grand Tour of Europe",* que consistia numa viagem tida como um complemento à sua formação, sendo, porém, realizada também por puro prazer. Esta viagem era apenas acessível a uma pequena minoria abastada e com condições económicas para a realizar. O termo turismo entra, definitivamente no uso na língua Portuguesa a partir do IV Congresso Internacional de Turismo que teve Lugar em Lisboa em 1911 (Marques, 2005).

De qualquer modo, é de salientar que já na Antiga Grécia, 776 a.C., existiam manifestações de turismo, possuindo um cariz sacro-religioso e ligado à realização dos Jogos Olímpicos (Marques, 2005). Segundo a mesma autora, posteriormente, na Idade Média desenvolve-se um turismo religioso e cultural, sendo Santiago de Compostela, Roma e Jerusalém destinos mobilizadores das primeiras deslocações em massa.

O Turismo começa a adquirir as características actuais num primeiro período que decorre de 1841 a 1914, ao longo do qual se desenvolve um turismo de luxo. *Sir Rowland Hill* realiza em Inglaterra, em 1840, as primeiras excursões de comboio. Seria, no entanto, *Thomas Cook*, quem teria um maior impacto no turismo. A sua agência de turismo passa a organizar *"packages"* como se pratica actualmente (Marques, 2005).

Na época, o turista efectuava um pagamento único, que incluía carris, barco, diligência, alojamento. Através destas condições, *Cook* organizou a sua primeira viagem à Suiça em 1863. Mais tarde, em 1872, organizou a volta ao

mundo em 222 dias. Neste período, surgem também as primeiras associações turísticas. São exemplo o César Ritz, fundador da Hotelaria Moderna, o *Britsh Alpine Club* em Londres em 1896, e o Automóvel Club da Alemanha, em 1903. Este período termina com a primeira Guerra Mundial (Marques 2005). Assim, e tal como nos refere a autora, o Turismo tem a sua origem numa classe elitista com capacidade económica para materializar o seu desejo e o seu gosto pela descoberta de novos lugares.

Em 1937, e com o objectivo de determinar critérios para a elaboração de estatísticas turísticas internacionais, é adoptada a primeira definição de Turista, segundo a qual é "toda a pessoa que viaja por uma duração de 24 horas, ou mais, para um país diferente do da sua residência" (Marques, 2005:32). Segundo a mesma autora, mais tarde, em 1963, na conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais é reconhecida a definição de "Visitante" como toda a pessoa que se desloca a um país, diferente daquele onde tem a sua residência habitual, desde que aí não exerça uma profissão remunerada (Marques, 2005). É reconhecida, igualmente, a distinção entre "Turista", visitante que permanece mais de 24 horas no país de destino e "Excursionista" o visitante que permanece menos de 24 horas no país de destino (Marques, 2005).

Actualmente, estas definições aplicam-se também tanto ao turismo interno (residentes que viajam dentro do próprio país) como externo/internacional (que diz respeito ao movimento internacional de turistas e considera os países emissores ou receptores de turistas).

É depois da Segunda Guerra Mundial que se começa a desenvolver o turismo de massas, com a melhoria das condições financeiras e com o aumento do tempo livre e a crescente valorização do ócio. "O turismo transforma-se numa forma de aceder e conhecer outros locais e outras culturas" (Marques 2005:30). Mas é somente na década de 1960 que se observa um grande crescimento das viagens de turismo com o objectivo dos destinos exóticos (Associação Nacional de Empresas de Turismo Activo, 2006:04).

É, pois, a partir da década de 1960 que se denota de uma forma mais demarcada o desenvolvimento da democratização do consumo (Silva, 2002), e

que se repercute, igualmente, numa massificação turística. Esta massificação baseia-se, fundamentalmente, na procura de zonas balneares em busca de produto "sol e praia", sendo um turismo sem grandes preocupações ambientais (Marques, 2005). Assim, é de realçar que até à década de 1960 o Turismo encontrava-se numa fase dita de Hotel. Entre as décadas de 1960 e 1980 desenvolveu-se sem preocupações ambientais, caracterizando-se, segundo (Burney, 2000), por ser um turismo demasiado assente nos aldeamentos e nas grandes urbanizações. Por fim, surge o turismo alternativo (em alternativa ao turismo de massas), em franca implementação na década de 1990, com o aparecimento de novas propostas ligadas às preocupações ambientais e à crescente necessidade de contacto com a natureza e com diferentes culturas e sociedades, a fase do ecoturismo, turismo verde, turismo activo (Burney, 2000). De facto, assiste-se ao aparecimento de um turista com novas características em termos de lazer, evidenciando um maior interesse pelo ambiente, pela cultura local e pelas actividades desportivas desenvolvidas na natureza (Marques, 2005).

Também Sampaio (2004c:02) se refere à necessidade que os empresários têm que fazer face ao novo turista, ou seja, "um turista mais activo, mais ecológico, mais preocupado com um turismo sustentável, feito de experiências e emoções no espaço visitado".

Decorrente desta evolução e de acordo com (Burnay, 2000), é de esperar que as características do turista do futuro assentem nos seguintes vectores determinantes:

- Necessidade de informação;
- Exigência de qualidade;
- Necessidade de Férias Activas / desportivas;
- Uso frequente da segunda residência ou apartamento de férias;
- Recurso mais forte a férias individuais;
- Recurso mais frequente a pequenas pausas e a férias secundárias fora da época alta, além da redução da duração das férias principais; estes factores

contribuirão para uma melhor distribuição sazonal dos movimentos turísticos;

- Satisfação dos padrões de consumo dos potenciais turistas;
- Interesse pela vivência de experiências de índole cultural.

Na verdade, torna-se já visível a adaptação do turismo às novas tendências, pois, o aparecimento de novas ofertas só demonstra que a indústria do turismo está atenta às transformações sociais. Pois, tal como é destacado pela ANETURA, (2006:08), "para podermos falar hoje de Turismo de Natureza, ou Ecoturismo, ou mesmo de Turismo Activo significa que grandes alterações existiram nas consciências dos consumidores (turistas), bem como por todos os agentes económicos do sector e governamentais."

4.2 A evolução do turismo mundial

Nas últimas décadas, o turismo registou uma evolução acentuada, desenvolveu-se à escala mundial e abarcou um número crescente de pessoas e países. A globalização incentivada pelas novas tecnologias ligadas às comunicações e aos transportes, assim como a redução dos custos inerentes às deslocações, através do aparecimento das chamadas "*Low-Costs*"[3] contribuíram para o rápido incremento do turismo. Por sua vez, o continente europeu passou a ser responsável por grande parte desse crescimento, já que "no grupo dos dez principais países emissores de turistas a nível mundial encontram-se seis países europeus: a Alemanha (que lidera o grupo), Reino Unido, Holanda, França, Itália e Federação Russa e, até 2025, é previsível que não se registem alterações significativas no grupo dos principais países emissores, destacando-se apenas a subida da China de 10º para 4º lugar e o aumento do peso relativo do Japão" (C.T.P. 2005:828). Também segundo as previsões da Organização Mundial de Turismo, "cerca de 86 por cento de turistas Europeus que actualmente fazem turismo na Europa, representarão em 2020-2025, entre 75 e 80 por cento do

[3] Viagem de avião de baixo custo.

turismo internacional Europeu, equivalendo a cerca de 564 milhões de turistas dos 700 milhões que viajarão pela Europa nessa altura" (*idem*, p.829).

Na Europa, as diferenças entre os países do sul e do norte têm vindo a esbater-se, sendo mais um factor que contribuirá positivamente para o incremento do turismo mundial. Assistimos, também, ao aparecimento de novas economias emergentes que anseiam por níveis de vida similares aos verificados nos países mais desenvolvidos do continente europeu e dos Estados Unidos. Com efeito, tal como nos sugere Nunes (2005:62), "a evolução nos padrões de vida nos países desenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento, as chamadas economias emergentes do Leste e Sul da Ásia, do Centro e Leste da Europa e do Médio Oriente, dos quais Brasil, Índia e China, são exemplos dessa realidade e tendo consciência que as populações desses países dispõem de maior rendimento, aplicarão provavelmente parte desse dinheiro no turismo."

Assim, se o turismo se figurou entre os fenómenos económicos e sociais mais importantes do século. XX, é provável que esta situação se mantenha neste novo século. Com efeito, se em 1950 existiram cerca de 25 milhões de turistas, a OMT apresenta uma previsão de 970 milhões para 2010. Isto é, um crescimento na ordem das quarenta vezes em 60 anos (ANETURA, 2006). Se, em 1950 apenas 15 países protagonizavam a quase totalidade das 25 milhões de chegadas de turistas internacionais, em 2000 mais de 70 países receberam acima de um milhão de turistas (C.T.P. 2005). Em 2005, e comparando com 2004, as chegadas de turistas internacionais atingiram os 808 milhões em todo o mundo, representando um aumento de 5,5 por cento face a 2004. Para a Europa verificou-se igualmente um crescimento positivo das chegadas, na ordem dos 4,3 por cento, tendo atingido um total de 443,9 milhões (C.T.P. 2005). O ano de 2005 foi, desta forma, um ano positivo para o turismo global, com aumentos nos principais indicadores da actividade turística.

Indicadores relativos aos anos 2001 e 2002 referem que o Médio Oriente, Ásia e Pacífico se destacaram pelo crescimento que apresentaram em relação ao ano anterior. Se analisarmos o período compreendido entre 1990 a 2002, verificamos que estas continuam a ser as regiões que apresentam maiores índices

de crescimento relativamente às chegadas de turistas internacionais (Nunes, 2005). Por sua vez, o continente Americano, influenciado pelos acontecimentos terroristas de 11 de Setembro de 2001, apresentou em 2002 uma quebra pelo segundo ano consecutivo, sendo a única região que não inverteu a tendência de queda verificada em 2001, tendo sido ultrapassada pela primeira vez pela Ásia e pelo Pacífico.

Segundo a Organização Mundial de Turismo, o turismo, no futuro será influenciado pelos seguintes factores:

Economia:

- Enquadramento económico favorável, com maiores rendimentos nas famílias;
- Importância crescente de novas economias (China, Índia, Brasil, Rússia);
- Movimento de harmonização monetária.

Tecnologia

- Desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação;
- Progresso da tecnologia dos transportes.

Política:

- Suspensão quase total das barreiras às viagens internacionais;
- Liberalização dos transportes e de outros sectores;
- Incremento de políticas sociais.

Demografia:

- Envelhecimento da população e diminuição da mão-de-obra nos países industrializados provocando um aumento da migração Sul – Norte.

Mundialização:

- Peso crescente da economia internacional e das forças de mercado e perda do controlo dos Estados – Nações e das empresas não mundiais.

Localização:

- Nos países em desenvolvimento, conflito entre identidade e modernidade;
- Constituição de grupos em função da pertença à mesma etnia, religião e estrutura social.

Tomada de consciência Social e Ambiental

- Forte sustentabilidade da opinião pública em relação aos problemas sócio-culturais e do ambiente;
- Importância crescente concedida pelos *media* aos grandes problemas planetários (por exemplo a diminuição dos recursos de água, as alterações climáticas etc).

Condições de Vida e de Trabalho

- Aumento do "stress" nas cidades quer nos países industrializados, quer nos países em desenvolvimento;
- Passagem de uma economia de "serviços" para uma economia de "experiências";
- Transferência do interesse para experiências únicas que comprometem pessoalmente o consumidor.

Marketing

- Utilização de tecnologia electrónica para identificar segmentos de mercado e para concretizar acções importantes de comunicação e promoção.

Segurança das viagens e dos destinos

- O turismo não se expandirá para países onde exista agitação social ou guerra ou risco de terrorismo (Direcção Geral Turismo, 2006).

Neste contexto, a indústria do turismo, atendendo às projecções das organizações internacionais, nomeadamente, às referenciadas pela OMT, representará um importante sector económico para qualquer país mundial. Portugal parece não ficar indiferente a esta tendência. O turismo tem vindo a assumir uma importância fulcral no desenvolvimento da nossa economia, contribuindo significativamente para o nosso Produto Interno Bruto (PIB) (ICEP, 2006).

4.3 O Turismo em Portugal

Em Portugal, o Turismo é considerado um dos mais importantes sectores da economia, sendo responsável por 8 por cento do PIB e absorvendo perto de 10 por cento do trabalho (ICEP, 2006). De facto, ao longo dos últimos anos tem-se assistido ao aumento de todos os indicadores relacionados com este sector. De acordo com a D. G. T. (2006e) e analisando o período de 1990 a 2000, a evolução do turismo em Portugal traduziu-se num crescimento na Hotelaria de 2,4 por cento ao ano, as unidades de turismo em Espaço Rural mais do que triplicaram entre1990 a 2000, os Hotéis de cinco estrelas cresceram 2, 2 por cento ao ano, os de quatro estrelas cresceram mais de 5 por cento e as pousadas mais de 6,5 por cento.

Se analisarmos as chegadas de estrangeiros às fronteiras Portuguesas no período compreendido entre 1990 e 2000, estas traduziram-se também num crescimento médio de 4, 3 por cento ao ano (D.G.T., 2006e). Dados mais recentes, relativamente ao número de entradas na fronteira portuguesa, apontam para que o número de passageiros desembarcados de voos internacionais tenha aumentado 3,4 por cento em Agosto de 2005, face ao mês homólogo de 2004 (D.G.T., 2006e). Também o movimento de passageiros nos principais portos marítimos nacionais cresceu, em Agosto de 2005, 17,1 por cento relativamente a Agosto de 2004 (D.G.T., 2006e). Se analisarmos o período acumulado de Janeiro a Agosto de 2005, verificamos também uma variação positiva de 4,1 por cento,

relativamente ao período homólogo de 2004, fixando-se em 5.809.914 o número de passageiros desembarcados (D.G.T., 2006e). Contudo, apesar destes indicadores positivos, o turismo português encontra-se ainda fortemente dependente de poucos mercados emissores, dos quais a Espanha representa um peso significativo para Portugal. Em 2002, a Espanha representava 46,4 por cento do total de estrangeiros entrados em Portugal, seguido da Inglaterra com 16 por cento, da França e Alemanha com 7,2 por cento e da Holanda com 4,1 por cento, tendo-se verificado, em 2003, um crescimento de 0,6 por cento no mercado Espanhol, 6,1 no Reino Unido, 1,2 no Alemão e 0,9 por cento no Holandês (C.T.P. 2005).

Em relação ao turismo interno, este assume-se também como sendo de extrema importância para o nosso país. De facto, o número de portugueses que gozam férias tem vindo a aumentar. Se compararmos os dados de 2005 com os de 2004, verificamos que houve um aumento de 6,1 por cento. Em relação ao período do ano escolhido para gozar férias, verifica-se que os meses de Verão são os mais preferidos, o que significa que o produto Sol e Praia continua a ter um peso bastante significativo no turismo interno, não sendo de estranhar que 66, 6 por cento dos Portugueses tenham escolhido a praia como destino de férias, (D.G.T., 2006d).

Contudo, começa a verificar-se uma diminuição de 5, 1 por cento em 2005 face a 2004 na escolha deste destino, existindo um crescimento na procura de outro tipo de ambientes, como é o caso das Montanhas, das Termas e da Cidade, com variações positivas de 1,4, 0,9 e 1,5 por cento respectivamente (D.G.T., 2006d).

Apesar deste crescimento, quer do turismo interno, quer do turismo externo, Portugal continua a captar apenas uma pequena parte do turismo que visita a Península Ibérica, sendo a grande percentagem captada por Espanha. De acordo com a C.T.P. (2005:831), “Espanha capta quase 90 por cento dos 54 milhões de turistas internacionais que chegam à Península Ibérica, pelo que, apenas uma residual percentagem, representando cerca de 6 milhões de turistas se dirige a Portugal.” Portugal parece, assim, não conseguir impor-se internacionalmente

como destino turístico em relação à vizinha Espanha, principalmente, pelo facto de estar fortemente conotado como um destino turístico de Sol e Praia. Neste caso, temos inúmeras dificuldades em disputar cotas de mercado com outros destinos como Baleares e Canárias, no caso de Espanha, e com países como a Turquia, Tunísia, Marrocos e Chipre (C.T.P., 2005).

Assim, a aposta numa diversificação de produtos turísticos parece-nos ser um acto estratégico imprescindível no combate à excessiva dependência do turismo Sol e Praia, de forma a conseguir impormo-nos definitivamente como destino turístico nos mercados internacionais. O governo actual, ao reconhecer essa necessidade, apresentou um Plano Estratégico Nacional do Turismo para ser desenvolvido ao longo do período de 2006 a 2015. No Plano apresentado, o Governo propõe-se contribuir para um maior aumento do PIB, aumentar o emprego qualificado e acelerar o crescimento do turismo interno. Para que isso aconteça pretende apostar em dez produtos considerados estratégicos: Gastronomia e Vinhos; "Touring" Cultural e Paisagístico, Saúde e Bem-estar, Turismo de Natureza, MICE[4], Turismo Residencial, *City/Short breaks*, Golf, Turismo Náutico e Sol & Mar*.,* apostando claramente numa diversificação de produtos de acordo com as potencialidades de Portugal (Ministério da Economia e Inovação, 2005).

Ao assumir o Turismo Natureza e o Turismo Náutico como dois dos dez produtos estratégicos para o nosso país, reconhece-se que estes são produtos que reúnem condições para se imporem e contribuírem decididamente para o êxito do turismo no nosso país. De facto, como é evidenciado pelo documento da a Região de Turismo do Alto Minho (2004b:03), "Portugal apresenta, em comparação com outros parceiros da União Europeia, um património natural relativamente abundante e diversificado, o que confere ao país uma particular responsabilidade na protecção de uma riqueza que deve ser considerada património comum dos europeus e como tal representar um potencial turístico de importância crescente. Isto mesmo é destacado pelo Instituto de Empresas para

[4] Turismo cuja motivação principal é a participação em Reuniões, Incentivos, Conferências e Eventos.

Mercados Externos (ICEP) (2006), ao considerar que Portugal possui recursos e potencialidades turísticas extraordinárias sobre as quais se tem vindo a desenvolver uma actividade relevante e com peso crescente na economia do país e que pode permitir, segundo o Orçamento de Estado para 2006, desenvolver o "cluster" Turismo-Lazer como um sector estratégico prioritário para o país.

Parece-nos, assim, imprescindível que saibamos responder a um turista cada vez mais interessado em experimentar novos locais, em vivenciar experiências turísticas de maior qualidade, particularmente em locais de relevante interesse cultural e paisagístico (RTAM, 2004b).

Conciliar a vertente desportiva com a escolha de um destino de férias, é uma prática cada vez mais comum, quer em termos de tendências internacionais, quer por parte do próprio turismo interno (Pinheiro, 2003). Existe um grande potencial à espera do turismo que associe a componente activa com o lazer. "Segundo estudos feitos nos E. U. A., perto de 50 por cento da população americana considera-se um eco-turista (Morais, 2003:10).

Neste contexto, o turismo activo parece-nos ser uma forma interessante de promover um novo produto, quer pela sua capacidade de levar o turista a conhecer novos espaços onde é possível essa união entre o património cultural e paisagístico, quer pelas emoções que lhe estão associadas.

5. AS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DAS AFAN

5.1 Caracterização das Organizações Promotoras das AFAN

Foi no início da década de 1990 que se deu o incremento do Turismo Activo em Portugal. Esta actividade desenvolveu-se como alternativa ao turismo de massas, tendo a sua existência estado associada desde o início às diversas áreas protegidas nacionais e, mais tarde, alargada a todo o território. Em 1993 existiam em Portugal cinco empresas legalizadas, das quais actualmente três já não existem. Na época, as actividades que mais se realizavam eram marchas, orientação, *surf*, BTT e montanhismo, no qual se incluía a escalada e o *rappel*. Houve, contudo, uma evolução significativa neste sector, pois até Agosto de 2004 a ANETURA contabilizou 129 empresas de turismo activo licenciadas, estando 35 localizadas na região Norte, 28 na região Centro, 27 na grande Lisboa e 39 na região Sul. Foram ainda identificados registos de mais de 600 empresas ou outras entidades a oferecer serviços nesta área sem estarem licenciadas (ANETURA, 2006).

A crescente procura deste tipo de actividades terá estado na origem de uma rápida resposta do mercado, surgindo inúmeras empresas a promover e a comercializar este produto. Segundo a ANETURA, (2006:12), "a contínua melhoria dos índices económicos, o incrementar de uma consciência ecológica, o desenvolvimento da oferta de pequenos alojamentos dos destinos alternativos, o nascimento de revistas especializadas em viagens, entre outros, provocaram um «*big bang*» de pequenas empresas disseminadas por todo o país a partir de meados da década de 90". Este incremento não se verifica apenas na qualidade, mas igualmente na diversidade. Exemplo disso é o estudo de Ribeiro (2001) sobre a região do Douro, onde o autor verificou que a oferta nesta região se encontra muito fragmentada, já que é possível encontrar aqui diversos tipos de empresas, não só exclusivamente afectas a este fim, mas também outros agentes com serviços variados.

Apesar de não existirem muitos estudos que caracterizem este sector, aqueles que encontramos (Ribeiro, 2001; RTAM, 2004c; Costa, 2006; Dias, 2006; ANETURA, 2006) apontam para conclusões semelhantes, ou seja, as empresas que promovem este tipo de actividades são de pequena dimensão, em que os gestores são na sua maioria sócios e actuam também como técnicos. Com efeito, os dados da ANETURA (2006:15) apontam para que "das 129 empresas existentes, 101 tenham unicamente entre um a três empregados, 21 das empresas até 5 funcionários e somente 7 empresas têm mais de 5 funcionários".

Também no estudo que Ribeiro (2001) realizou na região do Douro, verifica-se que as empresas aí existentes são maioritariamente empresas de pequena dimensão que não excedem o equivalente a dois postos de trabalho permanentes. Na realidade, de acordo com a mesma pesquisa, estas empresas são ainda geridas a tempo parcial pelos seus responsáveis, sendo frequentemente os seus únicos funcionários, os quais têm outra actividade profissional.

Relativamente ao volume de negócios destas empresas, de acordo com ANETURA (2006:14) "33 por cento das empresas terá uma facturação inferior a 50.000 euros por ano, 32 por cento terá uma facturação de 50 até 100.000 euros, 30 por cento das empresas terão uma facturação de 100 a 350.000 euros e somente 5 por cento das empresas terão uma facturação superior a 350.000 euros ano." Pode dizer-se que o volume de negócios destas empresas representa valores na ordem de 35 milhões de euros ao ano, não contabilizando o volume de negócios no mercado paralelo desenvolvido por empresas ilegais que são cerca de 600, (ANETURA, 2006:14).

No que se refere à forma como estes produtos são promovidos e comercializados, a maior parte destas empresas vende os seus produtos com apoio da Internet. Recorrem a esta prática cerca de 91 por cento das empresas. O contacto directo com os clientes é também uma forma muito utilizada para a comercialização destes produtos, sendo utilizada por 82 por cento das empresas. A forma menos recorrente é o recurso a operadores turísticos, sendo utilizada apenas por 11 por cento das empresas (ANETURA, 2006). O Turismo Activo

parece não ser ainda um produto suficientemente consistente para ser explorado e comercializado pelos operadores turísticos, com vista ao mercado internacional.

Se analisarmos o local onde as empresas operam, a maior parte opta por desenvolver as actividades numa única região, sendo o caso de 57 por cento das empresas. Por sua vez, 38 por cento afirmam desenvolver actividades em mais do que uma região e somente 3 por cento das empresas realizam também actividades em locais internacionais (ANETURA, 2006).

As principais actividades promovidas por estas empresas são "as caminhadas e os percursos pedestres, o *paintball, o rappel, o slide*, o tiro com arco, btt, a canoagem em águas planas, a orientação e as pontes de cordas. As actividades menos desenvolvidas são o canyoning, o montanhismo e o alpinismo, o *rafting*, os passeios de barco, a canoagem em águas bravas, o balonismo, o parapente, o paraquedismo, a asa delta e a espeleologia" (ANETURA, 2006:16).

As empresas possuem, na sua generalidade, espaços próprios para o desenvolvimento das suas actividades (*paintball*, btt, entre outras) e não desenvolvem outras actividades comerciais para além do desporto aventura. A sua sede física é, em muitos casos, a residência do seu responsável, uma única sala, ou mesmo a sede de outras actividades comerciais, como lojas de artigos de desporto e outras (Ribeiro, 2001).

Como produto turístico, o Turismo Activo em Portugal encontra-se maioritariamente orientado para o mercado nacional. De acordo com a ANETURA (2006:15), "96 por cento dos clientes destas empresas são portugueses, sendo apenas 1 por cento espanhóis e 3 por cento de outros países europeus. Destaca-se que fora da Europa o valor de participação neste tipo de actividades é residual."

A penetração destas empresas no mercado internacional é inexistente, contribuindo para o efeito factores como "a impossibilidade de venda de alojamento nos seus pacotes de actividades, falta de notoriedade do produto «Portugal destino de turismo activo», falta de canais de venda do produto nos mercados alvo, política de promoção dos produtos desadequada, fraco investimento na promoção dos produtos nos mercados alvo" (ANETURA, 2006:15).

Na Europa, segundo a OMT em 2003 os viajantes de aventura atingiram um milhão face a 555 mil em 1998 dos quais 130 mil eram Alemães, 100 mil oriundos do Reino Unido, 80 mil da França, (C.T.P., 2005).

Perante estes dados, pensamos que Portugal, com todas as suas potencialidades deve apostar neste tipo de turismo, desenvolvendo-o de acordo com as exigências de mercado. Não obstante, de acordo com Costa (2006), parecem existir algumas dificuldades na implementação do tipo de empresas que poderá oferecer estes serviços, particularmente no que diz respeito às dificuldades inerentes ao processo da sua legalização. Neste contexto, pensamos ser importante apresentar o enquadramento legal que actualmente se aplica a este sector.

5.2 Enquadramento Legal

As entidades que promovem e comercializam actividades físicas de aventura na natureza estão regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 204/2000 de 01 de Setembro que define o acesso e o exercício da actividade das Empresas de Animação Turística. Segundo este Decreto, são Empresas de Animação Turística as que tenham por objecto a exploração de actividades lúdicas, culturais, desportivas ou de lazer, que contribuam para o desenvolvimento turístico de uma determinada região e não se configurem como empreendimentos turísticos, estabelecimentos de restauração e bebidas, casas e empreendimentos de turismo no espaço rural, casas de natureza e agências de viagens (D.L.204/2000). Por sua vez, as empresas proprietárias ou exploradoras de empreendimentos turísticos, estabelecimentos de restauração e bebidas, casas e empreendimentos de turismo no espaço rural, casas de natureza e agências de viagens podem exercer actividades de animação turística desde que cumpram os requisitos previstos na lei e que tenham contemplado no seu objecto social a possibilidade de exercerem essas actividades, estando, assim, dispensadas do licenciamento legal, ficando isentas do pagamento de taxas. Assim, para que uma Empresa de Animação Turística possa exercer a sua actividade terá que possuir uma licença atribuída

pela Direcção-Geral do Turismo, tendo obrigatoriamente que se verificar os seguintes requisitos:

- Ser uma cooperativa, estabelecimento individual de responsabilidade limitada ou sociedade comercial que tenha por objecto o exercício daquela actividade e um capital social mínimo realizado de 12 469,95 €;
- Possuir seguro de acidentes pessoais que contemple o pagamento das despesas de tratamentos, incluindo internamento hospitalar e medicamentos até ao montante anual de 3 500,00 €; pagamento de um capital de 20 000,00 €, em caso de morte ou invalidez permanente dos seus clientes, reduzindo-se o capital por morte ao reembolso das despesas de funeral até ao montante de 3 000,00 €, quando estes tiverem idade inferior a 14 anos;
- Seguro de assistência a pessoas, válido inclusivamente no estrangeiro, garantindo o pagamento do repatriamento sanitário e do corpo, o pagamento de despesas de hospitalização, médicas e farmacêuticas, até ao montante anual de 3 000 €;
- Seguro de responsabilidade civil, garantindo 50.000,00 € por sinistro, e anuidade que garanta os danos causados por sinistros ocorridos durante a vigência da apólice, desde que reclamados até um ano a cessação do contrato.

Para além disto, as Empresas de Animação Turística terão que comprovar a idoneidade comercial do titular do estabelecimento em nome individual de responsabilidade limitada, dos directores ou gerentes da cooperativa e dos administradores ou gerentes da sociedade requerente, tendo ainda que proceder ao pagamento de uma taxa de licenciamento no valor de 2 493,99 €. Cumprindo estes requisitos, as Empresas de Animação Turística podem desenvolver e promover produtos que se enquadrem com a sua actividade, sendo que são consideradas actividades próprias das empresas de animação turística aquelas que são desenvolvidas em:

- Marinas, portos de recreio e docas de recreio predominantemente destinados ao turismo e desporto;
- Autódromos e Kartódromos;
- Balneários termais e terapêuticos;
- Parques temáticos;
- Campos de golfe;
- Embarcações com e sem motor, destinadas a passeios marítimos e fluviais de natureza turística;
- Aeronaves com e sem motor, destinadas a passeios de natureza turística, desde que a sua capacidade não exceda um máximo de seis tripulantes e passageiros;
- Instalações e equipamentos para salas de congressos, seminários, colóquios e conferências, quando não sejam partes integrantes de empreendimentos turísticos e se situem em zonas em que a procura desse tipo de instalações o justifique;
- Centros equestres e hipódromos destinados à prática de equitação desportiva e de lazer;
- Instalações e equipamentos de apoio à prática do *windsurf, surf, bodyboard, wakeboard*, esqui aquático, vela, remo, canoagem, mergulho, pesca desportiva e outras actividades náuticas;
- Instalações e equipamentos de apoio à prática da espeologia, do alpinismo, do montanhismo e de actividades afins;
- Instalações e equipamentos destinados à prática de pára-quedismo, balonismo e parapente;
- Instalações e equipamentos destinados a passeios de natureza turística em bicicletas ou outros veículos de todo o terreno;
- Instalações e equipamentos destinados a passeios de natureza turística em veículos automóveis sem prejuízo do legalmente estipulado para utilização de meios próprios por parte destas empresas;
- Instalações e equipamentos destinados a passeios em percursos pedestres e interpretativos;

- As actividades, serviços e instalações de animação ambiental previstas no Decreto Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto, sem prejuízo das mesmas terem de ser licenciadas de acordo com o disposto nesse diploma;
- Outros equipamentos e meios de animação turística, nomeadamente de índole cultural, desportiva, temática e de lazer.

São ainda consideradas actividades acessórias das empresas de animação turística, as seguintes actividades:

- As iniciativas ou projectos sem instalações fixas, nomeadamente os eventos de natureza económica, promocional, cultural, etnográfica, científica, ambiental ou desportiva, quer se realizem com carácter periódico, quer com carácter isolado;
- A organização de congressos, seminários, colóquios, conferências, reuniões, exposições artísticas, museológicas, culturais e científicas;
- A prestação de serviços de organização de visitas a museus, monumentos históricos e outros locais de relevante interesse turístico.

Adicionalmente, as actividades que são realizadas no mar ou no rio, consideradas actividades desportivas, culturais e de ensino, desenvolvidas por meio de embarcações, exploradas com fins lucrativos ou de promoção turística, estão sujeitas ao licenciamento por parte do Ministério do Equipamento Social, sempre que estas embarcações tenham arqueação bruta igual ou superior a 5 T.A.B. (tonelagem de arqueação bruta) ou três embarcações, cada uma com arqueação bruta igual ou superior a 2 T.A.B. Sempre que as embarcações tenham tonelagem inferir à referida, o processo de licenciamento fica a cargo da Capitania do Porto com jurisdição na área, sendo a DGT ouvida no processo de licenciamento (D.L.21/2002).

No caso das Empresas de Animação Turística desenvolverem as suas actividades num espaço inserido numa área protegida, estas carecem de licenciamento por parte da entidade que gere essa área, nomeadamente, por

parte do Instituto de Conservação da Natureza, após o parecer prévio da Direcção-Geral de Turismo, ou do Instituto do Desporto de Portugal (IDP). Obedecem, assim, ao Decreto-regulamentar 18/1999, de 27 de Agosto que veio regulamentar os serviços e instalações de desporto natureza desenvolvido em áreas protegidas. Quando isso acontece, as Empresas de Animação Turística devem respeitar os seguintes requisitos específicos:

- Respeitar o enquadramento legislativo próprio de cada actividade ou sector;
- Respeitar os locais indicados para a prática de cada modalidade desportiva;
- Respeitar os acessos e trilhos definidos, bem como os locais de estacionamento e de acompanhamento;
- Respeitar as condicionantes estabelecidas quanto aos locais, ao número de praticantes e à época do ano;
- Acondicionar e dotar de forma adequada os locais com equipamentos de qualidade e segurança necessários à prática de cada modalidade;
- Dotar os locais com sinalização e informação sobre as condições de utilização dos mesmos e recomendações para a prática de cada modalidade;
- Garantir a manutenção dos equipamentos, sinalização, acessos, estacionamento e locais de pernoita, bem como a qualidade ambiental de cada local e respectiva área envolvente;
- Respeitar as regras e orientações estabelecidas no código de conduta.

Por conseguinte, torna-se necessário que cada área protegida possua uma carta de desporto natureza e respectivo regulamento, onde defina as regras e orientações relativas às modalidades que podem ser praticadas dentro das áreas protegidas, incluindo os locais e as épocas do ano em que as mesmas podem ser realizadas, bem como a respectiva capacidade de carga.

Este é o quadro legislativo que neste momento enquadra o funcionamento das empresas que promovem Animação Turística, contudo, está longe de reunir um consenso em relação à sua adequação. De facto, segundo um estudo

encomendado pela RTAM sobre Animação Turística no Alto Minho e através de uma análise ao sector, veio confirmar-se que actualmente a legislação é considerada uma ameaça, sendo excessivamente vaga, tendo em conta a diversidade de actividades nela consagrada, ineficaz e omissa em relação à demonstração de capacidade técnica e formação de recursos humanos (RTAM, 2004c).

Também o primeiro Congresso Nacional de Empresas de Animação Activa fez referência, nas suas conclusões, ao problema da legislação, ficando registado que se torna "fundamental desenvolver esforços no sentido de pressionar o poder político a fim de efectuar uma alteração do enquadramento legal do sector através da criação de um quadro legislativo específico para as empresas de turismo activo" (RTAM, 2004c:09). Segundo as mesmas conclusões, torna-se imprescindível "encetar esforços no sentido de alterar a legislação existente de forma a possibilitar às empresas a comercialização de serviços de alojamento sempre que complementem as actividades devolvidas pelas mesmas." (RTAM, 2004c: 09).

Neste sentido, a definição de um quadro normativo adequado parece-nos um passo fulcral para o desenvolvimento deste sector e para a sua afirmação no âmbito das actividades económicas ligadas ao turismo. Para uma região como o Alto Minho, atendendo às suas características, as empresas de Animação Turística poderão consubstanciar-se como um importante sector económico.

Para melhor compreendermos a importância deste sector para a Região de Turismo do Alto Minho, parece-nos pertinente que procedamos à caracterização desta região, com o intuito de analisarmos as suas potencialidades para albergar uma "indústria" ligada ao lazer, às emoções e aos sentidos.

6. REGIÃO DE TURISMO DO ALTO MINHO

6.1 Caracterização da Região de Turismo do Alto Minho

6.1.1 Caracterização Geográfica

A Região de Turismo do Alto Minho é constituída por uma área que engloba 13 municípios. Seis estão localizados no Vale do Minho, desde o Planalto de Castro Laboreiro, passando por Melgaço, Monção e Valença, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira e Caminha. Quatro estão localizados no Vale do Lima, desde Ponte de Lima até à Foz, passando pelos municípios de Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Viana do Castelo. E três estão localizados no Vale do Cavado, desde Terras de Bouro, passando por Barcelos, até à Foz em Esposende, no estuário do Cavado (RTAM, 2003).

A Região de Turismo do Alto Minho caracteriza-se pelo importante e diversificado património ambiental, cultural e gastronómico.

No que se refere ao património ambiental, encontra-se maioritariamente integrado em áreas protegidas, como sejam:

Parque Nacional Penêda Gerês (PNPG)

Este Parque abrange os concelhos de Arcos de Valdevez, Montalegre, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Melgaço, totalizando uma área de 70 290 hectares. Destes, 5 275 hectares pertencem ao Estado, estando sob a gestão do ICN, 45 577 hectares são terrenos baldios e a restante área é propriedade privada. PNPG é a única área protegida que possui a categoria de Parque Nacional, o nível mais elevado de classificação das áreas protegidas (RTAM, 2003).

Parque Natural do Litoral Norte

O Parque Natural da Região Norte ocupa uma área de 440 hectares, numa distância aproximada de 18 Km ao longo de toda a orla litoral do concelho de Esposende, engloba áreas pertencentes a seis freguesias e está rodeado pelos concelhos de Viana do Castelo e Póvoa de Varzim, nos limites Norte e Sul, respectivamente. A Oeste, através da linha de costa é o Oceano Atlântico que lhe serve de limite e a Norte é o Rio Neiva, coincidindo, neste caso, também com o limite do concelho de Esposende. É uma área constituída por praias de mar e de rio, dunas primárias e secundárias, uma pequena área de mata e ainda alguns campos agrícolas junto aos limites Norte e Sul. Praticamente toda a área do Parque situa-se abaixo da cota dos 10 metros, sendo que apenas uma pequena área a Norte, que engloba a aglomeração da Guilheta e algumas dunas, a Sul, se situam a altitudes que variam entre os 10 e os 20 metros. Para além de inúmeras ribeiras que desaguam directamente no mar, os principais cursos de água que atravessam o Parque são os rios Cávado e Neiva, o primeiro com um estuário de maiores dimensões e ambos com a foz no oceano (RTAM, 2003).

Área de Paisagem Protegida do Corno de Bico

A Paisagem Protegida de Corno do Bico é um pequeno santuário natural, representativo dos valores biofísicos e culturais da região, situando-se nos limites administrativos a sudoeste do concelho de Paredes de Coura, confrontando com Arcos de Valdevez e Ponte de Lima. É constituída por áreas pertencentes a cinco freguesias: Bico, Castanheira, Cristelo, Parada e Vascões. Esta área protegida perfaz um total de 2 174,766 hectares, dos quais 25 por cento são matas formadas por carvalhos e outras folhosas. Das espécies animais presentes destacam-se o Lobo, o Corço, a Toupeira de Água, a Águia-Real, a Víbora de Seoane, o Tritão de ventre laranja, o Tritão Palmado, a Salamandra Lusitanica, o Lagarto de água e um vasto leque de passeriformes típicos do bosque, dos quais se destaca o colorido Dom – Fafe, a Cia, o Chapim Real, a Trepadeira e o Guarda-Rios. Em termos de património florístico destaca-se o cada vez mais raro

e protegido Azevinho e diversas flores silvestres de rara beleza, para além de plantas carnívoras como a Orvalhinha. Destaca-se, ainda, em termos de património erudito, algumas casas senhoriais e um grande conjunto de estruturas de suporte da agricultura que foi, até meados do século XX, a mais importante actividade económica da região (RTAM, 2003).

Lagoas de Bertiandos

A Paisagem Protegida das Lagoas de Bertiandos e S. Pedro de Arcos (PPLBSPA) abrange as freguesias de Bertiandos, S. Pedro de Arcos, Estorãos, Moreira do Lima e Sá, a 4 Km para Este da sede de concelho de Ponte de Lima e a 19 Km para Norte da sede de distrito de Viana do Castelo, entre o Rio Lima a Sul e as Serras de Arga e Cabração a Norte. A Área de 350 hectares que engloba esta paisagem enquadra-se no terço médio inferior do curso e bacia hidrográfica do rio Estorãos, a cerca de 2 Km da foz na margem direita do Rio Lima. Os limites seguem o vale que se forma a partir da passagem do rio pela freguesia de Estorãos até à E. N. 202, limitada a Este pelo povoamento de Bertiandos e a Oeste por S. Pedro de Arcos. Para além destas áreas protegidas, podemos ainda encontrar na área geográfica da Região de Turismo do Alto Minho uma área definida como Rede Natura formada pelos municípios localizados no Vale do Minho, nomeadamente, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença do Minho (RTAM, 2003).

6.1. 2 Produtos turísticos

Segundo estudos realizados pela RTAM e referidos por Sampaio (2004b,02), “os produtos da RTAM estão vocacionados para três tipos de turistas: Alocêntricos (aventureiros e exploradores); Quase Alocêntricos (mais aprazíveis que os alocêntricos, privilegiando a vertente humanizante e de relacionamento pessoal do turismo); midcêntricos (viajam só para áreas com reputação a nível do património natural e cultural e onde garantam um custo benefício de qualidade)”. Também um estudo psicossociológico feito pela RTAM (2004b) salienta que o

posicionamento de área promocional na próxima década, ou seja, a estratégia de comunicação do Alto Minho deverá contemplar, no que se refere às motivações para visitar esta região, a beleza paisagística, gastronomia e vinhos, hospitalidade, história e monumentos, preço, ausência de multidões, cultura popular e festas. Em termos de produtos, haverá uma aposta no *Touring*, Património Natural e Cultural, Turismo Activo, Religião, Vinhos, Termas, Eventos, Artesanato, Sol e Praia. Estes produtos serão direccionados para os segmentos de famílias, casais, desportistas, seniores, ecologistas, especialistas, enólogos, peregrinos, negócios e quadros.
No que se refere aos Produtos / Segmentos, conjugando os principais interesses manifestados pelos turistas, diferenciam-se os seguintes produtos temáticos:

- Touring Alto Minho – sobressaindo a mística dos três rios (Minho, Lima e Cávado); a paisagem natural e humana; os Centros Históricos; as Fortalezas Raianas; os Solares e os Parques e Reservas Naturais;
- Caminhos de Santiago – Caminho do Noroeste, Caminho do Lima, Caminho do Norte, Caminho da Geira Romana;
- Ecoturismo – turismo de natureza, áreas protegidas, animação turística, paisagem e belezas naturais da região, observação de pássaros;
- Turismo Activo – canyonning, canoagem, mergulho, *rafting, surf, body board*, *windsurf*, ski-aquático, vela, BTT, turismo equestre, escalada, *paintball*, parapente, ultraleve, balonismo;
- Rota dos Vinhos Verdes – Nos três vales do Alto Minho, *"winetours"*, visitas educacionais, visitas guiadas, provas de vinhos, visita a quintas, Turismo Rural Integrado;
- Roteiro Gastronómico – Englobando os 13 concelhos do Alto Minho e uma média de trezentos restaurantes de cozinha tradicional;
- Roteiro de Artesanato – Englobando os treze concelhos do Alto Minho, com sessenta aderentes e com selo de garantia;
- Festas, Feiras e Romarias – Roteiro de mais de nove centenas de eventos que se realizam de Maio a Setembro.

Pelo apresentado, parece-nos que a Região de Turismo do Alto Minho apresenta excelentes condições para desenvolver o turismo natureza e o turismo activo como um produto típico desta região. A riqueza e a diversidade ambiental, ligadas ao património cultural e gastronómico transformam esta região num destino privilegiado para a oferta de um produto compósito que integre todas estas vertentes. De facto, a RTAM (2004b) considera importante que se invista nesta área e que o turismo activo passe a fazer parte dos produtos turísticos promovidos nesta região. Com este intuito, a RTAM procedeu à elaboração de um estudo sobre a animação turística no Alto Minho, considerando o turismo activo como um produto de futuro, face ao novo turista, mais activo e mais ecológico, tendo em conta ainda as excepcionais condições que a região apresenta (Sampaio, 2004c). As potencialidades desta região, em termos de natureza e de gastronomia, também são referidas por Pardellas (2002:51), quando salienta que "se o Algarve continua a privilegiar a aposta no turismo «sol e mar», apesar de alguns esforços para diversificar a oferta de produtos turísticos nos últimos anos, e se Lisboa continua a beneficiar do privilégio de ser a capital do país, o norte de Portugal começa a afirmar-se pelo facto de possuir magníficas paisagens naturais, uma rica gastronomia e folclore, património construído, etc". Contudo, o mesmo autor alerta-nos para o risco desta zona querer competir com outras regiões através da oferta dos mesmos produtos, salientando que "a região norte tem condições para se afirmar cada vez mais como um importante espaço de turismo. Graças às enormes potencialidades que este território encerra não será, no entanto, entrando em concorrência directa com os restantes espaços, mas antes tornar-se uma alternativa viável a estes" (Pardellas, 2002:57).

Desta forma, aos municípios que integram a Região de Turismo do Alto Minho parece não lhes restar outra alternativa que não seja estar imbuídos numa estratégia concertada de promoção turística, não podendo ignorar as potencialidades da região. É um turismo com capacidade para se apresentar como uma alternativa ao turismo massificado de sol e praia que caracteriza outras zonas do país, nomeadamente o Algarve. De facto, estudos realizados pela Região de Turismo do Alto Minho demonstram que os turistas que visitam esta região sempre

deram como motivação da visita a paisagem, preferida por 38 por cento de espanhóis, 35 por cento de ingleses, 33 por cento de portugueses e 30 por cento de franceses (RTAM, 2003).

6.1. 3 Procura Turística

A Região de Turismo do Alto Minho tem sob a sua responsabilidade 14 delegações de turismo distribuídas uma por cada concelho da sua área de influência e duas no concelho de Caminha (Caminha e Vila Praia de Âncora).

O total de registo de visitantes oriundos do mercado interno e do mercado externo ultrapassa os 432 000 visitantes por ano. O mercado interno foi o que contribuiu com número mais elevado de visitantes. Por sua vez, em relação ao mercado externo os números são um pouco inferiores, contribuindo para esta diferença "o mercado Galego que pela sua proximidade procura o Alto Minho para as suas férias ou simples visitas" (RTAM, 2003;16).

Nos registos por delegação destacam-se as delegações de Viana do Castelo, Valença, Barcelos e Vila Praia de Âncora com maior número de visitantes. Se atendermos ao número de visitantes que se dirigiram às delegações de Turismo do Alto Minho, desde o ano de 1997 até 2004, verificamos que o número total de visitantes tem mantido uma curva ascendente, com excepção do ano de 2003. Convém salientar que estes dados não dizem respeito ao número de turistas que visitaram a região, mas somente ao número de visitantes que procuraram informações junto das Delegações Regionais de Turismo. Este indicador poderá ser fortemente influenciado pela localização das delegações de turismo, pela informação disponibilizada por outros agentes, entre outros factores. Contudo, considerando que as delegações de turismo são o principal local de obtenção de informação para os turistas, a variação do número de visitantes nas delegações de turismo tenderá também a expressar a variação do número de turistas

Assim, segundo estudos realizados pela RTAM e analisando o ano de 2004, verificou-se que as delegações de turismo foram procuradas por 432 222

visitantes, sendo 221 968 nacionais e 210 254 estrangeiros. Do mercado estrangeiro o maior número veio de Espanha com 93 014, seguido da França com 35 986, de Inglaterra com 14 450 e da Alemanha com 10 629 visitantes.

Atendendo à forma de organização das férias por parte das pessoas que visitam a região, maioritariamente o turismo parece não ter um suporte de férias organizadas, sobressaindo neste tipo de turismo os portugueses (com 88 por cento), franceses (com 81 por cento) e espanhóis (com 71 por cento). Pelo contrário, os Ingleses realizam férias organizadas, 42 por cento através de Agências de Viagens e 19 por cento pela Internet (RTAM, 2003).

Relativamente à animação turística oferecida no Alto Minho, estudos realizados pela RTAM apontam para uma percentagem tangencial de críticas (76 inquéritos em 481 respostas). Nestas críticas, sobressaem a falta de actividades e de atractivos (10,9 por cento), a falta de guias (10,3 por cento), a falta de informação (24,8 por cento), a falta de excursões (16,4 por cento) e a falta de profissionalismo (1,8 por cento). No entanto, a maioria dos turistas afirma também que ficou satisfeito com a qualidade de animação turística. Quando se trata de saber que tipo de animação turística lhe foi oferecido, a maioria refere o Turismo Activo, sobressaindo nessa resposta os Ingleses e Espanhóis. Englobam-se no Turismo Activo: trilhos, equitação, ténis, pesca, *rafting*, canoagem, BTT e outros. Outro dado interessante aponta para o facto dos turistas continuarem a referir a paisagem como o factor que mais encantou na visita a esta Região (RTAM, 2004c).

6.2 Turismo Activo

Em 2004, a RTAM concretizou um estudo sobre o Turismo Activo na Região de Turismo do Alto Minho. Na análise efectuada sobre o sector foram identificados os seguintes pontos fortes:

- Condições e recursos naturais existentes na região ao nível da sua qualidade, diversidade e abrangência territorial;
- Gama de oferta de actividades de Animação Turística alargada;

- Tendência para a especialização na prestação de serviços de Animação Turística;
- Segmento etário bem definido 19-35 anos maioritariamente.

Foram identificados também os seguintes pontos fracos:

- Factores de estruturação da oferta (limpeza, manutenção, conservação e preservação de recursos turísticos);
- Sazonalidade;
- Recursos humanos em número reduzido e com qualificação mínima;
- Inexistência de parcerias entre as Empresas de Animação Turística;
- Dificuldade de penetração no mercado dos incentivos (empresas);
- Estratégias comerciais pouco agressivas e pouco diversificadas;
- Falta de peso institucional da Animação Turística no sector turístico, visível num grau de relacionamento incipiente com outras entidades do sector (tutela e demais agentes económicos) e, particularmente, num sentimento generalizado de alguma menoridade face a outros agentes;
- Falta de programação e de participação em feiras generalistas ou temáticas, de forma coordenada;
- A RTAM não é vista como agente aglutinador dos seus interesses e como tendo capacidade na promoção deste sub-sector do turismo.

Foram identificadas as seguintes ameaças:

- Constrangimentos legais à actividade de Animação Turística (comercialização de pacotes turísticos);
- Dificuldade em articular serviços, impedindo o acesso a mercados mais estruturados;
- Legislação em vigor excessivamente vaga (diversidade de actividades nela consagrada), ineficaz (primado da forma sobre o conteúdo) e omissa (demonstração de capacidade técnica e formação de recursos humanos);
- Processos de licenciamento morosos;
- Falta de fiscalização Inspecção-Geral das Actividades Económicas.

Como oportunidades foram identificados os seguintes itens:

- Crescente procura de produtos que conciliem natureza e cultura;
- Interesse manifestado por outros serviços turísticos em estabelecer parcerias com as Empresas de Animação Turístico;
- Possibilidade de integração na estrutura comercial do PNPG.

O estudo realizado permitiu identificar que as actividades que se posicionam como sendo as mais relevantes em termos de participação são o pedestrianismo, o *rafting* e o BTT, apresentando todo o mesmo número de referências por parte das empresas. Em termos de facturação global, as actividades que mais contribuem são os passeios de moto quatro, o mergulho e os passeios a cavalo. A prestação de serviços de consultoria torna-se também relevante no caso de algumas empresas. O estudo permite evidenciar ainda que todos os agentes, especialmente as empresas, têm uma actividade (serviço) que se destaca das demais, podendo denotar-se alguma tendência para a especialização. Verifica-se uma clara diferença entre empresas e associações na gama de actividades oferecidas, sendo a oferta muito mais restrita nas associações.

Relativamente às empresas, estas apresentam diferentes posturas, com umas a tenderem para uma restrição da gama de actividades oferecidas, bem como dos mercados a atingir, enquanto outras apostam na diversidade da oferta.

No que se refere à subcontratação, ao contrário do que se poderia pensar esta não é uma prática corrente por parte das empresas.

Não existe também um conjunto específico de recursos que se possam destacar como locais para a realização das actividades. Pode dizer-se que existem três tendências na organização das actividades:

- Locais próximos da sede social da empresa, nomeadamente os limites do concelho;
- Locais onde é possível instalar estruturas fixas de realização das actividades, como por exemplo paredes de escalada, desportos náuticos,

etc., ou, onde os recursos possibilitam a organização das actividades como por exemplo o *rafting* no Rio Minho;

- Verifica-se também a organização de actividades por todo o Alto Minho, dada a diversidade de recursos existentes, especialmente nos percursos todo-o-terreno e pedestrianismo.

Quase todas as actividades das empresas são realizadas no Alto Minho, com actividades pontuais noutras zonas do país. Refira-se que, quando são analisados os locais concorrentes do Alto Minho, apenas surgem como actividade relevante a referência ao Rio Paiva para actividades de *rafting*.

No que respeita aos locais onde se desenvolvem as actividades pode-se afirmar que, com excepção do concelho de Valença, todo o Alto Minho reúne boas condições para desenvolver actividades de Animação Turística. Quanto a recursos específicos, os locais mais referenciados são o PNPG, a Serra d'Arga e o Rio Minho, que se destacam das demais bacias hidrográficas da região.

O sector do Turismo Desportivo representa uma prestação de 25.000 serviços por ano, tendo-se verificado uma tendência para o aumento da procura destes serviços do ano 2002 para 2003. Esta melhoria não é só quantitativa, mas também qualitativa, implicando um reforço dos equipamentos e dos conhecimentos técnicos dos monitores das actividades (RTAM, 2004c).

Actualmente, assiste-se a uma tendência para a procura de actividades que combinem o património natural e a emoção, com conteúdos culturais e religiosos.

Destaca-se também a existência de "uma forte representatividade dos clientes individuais e grupos de amigos e conhecidos. Estes dois segmentos representam a quase totalidade dos clientes das empresas" (RTAM 2004c; 12), Sendo que o peso das empresas no volume de clientes parece não ser significativo. Por sua vez, as escolas, apesar de em termos de rentabilidade representarem um peso reduzido, atendendo aos baixos preços praticados e aos encargos associados, parecem ser no entanto importantes para fazerem face aos problemas da sazonalidade.

Este estudo salienta também em termos de conclusão que se torna importante para o sector nesta região a constituição de uma Central de Reservas localizada na sede da RTAM, Castelo de Santiago a Barra em Viana do Castelo, recorrendo para o efeito aos financiamentos existentes. Também se torna importante solicitar apoio junto do Ministério do Turismo para que ao nível da comunidade de trabalho Norte de Portugal e Galiza, fosse compatibilizada a respectiva legislação, inclusive, a questão de seguros, única hipótese de fazer *"packages"* conjuntos.

Finalmente, foi referido a importância da RTAM diligenciar esforços junto do Ministério, Associações, Entidades com vista a trazer para o Alto Minho Eventos desportivos como sejam: Campeonato Mundial de *Surf e Body Board*, Orientação, *Challenger Trophy*, etc.

Neste sentido, e perante o referido, parece-nos que a Região de Turismo do Alto Minho reúne condições para que o Turismo Activo se assuma como um importante produto turístico para esta região. Não obstante, parece-nos que o desenvolvimento deste sector pelo seu impacto directo na natureza deverá ser perspectivado dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, procuraremos definir no capítulo seguinte o conceito de desenvolvimento sustentável, procurando assim, compreender de que forma é que estas organizações podem contribuir para tal desígnio.

7. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

7.1 Definição de Desenvolvimento Sustentável

O agravamento dos problemas relacionados com uma inadequada gestão dos recursos naturais e a existência de desigualdades na distribuição da riqueza e do progresso têm contribuído para uma crise ambiental e humana. Assim, torna-se um desafio para a humanidade encontrar novas soluções e alternativas para o desenvolvimento que não coloquem em causa o futuro das novas gerações. Desde da década de 1960 que as preocupações com o meio ambiente são uma constante, tendo estado na origem da realização do primeiro encontro sobre o meio ambiente que decorreu na Suécia em 1972, conhecido por “Estocolmo 72”. Este encontro, promovido pelas Nações Unidas, fundamentou-se na necessidade de agir, atendendo à degradação ambiental verificada em muitas partes do planeta provocada pela indústria, agricultura, pelo crescimento populacional e pelo esgotamento dos recursos naturais (Lemos, 2002). No entanto, só em 1987 é que surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, onde a Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento denominado “O Nosso Futuro Comum”, mais conhecido por relatório Brundtland. Este documento traçava um modelo que não pretendia renunciar ao desenvolvimento perspectivando-o antes, no sentido de salvaguardar o futuro das novas gerações (Minanez, 2001).

O relatório Brundtland define desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”, (Lemos, 2002:11). Este relatório, atendendo a que não colocava em causa a continuação do processo de desenvolvimento económico, foi uma lufada de ar fresco em comparação com outros modelos que apontavam para a necessidade de manter ou mesmo reduzir os índices de produção, tendo, por esse motivo, uma boa aceitação por parte da comunidade internacional (Lemos, 2002). Assim, a

definição de desenvolvimento sustentável engloba um conceito muito mais amplo. Numa fase inicial encontrava-se apenas circunscrito ao desenvolvimento económico e à coesão social, contudo, a percepção dos efeitos do desenvolvimento económico sobre o meio ambiente, nomeadamente a noção de que o modelo de desenvolvimento adoptada estava a pôr em causa o futuro das próximas gerações, levou a que fosse incluído a protecção ambiental como parte integrante da definição de desenvolvimento sustentável. Esta definição encontra-se, assim, associada à necessidade de gerir com visão de futuro os recursos naturais e a qualidade ambiental. Trata-se, pois, de um novo modo de olhar o desenvolvimento, que engloba uma relação intrínseca entre os sectores económico, social e ambiental (Ferrão, 2004).

De acordo com Ferrão (2004:24), e segundo as últimas propostas de desenvolvimento sustentável, existem quatro dimensões fundamentais que contribuem para o conceito:

- A dimensão institucional: que engloba o funcionamento e a estrutura das instituições estatais, do sector privado, das organizações não governamentais e da intervenção cívica;
- A dimensão económica: conseguir o progresso económico sem pôr em causa o processo de sustentação;
- A dimensão social: a melhoria das condições sociais implica uma generalização a toda a humanidade (incluindo as gerações futuras) de patamares de bem-estar social e condições de vida dignos, mas conciliáveis com a preservação dos recursos;
- A dimensão ecológica: referindo-se à conservação da base de sustentação da vida do planeta e, consequentemente, da própria sociedade humana. Estão envolvidas, neste caso, a protecção ambiental, a preservação da biodiversidade, a limitação da poluição ambiental e a gestão equilibrada dos recursos renováveis.

Também Mota (2005) se refere à importância do papel das instituições no desenvolvimento sustentável, alertando para a necessidade das formas de

governação se processarem com a necessária transparência, flexibilidade e democracia. Assim, ao contrário de outros modelos em que o desenvolvimento económico se sobrepõe a todos os outros factores, o modelo de desenvolvimento sustentável parece colocar as questões sociais e ambientais em igualdade de circunstância, atribuindo-lhes igual relevância na definição do modelo de desenvolvimento, sem deixar de fora o papel relevante das instituições e dos diversos agentes públicos e privados.

Perante o exposto pode afirmar-se que a questão do desenvolvimento sustentável passou a assumir uma importância central nas políticas de desenvolvimento levadas a cabo pelas Nações Unidas com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, também designada por Cimeira da Terra, onde foi reafirmado o conceito lançado em 1987 pelo Relatório *Brundtland.* Segundo Schmidt (2005:123), "nessa Conferência, foi assumido pelas mais de centena e meia de nações participantes que, para se atingir um verdadeiro desenvolvimento, o crescimento económico tem que ser acompanhado de efectivo bem-estar humano, e tem de acautelar os recursos naturais e a qualidade do ambiente". Incentivaram-se os Estados a estabelecerem uma aliança mundial que permitisse uma cooperação entre estes e outros sectores da sociedade, nomeadamente a população local, com vista à persecução de um desenvolvimento sustentável. Neste processo, o Homem é colocado no centro do desenvolvimento, ao assumir-se que este tem o direito a ter uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza.

Nesta perspectiva, torna-se fundamental que as pessoas tenham acesso ao conhecimento e à formação, onde cada cidadão é co-responsável e parte integrante do modelo de desenvolvimento sustentável. Para que isso aconteça, é fundamental que ocorram mudanças na forma de pensar e de agir, na forma como a produção e o consumo são perspectivados. Torna-se determinante que as populações sintam que este é um processo colectivo e participativo e que terá que ser desenvolvido e promovido permanentemente pelas comunidades locais, sendo para o efeito, indispensável, apostar na educação (Lemos 2002).

O lançamento do programa “Agenda 21 Local” é um marco na persecução desse objectivo. Trata-se de um plano que visa alcançar o desenvolvimento sustentável no século XXI e que compromete os países a realizarem ao nível nacional um Concelho Nacional de Desenvolvimento Sustentável, sendo elaborado através dele a “Agenda 21 Nacional”. Por sua vez, cada município e cada comunidade, deverão localmente elaborar o seu plano de desenvolvimento sustentável, dando origem a um processo participativo e democrático. Este processo requer um maior envolvimento entre o poder local e os agentes locais e poderá desenvolver-se à escala autárquica (infra ou supra-municipal) (Schmidt, 2005).

Seguindo as directrizes internacionais, nomeadamente as que resultam da Conferência do Rio, Portugal iniciou um plano denominado Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável que passamos a apresentar.

7.2 Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) é um processo que teve o seu início em 2002 e que visa a definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para Portugal a ser desenvolvida num horizonte de 12 anos. Pretende promover um desenvolvimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de protecção do ambiente (Mota, 2005). Contudo, não se pode dizer que a persecução destes objectivos sejam recentes, pois a Constituição da República Portuguesa já não é de agora que refere que é uma incumbência prioritária do Estado “promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável” (artigo 81.º, alínea a).

No âmbito da definição desta estratégia desenvolveram-se inicialmente trabalhos de diagnóstico ao nível económico, social e ambiental, onde foram identificados pontos fortes, fracos, riscos e oportunidades, consubstanciando-se este diagnóstico como um ponto de partida para a adopção da Estratégia Nacional

de Desenvolvimento Sustentável. Dos pontos apresentados, abordaremos aqueles que se mostram relevantes para este trabalho.

Desta forma, foram identificados os seguintes pontos fortes relativamente ao nosso país:

- Portugal apresenta um património histórico, cultural, arquitectónico e de relacionamento com áreas emergentes da economia mundial capazes de criar condições sólidas para o desenvolvimento de actividades turísticas;
- O acesso a um Espaço Oceânico que abre múltiplas oportunidades para actividades científicas, tecnológicas, económicas e turísticas (cruzeiros, pesca, vela, desportiva, mergulho, etc);
- Posicionamento geográfico central em relação às rotas internacionais de pessoas e mercadorias de que decorre um potencial logístico relevante;
- Grande diversidade de património natural e riqueza em biodiversidade ao nível Europeu;
- Uma das mais elevadas taxas de produção primária florestal da Europa;
- Condições climáticas e paisagísticas favoráveis à atracão de pessoas e actividades e ao desenvolvimento turístico.

Foram identificados também os seguintes pontos fracos:

- Fraca produtividade resultante do padrão de actividades dominante no país, destacando-se baixas habilitações e qualificações da população e deficiências organizativas;
- Um padrão de actividades internacionais, onde se incluem indústrias baseadas na intensidade do trabalho e nas qualificações, com fraca incorporação de inovação e conhecimento. O turismo sol e praia, visto como uma oferta isolada;
- Insuficiente cultura de planeamento estratégico transversal aos sectores e às regiões.

Foram ainda identificados os seguintes riscos:

- Prosseguimento de um crescimento urbano extensivo e muitas vezes sem a qualidade estética e ambiental desejáveis, comprometendo recursos naturais, qualidade de vida das populações e atractividade do território;
- Permanência de uma aposta no turismo de massas, pouco diversificado, com risco de impacto negativo no ambiente e nos recursos naturais, em particular no litoral;
- Afectação excessiva de espaços ao turismo afluente, com risco de consumo excessivo de recursos naturais;
- Poluição das águas de superfície e subterrâneas e aproveitamento ineficiente das reservas de água, nomeadamente quando as perspectivas associadas às alterações climáticas apontam para maior frequência de situações de seca e escassez de recursos hídricos;
- Vulnerabilidade a longo prazo da extensa orla costeira, devido à ocupação desordenada e intervenções humanas que tem provocado elevados níveis de erosão, e de instabilidade das formações costeiras e degradação da paisagem.

Como oportunidades foram identificados os seguintes pontos:

- Multiplicação das actividades de serviços que à escala mundial se deslocalizam para regiões que combinam características naturais, ambientais, culturais e de disponibilidade de recursos humanos qualificados;
- Intensificação dos fluxos de turismo resultantes da procura de espaços residenciais em localizações com clima ameno, qualidade ambiental e paisagística, condições de segurança e bons serviços de saúde por parte de sectores com elevado poder de compra da população europeia;
- Disponibilidade de vastos espaços territoriais com baixa densidade populacional que os tornam atractivos para um conjunto de actividades (da aeronáutica e serviços associados às energias renováveis).

Perante este diagnóstico, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentado será desenvolvida através de um conjunto de medidas contempladas nos seguintes programas:

- O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) é um documento estratégico operacional que tem como objectivo estruturar a forma como o país se vai organizar para utilizar os novos fundos comunitários no período de 2007 a 2013, e que visa promover a qualificação dos portugueses, o aumento da competitividade dos territórios e das empresas, garantir a coesão social, aumentar a empregabilidade, promover um melhor ordenamento do território e aumentar a eficiência da governação;

- O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (Programa Nacional de Reformas) define um conjunto de actuações que permitem implementar as orientações da Estratégia de Lisboa[5]. O seu horizonte temporal vai de 2005 a 2008, contudo, poderá ter continuação num período seguinte. Deste Programa devem destacar-se, pela sua importância, as reformas que complementam os investimentos do QREN e que permitem extrair deles o máximo de benefícios, incluindo as que viabilizem a sustentabilidade das Finanças Públicas;

- O Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território que define as grandes orientações para a organização do território e a protecção do Ambiente;

- O Programa Nacional para as Alterações Climáticas que integra as diferentes políticas e medidas sectoriais de combate às alterações climáticas, e visa o cumprimento das metas de emissão de gases com efeito de estufa assumidas no âmbito do Protocolo de Quioto.

[5] Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo. Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008.

Assim, com a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentado pretende-se a persecução dos seguintes objectivos:

- Primeiro, preparar Portugal para a "sociedade do conhecimento", investindo-se na formação, nomeadamente na educação pré-escolar, no ensino básico e num conjunto de actividades curriculares e extra-curriculares, atraindo os jovens para o ensino superior e para uma formação contínua;
- Segundo, aumentar o emprego e a produtividade nas indústrias, preparando-as para os desafios da competitividade a nível internacional;
- Terceiro, melhorar e valorizar o património natural, combatendo as alterações climáticas e a emissão de gases poluentes, assim como promover a gestão integrada da água no quadro das bacias hidrográficas;
- Quarto, promover maior igualdade de oportunidades e maior coesão social;
- Quinto, melhorar a conectividade internacional do país e a valorização equilibrada do território, reduzindo o impacto da condição periférica de Portugal, através da melhoria das redes de comunicação e transportes;
- Sexto, consolidar e valorizar o papel das cidades como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atractivas e sustentáveis;
- Sétimo, promover uma administração pública eficiente e modernizada que contribua para o Estado mais forte e eficiente, mas regulador e fiscalizador, que garanta a satisfação das necessidades públicas essenciais e promova a liberdade de escolha dos cidadãos.

Por conseguinte, estes objectivos só parecem ser possíveis de alcançar com uma participação activa de toda a comunidade e de todos os agentes públicos e privados. Neste contexto, parece-nos que as organizações promotoras das AFAN não podem deixar de fazer parte deste processo.

7.3 O contributo das organizações promotoras das AFAN para o Desenvolvimento Sustentável

Indo ao encontro do que temos vindo a definir como desenvolvimento sustentável, as organizações promotoras de AFAN para contribuírem para um desenvolvimento sustentável local deverão promover localmente um desenvolvimento económico, social e ambiental, consolidando, desta forma, uma oferta turística que se fundamente numa filosofia de preservação dos espaços naturais e de valoração do património histórico, cultural e humano. É este conceito que diferencia o turismo sustentável de outras formas de fazer turismo. É um turismo que se direcciona para pessoas que querem se aventurar na natureza, mas, simultaneamente, procuram interagir com o ambiente e com as comunidades nativas desses locais.

Para este turista, a actividade só faz sentido se lhe for permitido experimentar a autenticidade e a originalidade dos locais visitados (Burnay, 2000). Desta forma, as AFAN podem ser um motor de desenvolvimento sustentável, desde que potenciem uma harmonia entre os resultados económicos e o mínimo impacto ambiental e cultural, promovendo uma satisfação do cliente (ecoturista) e da comunidade. Estas actividades, quando bem praticadas, podem ser uma alternativa sustentável de exploração e conservação dos recursos naturais, oferecendo experiências únicas e autênticas ao turista, proporcionando uma vivência real com novas culturas e ambientes (Burnay, 2000).

As Áreas Protegidas foram as primeiras a reconhecer a importância deste tipo de actividades para o desenvolvimento sustentável das regiões (Costa, 2002). Assim, passaram a considerar a necessidade de conciliar a preservação dos valores naturais e culturais, com a actividade turística a eles associada. Para o efeito, foi definido um conjunto de regras aplicáveis à realização dessas actividades. Para a realização sustentável de AFAN em Áreas Protegidas torna-se necessário que a promoção deste tipo de actividades assegure os processos ecológicos fundamentais à biodiversidade, seja compatível com os valores

culturais e sociais das regiões, permita manter a identidade da comunidade e que possibilite o desenvolvimento económico local, através da criação de emprego e da utilização dos produtos e saberes da região, fomentando, assim, a revitalização da economia e das formas de produção tradicionais. Nesta perspectiva, a criação de infra-estruturas de suporte às actividades deverão obedecer a critérios de ordenamento do território que evitem a pressão em áreas sensíveis e respeitem a capacidade de carga do meio natural e social (Costa 2002).

Neste contexto, parece-nos imprescindível apostar na formação e na educação ambiental, procurando criar uma cultura diferenciada no que se refere ao turismo nos espaços naturais. Assim, o conceito de sustentabilidade na prática de AFAN deve ser desenvolvido e incorporado nos programas educacionais e de formação dos profissionais do turismo, pois é necessário "começar por um amplo processo de convencimento e educação ambiental. As experiências inovadoras e as boas práticas necessitam de ser conhecidas, estudadas e divulgadas" (Grael, 2002:63).

É neste contexto que há autores que consideram que o próprio espaço natural e a sua fruição pode ser, também um espaço pedagógico (Burnay, 2000; Grael, 2002). Por vezes, é decorrente desta utilização que as pessoas ficam mais atentas aos problemas, contribuindo, eventualmente, para a sua recuperação e preservação. Por exemplo, no Brasil um grupo de mais de cem velejadores, que utilizam a Barra de Guanbara, em Niteroi, Estado de Rio de Janeiro para a sua actividade, constatando o nível de poluição da área, iniciou uma série de protestos contra a poluição da Barra (Grael, 2002). Este é um bom exemplo da forma como as AFAN podem contribuir para a constatação e, porventura, recuperação de espaços naturais que sofrem o efeito da poluição.

Assim, parece-nos que é possível potenciar os efeitos positivos destas actividades e integrá-las num processo de desenvolvimento sustentável, que não poderá deixar de ser perspectivado de forma coordenada entre todos os agentes,

e onde os municípios não podem deixar de assumir a linha da frente na implementação desse plano.

7.4 O contributo dos municípios para o desenvolvimento sustentável

As autarquias tendem a assumir, cada vez mais, a linha da frente no que se refere ao desenvolvimento local. A proximidade das populações, como garante do reconhecimento da especificidade e das potencialidades próprias de cada região, fez com que se atribuísse às autarquias um papel preponderante em termos de desenvolvimento.

Assim, depois das preocupações iniciais com a construção de equipamentos e infra-estruturas básicas, como estradas, caminhos, saneamento, abastecimento de água, exige-se que os municípios tenham igualmente um papel activo noutras áreas, sendo também exigível que estejam atentos às transformações sociais que ocorreram ao longo das últimas décadas. O desenvolvimento da qualidade de vida, influenciada pelas condições ambientais, pelo ordenamento do território, pelo desenvolvimento da economia local, consubstanciam-se actualmente, como um campo de intervenção que o poder autárquico não pode alhear-se. Como refere Schmidt (2005:13), “as populações transmitem e reflectem aspirações de melhoria de qualidade de vida que suscitam a iniciativa e mobilização de forças e actores sociais de incidência local, escala a que o ambiente assume contornos de mais óbvia transversalidade e de maior proximidade com a cidadania”.

Por conseguinte, não podemos ignorar a relação que parece estabelecer-se entre o ambiente, o desporto, e o turismo como áreas que se complementam e tendem a contribuir para o desenvolvimento de algumas regiões. A esta tendência não é indiferente o facto de nas últimas décadas o conceito de desporto ter mudado, passando de um desporto singular para um desporto plural, no qual participam outros públicos, levando a que estabelecessem fortes ligações com outros sectores, nomeadamente com a saúde, o ambiente, o urbanismo e o turismo (Pinto, 2006).

O actual Secretário de Estado, Laurentino Dias, atribui também relevância a esta relação. O XVII governo constitucional, no seu programa para o desporto, considera que o desenvolvimento desportivo terá que ter um desenvolvimento sustentável devendo privilegiar, para o efeito, a articulação e a proximidade. A articulação do desporto com a comunidade educativa, com o ordenamento do território, com a política de modernização das cidades, com as políticas do turismo e do ambiente; mas sobretudo, para que tudo isto tenha coerência, de modo prioritário com o desenvolvimento autárquico (Dias, 2006).

Ambiente, Desporto e Turismo terão que ser perspectivadas como áreas interligadas e capazes de influenciarem a qualidade de vida das populações. Na realidade, conforme afirma Carvalho (1994:54), "muitos presidentes de câmara aceitam, de forma demasiado simplista, que o saneamento básico e os arruamentos são da responsabilidade das autarquias locais, mas a cultura, o desporto e a educação já o não são". Neste sentido, parecem ficar de fora algumas áreas de intervenção.

Não obstante, as autarquias estão empossadas de um quadro normativo de competências que legitimam a sua intervenção no desenvolvimento destas áreas e, por conseguinte, torna-se legítimo que as populações julguem os responsáveis políticos locais pelo nível de desenvolvimento que esses sectores apresentam. Porém, a realidade actual diz-nos que ainda há muito a fazer, pois no que diz respeito, por exemplo à "Agenda 21 Local", conforme alerta (Schmidt, 2005) é ainda bastante desconhecida para a maioria dos autarcas do nosso país, não fazendo ainda parte das suas estratégias de desenvolvimento local.

Em termos de desenvolvimento desportivo, a solução parece ser a construção de uma oferta de actividades desportivas adequadas à realidade de cada concelho, indo ao encontro das necessidades das populações, e que represente um factor de desenvolvimento e de promoção turística, sendo imprescindível, neste caso o estabelecimento de parcerias que consubstanciem esse objectivo (Dias, 2006).

Neste âmbito, e referindo-se ao turismo, a União Europeia (2002:08) alerta para o facto do turismo costeiro europeu enfrentar "uma concorrência cada vez maior,

uma enorme necessidade de investimentos e de modernização das infra-estruturas, assim como, a exigência crescente de preservar as suas riquezas: o mar, as praias, as zonas húmidas etc." Consequentemente, o poder local é incentivado a desenvolver acções que visem esse objectivo, promovendo uma política activa no estabelecimento de parcerias e de coordenação entre todos os sectores, na persecução de um processo de gestão integrada.

A União Europeia (2002) considera seis as condições que suscitam, mantêm e desenvolvem a dinâmica de parceria dos vários agentes:

- Criar uma direcção forte, bem estruturada, institucionalizada, dotada de meios de acção (Financeiros e Humanos), que disponha de autonomia e competências, e beneficie do apoio dos poderes públicos, dos agentes do sector privado e da população local;
- Desde a fase de definição do projecto até ao acompanhamento da sua execução, desenvolver uma intervenção de parceria baseada na colaboração estreita e coerente entre todos os agentes a nível local, regional, nacional e até internacional, beneficiando assim dos efeitos de sinergia, de desmultiplicação das acções e das economias de escala daí resultantes;
- Elaborar uma visão comum de desenvolvimento do turismo, baseado na concertação entre agentes, na consulta à população local e num sistema eficaz de circulação interna de informação;
- Procurar uma distribuição equilibrada dos efeitos positivos do desenvolvimento turístico costeiro entre os visitantes, os profissionais do sector, o seu pessoal e a população local. Trata-se de criar condições para uma operação de somatório positivo, em que cada um obtenha um valor acrescentado;
- Definir uma política coerente e coordenar no terreno a acção dos serviços responsáveis pelo turismo e dos outros serviços responsáveis pelo desenvolvimento do destino costeiro, que contribuam de forma substancial para a qualidade da experiência do visitante (ambiente, urbanização, transportes, limpeza pública, politica, etc.)

- Criar incentivos que favoreçam a emergência e encorajem o desenvolvimento da iniciativa privada na melhoria da qualidade de turismo. Estes incentivos deverão ser construtivos ou repressivos e poderão assumir múltiplas formas (fiscalidade, ajudas e subsídios, informação e promoção, prémios e recompensas, formação, etc.) (União Europeia, 2002:08).

Segundo este modelo, às entidades competentes compete assegurar um papel de:

- Líder da intervenção de gestão integrada da qualidade do destino turístico costeiro;
- Congregadora dos vários agentes, através da criação de estruturas de concertação e de consulta;
- Iniciadora de acções específicas que estimulem a melhoria da qualidade dos serviços e produtos turísticos oferecidos aos visitantes;
- Integradora desta intervenção no quadro mais vasto do desenvolvimento global do destino e da região circundante;
- Garante de uma política de desenvolvimento sustentável do turismo, baseada na melhor utilização possível dos recursos do destino.

Por sua vez, os prestadores de serviços turísticos públicos e privados deverão:

- Ser parceiros das entidades oficiais na definição, execução e acompanhamento da Gestão Integrada de Qualidade;
- Aderir às normas, padrões e rótulos de qualidade (e de respeito pelo ambiente) e procurar constantemente melhorar a qualidade dos serviços e produtos oferecidos aos turistas;
- Ouvir os visitantes e o seu próprio pessoal, para poderem enriquecer o debate e a intervenção;
- Contribuir com iniciativas individuais e colectivas para aumentar o poder de atractividade do destino;
- Preservar, desenvolver e mesmo impor aos olhos dos visitantes uma imagem positiva e o carácter específico do destino costeiro.

Cabe à população local:

- Participar nas reuniões de concertação e nos inquéritos organizados pela entidade oficial no âmbito da definição, da execução, e do acompanhamento da intervenção de gestão integrada da qualidade;
- Participar activamente na melhoria do acolhimento, através da sua atitude, amabilidade e disponibilidade para os visitantes;
- Respeitar e ajudar a aplicar as medidas e os regulamentos elaborados pela entidade oficial, referentes, nomeadamente, à limpeza pública, à reabilitação dos imóveis, ao respeito pelo ambiente, à utilização dos transportes colectivos e à segurança.

Os turistas deverão ser incentivados a comportarem-se de forma responsável, nomeadamente:

- Serem sensibilizados para o bem-estar da população local;
- Respeitar as tradições e as especificidades culturais dos habitantes do destino;
- Aderir às medidas tomadas para minimizar o impacto negativo dos fluxos turísticos no ambiente.

A União Europeia parece assim descrever um conjunto de acções que poderão ser seguidas pelos órgãos da administração local, que, pelas suas competências, reúnem um quadro normativo, meios e as infra-estruturas necessárias para tomarem a iniciativa no desenvolvimento de uma estratégia consertada de desenvolvimento sustentável para as áreas do ambiente, do desporto e do turismo. Neste processo, as autarquias, e indo ao encontro do que a União Europeia nos refere, devem procurar aglutinar numa estratégia comum as organizações promotoras do turismo desportivo e do turismo natureza. Sendo estas uma parte integrante e de significativa importância em termos de desenvolvimento do turismo (União Europeia, 2002).

Abordaremos no capítulo seguinte, as atribuições e competências dos municípios que legitimam essa intervenção.

8. OS MUNICÍPIOS

8.1 Enquadramento Legal

Os municípios têm vindo ao longo dos anos a adquirir um conjunto de competências que pertenciam ao poder central. Esta transferência de competências prende-se com o reconhecimento maior eficiência na gestão e na persecução dos interesses locais, atendendo à proximidade com as populações e ao maior conhecimento das particularidades e potencialidades inerentes a cada concelho. Nesta perspectiva, a Carta Europeia de Autonomia Local refere no seu artigo 2º – *Fundamento Constitucional e legal da autonomia local* – que o princípio da autonomia local deve ser reconhecido pela legislação interna e, tanto quanto possível, pela Constituição.

A mesma carta no seu artigo 3º é clara quanto ao conceito de autonomia local, salientando:

1- Entende-se por autonomia local o direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob a sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos;

2 – O direito referido no número anterior é exercido por conselhos ou assembleias compostos de membros eleitos por sufrágio livre, secreto, igualitário, directo e universal, podendo dispor de órgãos executivos que respondam perante eles. Esta disposição não prejudica o recurso às assembleias de cidadãos, ao referendo ou a qualquer outra forma de participação directa dos cidadãos permitida por lei.

Relativamente ao Âmbito da Autonomia Local, o artigo 4º refere na alínea 1ª que, “as atribuições fundamentais das autarquias locais são fixadas pela Constituição ou por Lei”.

Neste sentido, a Constituição da República Portuguesa vai ao encontro daquilo que está consagrado na Carta Europeia de Autonomia Local, referindo no seu artigo 235 – Estatuto referente às Autarquias Locais, no ponto 1º que, “a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias

locais", e no ponto 2º que, "as autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotados de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas".

Assim, a necessária e a constitucional descentralização administrativa, assente na transferência de competência do poder central para as autarquias locais, é assegurada pela Lei nº 159/99 – Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para Autarquias Locais, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como, a delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.
Esta lei consagra no ponto 5º do artigo 2º que o prosseguimento das atribuições e competências é feito nos termos da lei e implica a concessão, aos órgãos das autarquias locais, de poderes que lhes permitam actuar em diversas vertentes, cuja natureza pode ser:

a) Consultiva;
b) De Planeamento;
c) De Gestão;
d) De Investimento;
e) De Fiscalização;
f) De Financiamento.

Neste sentido, o artigo 13º referente à Lei nº 159/99 salienta que os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:
a) Equipamento Rural e Urbano;
b) Energia;
c) Transportes e Comunicações;
d) Educação;
e) Património, Cultura e Ciência;
f) Tempos Livres e Desporto;
g) Saúde;

h) Acção Social;
i) Habitação
j) Protecção Civil;
l) Ambiente e Saneamento Básico.

No artigo 28º encontram-se também contempladas as competências dos municípios em termos de Promoção e Desenvolvimento local, salientando que são competências dos órgãos municipais no domínio do apoio ao desenvolvimento local:
a) Criar ou participar em empresas municipais e intermunicipais, sociedades e associações de desenvolvimento regional;
b) Gerir subprogramas de nível municipal no âmbito dos programas operacionais regionais;
c) Colaborar no apoio a iniciativas locais de emprego;
d)Colaborar no apoio ao desenvolvimento de actividades de formação profissional;
e) Criar ou participar em estabelecimentos de promoção do turismo local;
f) Participar nos órgãos das regiões de turismo;
g) Participar na definição das políticas de turismo que digam respeito ao concelho, prosseguidas pelos organismos ou instituições envolvidas;
h) Promover e apoiar o desenvolvimento das actividades artesanais e das manifestações etnográficas de interesse local;
i) Criar e participar em associações para o desenvolvimento rural;
j) Apoiar e colaborar na construção de caminhos rurais;
l) Elaborar e aprovar planos municipais de intervenção florestal;
m) Participar no Conselho Consultivo Florestal;
n) Participar nos respectivos conselhos agrários regionais;
o) Participar em programas de incentivo à fixação de empresas.

São igualmente da competência dos órgãos municipais
a) Licenciamento industrial e fiscalização;
b) Licenciamento e fiscalização de empreendimentos turísticos e hoteleiros;

c) Licenciamento e fiscalização de explorações a céu aberto de massas minerais;
d) Controlo metrológico de equipamentos;
e)Elaboração de cadastro dos estabelecimentos industriais, comerciais e turísticos;
f) Licenciamento e fiscalização de povoamentos de espécies de rápido crescimento;
g) Licenciamento e fiscalização de estabelecimentos comerciais.

8.1. 2 Atribuições e Competências na área do Desporto

No que se refere aos Tempos Livres e Desporto, o artigo 21º do Decreto-Lei 159/99 refere as seguintes competências:
1- É da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nos seguintes domínios:
a) Planeamento e construção de Parques de Campismo de interesse municipal;
b) Planeamento e construção de Instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal.

2 – É igualmente da competência dos órgãos municipais:
a) Licenciar e fiscalizar recintos de espectáculos;
b) Apoiar actividades desportivas e recreativas de interesse municipal;
c) Apoiar a construção e conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local.

Perante o referido, parece-nos que os municípios encontram-se empossados por um conjunto de competências que lhes permitem uma intervenção ao nível dos Tempos Livres e do Desporto, podendo intervir objectivamente no desenvolvimento desportivo de um município, quer através da definição de políticas de desenvolvimento, quer criando infra-estruturas desportivas locais.

8.1. 3 Atribuições e competências na área do Ambiente

A Lei nº 159/99 atribui aos municípios no âmbito do ambiente, no artigo 26 Ambiente e Saneamento Básico, um vasto leque de competências. Segundo o artigo, é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão de equipamentos e a realização de investimentos nos seguintes domínios:

a) Sistemas municipais de abastecimento de água;

b) Sistemas municipais de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas;

c) Sistemas municipais de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Compete igualmente aos órgãos municipais:

a) Participar na fiscalização do cumprimento do regulamento geral sobre o ruído;

b) Participar na gestão da qualidade de ar, designadamente nas comissões de gestão do ar;

c) Instalar e manter redes locais de monotorização da qualidade do ar;

d) Participar na fiscalização da aplicação dos regulamentos de controlo das emissões de gases de escape nos veículos automóveis;

e) Propor a criação de áreas protegidas de interesse nacional, regional e local;

f) Gerir as áreas protegidas de interesse local e participar na gestão das áreas protegidas de interesse regional e nacional;

g) Criar áreas de protecção temporária de interesse zoológico, botânico ou outro;

h) Manter e reabilitar a rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos;

i) Licenciar e fiscalizar a pesquisa e captação de águas subterrâneas não localizadas em terrenos integrados em domínio público hídrico;

j) Participar na gestão dos recursos hídricos;

n) Assegurar a gestão e garantir a limpeza e a boa manutenção das praias e das zonas balneares;

l) Licenciar e fiscalizar a extracção de materiais inertes.

Relativamente ao ordenamento do território, o artigo 29 atribui também aos municípios responsabilidades nessa área, competindo aos órgãos municipais, em matéria de ordenamento do território:

a) Elaborar e aprovar planos municipais de ordenamento do território;
b) Delimitar as áreas de desenvolvimento urbano e de construção prioritária com respeito pelos planos nacionais e regionais e pelas políticas sectoriais;
c) Delimitar as zonas de defesa e controlo urbano, de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, dos planos de renovação de áreas degradadas e de recuperação de centros históricos;
d) Aprovar operações de loteamento;
e) Participar na elaboração e aprovação do respectivo plano regional de ordenamento do território;
f) Propor a integração e a exclusão de áreas na Reserva Ecológica Nacional e na Reserva Agrícola Nacional;
g) Declarar a utilidade pública, para efeitos de posse administrativa, de terrenos necessários à execução dos Planos de urbanização e dos planos de pormenor plenamente eficazes;
h) Licenciar, mediante parecer vinculativo da administração central, construções nas áreas de portos e praias (A.A., 2002: 282).

8.1.4 Atribuições e competências na área do Turismo

Nesta linha evolutiva de transferência de poderes públicos para as autarquias locais, também no turismo, as autarquias têm vindo a desempenhar um papel mais activo. O artigo 28 – Promoção e Desenvolvimento local da Lei 159/99, atribui aos municípios uma intervenção no Turismo nas seguintes áreas:
a) Criar ou participar em estabelecimentos de promoção do turismo local;
b) Participar nos órgãos das regiões de turismo;
c) Participar na definição das políticas de turismo que digam respeito ao concelho, prosseguidas pelos organismos ou instituições envolvidas.

Assim, apesar da DGT ainda desempenhar um papel central em tudo o que se relaciona com o sector, "a função reguladora e a competência técnica específicas da DGT têm sido mantidas, tal como a sua participação no processo de licenciamento, como entidade chave entre os pareceres obrigatórios (C.T.P.

2005:356). Parece, no entanto, permanecer algo indefinida a participação e, sobretudo, a função desta instituição no processo de planeamento e de ordenamento do território em termos turísticos, o que gera inúmeras oportunidades para conflitos entre a acção do governo central e os poderes regionais/locais (C.T.P. 2005).

Dos vários pareceres necessários aquando a implementação de um projecto turístico, cabe à DGT um papel central na atribuição de licenças e na coordenação de todos os pareceres necessários. No entanto, tem-se assistido a uma inversão dessa lógica, pois a DGT passou de uma posição coordenadora nas consultas às várias entidades, a uma posição de entidade consultada, tendo vindo as autarquias a assumir um maior relevo em todo o processo de licenciamento. De facto, de acordo com a CTP (2005:358), "a decisão de descentralizar o processo de licenciamento para as Câmaras Municipais foi porventura a mudança mais relevante dos últimos anos nesta área do sector do turismo". Perante isto, parece-nos que o alinhamento de políticas relativamente ao ambiente, ao ordenamento do território e ao turismo é o ponto-chave para a persecução de um modelo sustentável de desenvolvimento do turismo. Neste modelo, as autarquias tendem cada vez mais a desempenhar um papel determinante na coordenação dessas políticas.

8.2 Associação de Município Valimar Com Urb

8.2.1 Criação da Valimar Com Urb

A Valimar Com Urb é uma associação de municípios formada a 25 de Maio de 2004 que integra os municípios de Caminha, Viana do Castelo, Esposende, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. A Formação desta associação de municípios teve por base uma anterior denominada VALIMA[6]. Aos municípios localizados no vale do Rio Lima, juntaram-se mais dois localizados no

[6] A associação de municípios VALIMA era formada inicialmente por quatro municípios, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. Com a integração nesta associação dos municípios de Esposende e Caminha, passou a denominar-se VALIMAR COM URB.

litoral – Esposende e Caminha, dando assim, uma nova dimensão à associação através de uma marca de coesão entre o litoral e o interior, constituindo-se uma importante bandeira estratégica na candidatura aos Fundos Estruturais para o período 2007-2013 (Valimar, 2006)[7]. Com efeito, esta junção entre municípios do litoral e do interior é facilitadora do acesso a uma diversidade de políticas e projectos com co-financiamento estrutural possível (Figueiredo et. al., 2004). Assim, subjacente à criação desta associação está a necessidade de potenciar recursos capazes de apresentar projectos de intervenção mais ambiciosos, alargando os horizontes territoriais de intervenção. A Valimar Com Urb torna-se, desta forma, uma entidade mais robusta e com maior peso reivindicativo, relativamente à atribuição de apoios comunitários. Paralelamente, a Valimar Com Urb passa a possuir um vastíssimo património ambiental, constituindo-se este como uma mais valia em termos de desenvolvimento económico e social (Figueiredo et. al., 2004).

8.2.2 Enquadramento Legal

A criação de grandes áreas metropolitanas e de comunidades urbanas teve por base princípios de descentralização, consagrados na Constituição e destacados pelo Programa do XV Governo Constitucional. Neste sentido, o Decreto-Lei nº10 de 10 de Maio de 2003 veio consubstanciar essa intenção ao permitir que os municípios se associassem em dois tipos de áreas metropolitanas: Grandes áreas metropolitanas (GAM) e Comunidades Urbanas (Com Urb).

Assim sendo, a formação da Valimar Com Ub prende-se com a persecução de interesses comuns aos municípios, nomeadamente no que se refere à articulação dos investimentos municipais de interesse supramunicipal e à coordenação de actuações entre os municípios e os serviços da administração central nas seguintes áreas:

[7] VALIMAR (2006). Consult. A 18 de Março. Disponível em: http://www.valimar.org/index.php?section=9

1) Infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento público;
2) Saúde;
3) Educação;
4) Ambiente, conservação da natureza e recursos naturais;
5) Segurança e protecção civil;
6) Acessibilidades e transportes;
7) Equipamentos de utilização colectiva;
8) Apoio ao turismo e à cultura;
9) Apoio ao desporto, à juventude e às actividades de lazer;
10) Planeamento e gestão estratégica, económica e social;
11) Gestão territorial na área dos municípios integrantes.

Em termos de gestão, a Valimar Com Urb é constituída por três órgãos, um deliberativo, um executivo e um consultivo. A Assembleia da Comunidade Urbana é um órgão deliberativo sendo formado por 19 elementos eleitos pelas assembleias municipais dos municípios que integram a Valimar Com Urb.

A Junta da Comunidade Urbana é um órgão executivo constituído pelos presidentes das câmaras municipais de cada um dos municípios integrantes. De entre as competências da Junta, destacamos aquelas que consideramos pertinentes para este trabalho, como sejam:

- Dar parecer sobre os investimentos em infra-estruturas e equipamentos de carácter intermunicipal, em função da respectiva coerência com as políticas de desenvolvimento definidas para o ordenamento do território;
- Conceber, coordenar e apoiar programas integrados de gestão de infra-estruturas e equipamentos desportivos, de recreio e lazer;
- Gerir programas integrados em programas de desenvolvimento regional, designadamente no quadro de planos de desenvolvimento integrado;
- Participar na gestão das áreas protegidas e das áreas ambientalmente sensíveis;
- Definir e propor critérios de dimensionamento e localização de equipamentos, infra-estruturas e espaços verdes;

- Apoiar a oferta turística.

Por último, o Conselho da Comunidade Urbana constitui-se como um órgão consultivo composto pelos membros da junta, pelo presidente da comissão de coordenação e desenvolvimento regional e por representantes de organismos e serviços públicos, dos quais se destacam: o Instituto Português da Juventude, o Instituto do Desporto de Portugal, a Região de Turismo do Alto Minho, o Instituto Portuário e Transportes Marítimos, a Direcção Regional de Economia do Norte.
A Valimar Com Urb encontra-se, assim, fundamentada num quadro legal que lhe permite criar e implementar Planos Estratégicos de Desenvolvimento, nomeadamente, ao nível das infra-estruturas e da promoção e desenvolvimento do desporto e do turismo. Abre-se, desta forma, um amplo espaço de intervenção tendo em consideração as potencialidades do espaço geográfico que integra a Comunidade Urbana.

8.2.3 Caracterização e potencialidades da Valimar Com Urb

A área geográfica da Valimar Com Urb está toda ela inserida na Região de Turismo do Alto Minho. Em termos demográficos, e segundo dados dos censos de 2001, esta região representa 2,1 por cento da população portuguesa e cerca de 6 por cento da população residente na região norte do país. Dos 221 038 indivíduos, 14,3 por cento reside em freguesias predominantemente rurais, 52,1 por cento em freguesias medianamente urbanas e 33,6 por cento em freguesias predominantemente urbanas (Valimar 2006).

Para esta região é inegável a importância do património ambiental, particularmente se atendermos à localização das sedes dos concelhos, em que três se encontram próximo de três principais estuários: Esposende e Estuário do Rio Cávado, Viana do Castelo e Estuário do Rio Lima e Caminha e Estuário do Rio Minho. Por sua vez, as outras duas sedes de concelho localizam-se na margem esquerda do Rio Lima, como é o caso de Ponte de Lima e Ponte da Barca e uma na margem direita, Arcos de Valdevez. Para além do espaço

atlântico, a presença de três estuários com grande riqueza ecológica e a utilização das margens do Rio Lima em Ponte de Lima e Ponte da Barca são exemplificativos das potencialidades desta região. A Valimar Com Urb encontra-se ainda inserida no PNPG, o único Parque Nacional existente em Portugal.
Assim sendo, as autarquias deverão, segundo Figueiredo et. al. (2004):

- Garantir em sede de revisão do Plano Director Municipal a consignação de figuras de zoneamento que contemplem a existência de corredores ecológicos;
- Garantir também que, nestes mesmos planos, se evidenciem a importância das zonas de protecção em perímetros agrícolas e florestais que enquadrem e complementem os valores ambientais principais;
- Garantir uma política de ordenamento que respeite a formação dos aglomerados em respeito pelos valores naturais presentes e que compatibilize à escala intermunicipal a necessidade de localização dos grandes consumidores de espaço (indústria, grandes equipamentos, espaços logísticos e de armazenamento, etc);
- A elaboração conjunta de Agendas 21 Locais;
- Comprometer toda a comunidade urbana no facto de que a preservação ambiental se fará muito para além dos recursos naturais e incidirá numa política de gestão do território, urbano e natural, que será a outra face visível de um associação de políticas em prol do ambiente.

Neste sentido, cabe às autarquias e às associações de municípios aproveitar da melhor forma os apoios comunitários contemplados no próximo Quadro Comunitário de Apoio 2007 – 2013, desenvolvendo estratégias que se perspectivem nas tendências evolutivas da sociedade e nas potencialidades da região.

8.2.4 Áreas de Intervenção da Valimar Com Urb

Tendo por objectivo o desenvolvimento da região, e desde da sua formação, a Valimar Com Urb tem vindo a promover trabalhos em diversas áreas

das quais se destacam: o Ambiente, o Turismo, a Educação e a Qualificação, Cultura, Economia, Novas Tecnologias, Cooperação Transfronteiriça e Acessibilidades (Valimar, 2006).

A Valimar Com Urb tem procurado candidatar-se a fundos comunitários com o objectivo de promover diversos programas. Assim, na área do ambiente, tem promovido os seguintes projectos(Valimar, 2006):

- Proforest – É um projecto que visa a aplicação e a execução de um plano estratégico para a floresta, permitindo a sua valorização e preservação. Foram investidos 223 mil euros na realização de um plano de caracterização da floresta e na abertura de caminhos em Viana do Castelo, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima. No âmbito deste projecto, foi ainda realizado um sistema de informação geográfica para a floresta, que inclui uma vasta informação cartográfica de referência, base de dados e análise sobre os elementos naturais e sobre as características e dinâmicas sociais. Este projecto terminou em 2005;
- Red Bas – É um projecto que tem como objectivo desenvolver um Sistema Integrado de Abastecimento de Água e Saneamento do Vale do Lima através da infra-estruturação das redes de abastecimento de água e saneamento;
- Guarda-Rios – Visa a valorização dos corredores ambientais do Vale do Lima, a preservação de habitats e paisagens em risco de degradação, a sensibilização da população para a preservação da natureza, a consolidação da imagem exterior da região enquanto território ambientalmente privilegiado, o fomento do eco-turismo, o reforço da cooperação intermunicipal e a gestão sustentável do território. Em termos de acções práticas, destacam-se os trilhos à beira-rio, zonas de lazer e pontos de informação ambiental em Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo, a publicação e divulgação dos percursos de natureza dos Corredores Ambientais e da realização de um estudo de valorização dos corredores ambientais do Vale do Lima;

- Valimar Natura – É um projecto que pretende maximizar energias e potenciar parcerias entre entidades locais, regionais e nacionais para que se protegem os Sítios Natura 2000, se preservem os habitats e paisagens em risco de degradação, se consolide a imagem exterior da Valimar Com Urb enquanto território ambientalmente privilegiado, se fomente o eco-turismo e o Turismo de Natureza e reforce o incremento de espaços de reflexão sobre a Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura 2000.

No âmbito do Valimar Natura está prevista a definição de uma estratégia de gestão e intervenção no conjunto das áreas protegidas e dos sítios da Rede Natura 2000 inseridos no território da Valimar ComUrb; a criação do Sítio Litoral Norte, perspectivando o alargamento da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende a todo o Litoral Norte; a classificação da Serra d'Arga como Área de Paisagem Protegida de interesse Regional, a organização de uma Semana Verde e a realização dos "Passeios na Valimar".

No que se refere ao Turismo, a Valimar ComUrb tem também vindo a desenvolver e a apresentar variadíssimos projectos de valorização e promoção dos espaços naturais. Destacam-se os seguintes projectos:

- Campo e Mar "Lifestyle" – É uma experiência-piloto que visa contribuir para uma alteração substancial do panorama das feiras de produtos tradicionais no espaço territorial da Valimar Com Urb, já que pretende consolidar dois eventos de dimensão nacional e transfronteiriça, sendo um dedicado ao litoral e o outro ao interior. Pretende organizar eventos de promoção de produtos, actividades e serviços locais, mas distintos na sua filosofia e linguagem, já que prevê que os locais dos eventos sejam diferentes e de âmbito nacional. Prevê-se a realização de vários eventos regulares: "Sabores do Campo", "Casa no Campo", "Férias no Campo", "Sabores do Mar", "Casa de Praia", "Férias no Litoral".
- "Sustainable Promotion of Atlantic Areas" – visa o desenvolvimento do turismo no espaço atlântico através da cooperação inter-regional. Este

projecto define-se por um conjunto de cinco parceiros que pretende discriminar algumas das desvantagens que enfrentam como centros sub-regionais de periferia não só das suas regiões, mas também dos seus países e da União Europeia no seu todo. Neste projecto, o enfoque está no apetrechamento das desvantagens económicas através de um trabalho conjunto de planeamento e teste das diferentes formas de melhorar o "place marketing" das nossas regiões na Europa – Chester, Limerick, Ourense e Valimar. No final deste projecto, a Valimar terá criado trilhos temáticos para turistas, visitantes e residentes.

- "Nautisme Espace Atlantique" – É um projecto lançado pelas regiões da orla costeira dos cinco países europeus que integram o denominado Espaço Atlântico (Espanha, França, Irlanda, Portugal e Reino Unido). O projecto pretende criar a oferta de serviços e actividades náuticas marcadas pela qualidade e adaptadas às necessidades das regiões. Das acções previstas, destacam-se a elaboração de um projecto regional de desenvolvimento do ramo; a criação de uma rede regional; a organização de uma rede náutica do Espaço Atlântico dotada de instrumentos comuns e de uma gama comum de produtos de qualidade, adaptados à procura e diversificados de forma a evidenciar a especificidade de cada região.
- Marketing Territorial – Visa organizar a oferta turística, tendo em conta a importância do sector para o território da Valimar Com Urb. Está prevista a criação de um Plano de Acção no domínio do Turismo e Marketing Territorial. Dos objectivos principais do projecto, destacam-se a forte aposta na imagem da Valimar Com Urb e o desenvolvimento de uma estratégia capaz de atrair investimentos e de divulgar o património arquitectónico, natural e ambiental, os produtos tradicionais, a cultura e as artes.
- "Estaciones" – Este projecto tem como objectivo reabilitar as infra-estruturas turísticas. Neste contexto, está previsto a recuperação total do Funicular de Santa Luzia, em Viana do Castelo, onde se pretende reabilitar as carruagens, o equipamento de tracção e o equipamento de comando, assim como a sua plataforma e trabalho de restauros dos edifícios.

Neste sentido, e perante estes projectos, parece-nos que a Valimar Com Urb já tomou consciência da importância da preservação e valorização dos espaços naturais, como factor fulcral para o desenvolvimento da região. O desenvolvimento de projectos e acções que visam a preservação e a valorização dos espaços, mas também a sua dinamização e promoção através de criação de uma marca forte, parece ser a solução perspectivada pela Valimar Com Urb para a afirmação desta região como destino turístico.

9. CAMPO METODOLÓGICO

9.1 Grupo de Estudo

A realização de um trabalho desta natureza implica necessariamente que o grupo de estudo seja diversificado e representativo de todo o universo que se pretende estudar (Digneff, 1997). Neste sentido, o universo que definimos para este trabalho é constituído pelos seis municípios que integram a Valimar Com Urb. Três encontram-se localizados no litoral – Esposende, Viana do Castelo e Caminha, e três no interior – Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. Integram também este trabalho as empresas e as associações que promovem AFAN, sedeadas e a desenvolver a sua actividade na área geográfica da Valimar Com Urb, tendo sido contabilizadas sete empresas.

Em relação às associações, foi-nos possível identificar quatro. Neste contexto, definimos como Grupo de Estudo, quatro autarquias, sendo que duas se localizam no litoral e duas no interior, duas associações e três empresas promotoras de AFAN.

Todas as empresas encontram-se devidamente licenciadas, visto que possuem o Alvará da DGT. Para além disso, todas as organizações estão sedeadas e desenvolvem a sua actividade na área geográfica que integra a Valimar Com Urb e a Região de Turismo do Alto Minho. No total foram efectuadas nove entrevistas, das quais quatro foram realizadas aos responsáveis políticos pelas autarquias com o pelouro do desporto, duas entrevistas foram realizadas aos responsáveis pelas associações e três aos sócios gerentes das empresas promotoras de AFAN. Ao longo da apresentação e discussão dos resultados, e no sentido de preservar a identidade das pessoas em causa, as entrevistas serão referenciadas por AT1, AT2 e AT3 no caso das realizadas aos responsáveis políticos pelas autarquias, A1 e A2 no caso das entrevistas efectuadas aos responsáveis pelas associações e E1, E2, E3 e E4 no caso das realizadas aos responsáveis das empresas. Durante a realização deste estudo tivemos sempre presente a preocupação em assegurar aos entrevistados todas as garantias de

confidencialidade. Para além disso, houve a preocupação da realização deste trabalho não implicar inconvenientes para todos os responsáveis pelas organizações entrevistados.

9.2 *Corpus* de Estudo

A definição de um *corpus* de estudo é um processo que implica a selecção dos documentos a serem submetidos à análise. Esta selecção torna-se um passo importante em toda a investigação, na medida em que dela dependerá a pertinência dos dados que se poderão obter. Segundo Bardin (2004), a realização deste processo deve obedecer a um conjunto de regras, nomeadamente:

- Regra da exaustividade: que define que todos os elementos que sejam considerados como fazendo parte do corpus *de estudo* devem ser integrados no processo analítico, não podendo por qualquer motivo ser excluídos desse processo;
- Regra da representatividade: *o corpus* de estudo deve ser constituído por uma amostra, desde que, esta seja representativa de todo o universo a estudar;
- Regra da homogeneidade: os documentos considerados como *corpus* de estudo deverão ser produzidos segundo as mesmas condições e o mesmo tema;
- Regra da pertinência: os documentos seleccionados como *corpus* de estudo deverão traduzir-se numa fonte de informação capaz de fornecer dados pertinentes para o trabalho de investigação.

Desta forma, na escolha do nosso *corpus* de estudo tivemos em consideração estes princípios. Este é constituído pelos documentos resultantes da transcrição das entrevistas realizadas aos responsáveis pelas organizações, nomeadamente, aos responsáveis políticos pelas autarquias com os pelouros do desporto, aos presidentes das associações e aos sócios gerentes das organizações promotoras de AFAN. Estas entrevistas foram realizadas segundo

as mesmas condições e transcritas por nós como forma de assegurar que o que foi transcrito corresponde à comunicação produzida.

9.3 A Entrevista

Com o desenvolvimento das ciências sociais, a complexidade da acção social humana passou a fazer parte de inúmeros trabalhos de investigação. Os investigadores passaram a atribuir maior atenção ao comportamento humano, aos seus valores, às suas crenças. Assim, tornou-se necessário adequar os instrumentos ao objecto de estudo. Nesta perspectiva, a entrevista mostrou-se como o instrumento mais adequado para fazer face à profundidade e à complexidade do ser humano (Ruquoy 1997). As entrevistas semi-estruturadas ou semi-directivas tornaram-se num dos métodos mais utilizados em ciências sociais. Este instrumento baseia-se numa forma oral de interrogatório onde se pretende uma resposta o mais livre possível. Permite-se que o entrevistado possa, de forma exaustiva dizer tudo o que pensa sobre um determinado assunto. No entanto, o facto de ser uma entrevista semi-directiva implica que seja elaborado previamente pelo entrevistador um guião da entrevista.

A construção desse guião deve fundamentar-se no quadro teórico e nos objectivos estabelecidos, pois "o quadro de uma investigação de tipo científico, é objecto de estudo e as hipóteses que estabelecem a listagem das perguntas por meio de um guia da entrevista" (Ruquoy 1997:96). Neste contexto, é usual o entrevistador colocar uma série de perguntas guia, relativamente abertas a propósito das quais necessita de ter informação da parte do entrevistado, porém, na medida do possível, deixará o entrevistado à vontade para que possa falar abertamente, pelas palavras que lhe convier. Este é, pois, um processo aberto, que permite que a partir das respostas se possam lançar novas perguntas, mesmo que não estejam previamente contempladas, mas desde que se entendam como pertinentes para os objectivos da investigação (Vala, 1986). Não obstante, o resultado de uma entrevista não é espontâneo nem de livre produção. De facto, a sua realização é decorrente de todo um trabalho prévio de preparação que tem

por base um quadro teórico de investigação. É este quadro teórico que delimita e potencia o discurso e as atitudes do entrevistador e a respectiva situação social que se estabelece entre este e o entrevistado (Ruquoy, 1997). Neste sentido, tivemos o cuidado de conduzir a entrevista não só tendo em conta os nossos objectivos previstos no guião, mas igualmente os interlocutores em questão.

Apesar deste ser o instrumento que melhor se adequa aos nossos propósitos, não deixa de apresentar algumas desvantagens. Por ser uma técnica que utiliza dados verbais, as informações obtidas estão sempre sujeitas a um grau de discrepância entre aquilo que se diz e aquilo que se pensa, ou que se faz (Ruquoy, 1997). Para além disso, estão também sujeitas ao processo de interpretação por parte do entrevistado. Torna-se, assim, imprescindível que o entrevistador seja fiel na transcrição exacta das palavras que foram proferidas e que não deixe de contemplar outros indicadores, como as excitações ou possíveis contradições do entrevistado. Neste processo, torna-se também fundamental que o entrevistador consiga desenvolver uma conversa informal e a mais franca possível. Para isso, é importante que assuma uma posição neutra, libertando-se das suas crenças e dos seus sentimentos, o que facilitará a comunicação com os outros (Ruquoy, 1997).

9.3.1 Processo de Construção das Entrevistas

Tendo em conta que as entidades em estudo não têm a mesma missão, foi necessário elaborar guiões de entrevistas distintos (podem ser consultados no anexo 1). Neste sentido, tivemos em conta o quadro teórico que foi sendo construído e as concepções de Lessard-Hérbert et al. (1994) e Quivy e Campenhoudt (2003) para a elaboração do guião para os responsáveis políticos das autarquias com o pelouro do desporto, para os presidentes das associações e para os sócios gerentes das empresas que promovem AFAN.

Assim, antes da aplicação das entrevistas, submetemo-las a um painel de especialistas formados por professores universitários que habitualmente lidam com este instrumento de investigação e que as aprovaram.

9.3.2 Processo de Realização das Entrevistas

A realização das nove entrevistas decorreu entre o dia 20 de Fevereiro e o dia 28 de Agosto de 2006. As entrevistas foram realizadas nos locais marcados pelos nossos entrevistados, de acordo com as suas disponibilidades. A duração das entrevistas oscilou entre os 23 minutos e os 65 minutos.

Antes de iniciarmos a sua realização, solicitámos aos entrevistados autorização para proceder à gravação, tendo-lhes sido transmitido que o objectivo da gravação prendia-se com a necessidade de posteriormente proceder à sua transcrição. Obtivemos sempre de todos os entrevistados autorização para proceder à gravação.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas, sendo os textos resultantes da transcrição preparados, formados e introduzidos no *softwere* de análise de dados qualitativos *QSR NVIVO 2.0*, utilizado na codificação dos documentos do estudo

9.4 Análise de Conteúdo

Após a realização das entrevistas, surge-nos a questão de saber que tipo de análise se deve utilizar. Segundo Vala (1986), a análise de conteúdo é actualmente uma das técnicas mais comuns na investigação realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. Esta é uma técnica que incide sobre material não estruturado, permitindo trabalhar com respostas abertas (Vala, 1986). Para Bardin (2004:37), a análise de conteúdo é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens". De qualquer modo, aquando da utilização desta técnica, é necessário ter em atenção a problemática em estudo, seguindo aquelas que são as questões e os objectivos que a justificam (Digneff, 1997).

De acordo com Bardin (2004:25), este processo pode desenvolver-se segundo duas funções de análise. A primeira caracteriza-se por uma função heurística. É uma análise que se desenvolve "para ver o que dá", ou seja, é uma função onde se parte à descoberta sem que existam definidas *a priori* as hipóteses. A segunda função de análise de conteúdo é a de administração de prova, onde as hipóteses servem de directrizes no sentido de se verificar se estas se confirmam ou não. "É uma análise de conteúdo para servir de prova" (Bardin, 2004:25).

A técnica de análise de conteúdo permite-nos, então, trabalhar com material não estruturado, assim como inferir sobre o objecto de estudo e sobre a fonte que esteve na origem do material. Permite, ainda, partir à descoberta da realidade. Por vezes, não é uma realidade explícita mas que está subentendida nas entrelinhas, pelo que se torna necessário ir mais além do que as próprias evidências, requerendo um trabalho longo e paciente, desenvolvido minuciosamente com o intuito de perceber o conteúdo das comunicações e de as interpretar.

Assim, iniciámos este processo por uma fase de ordenamento do material, pois o material sujeito à análise deve ser cuidadosamente estruturado para que não se perca informação relevante para o estudo (Bardin, 2004). Na transcrição das entrevistas, obedecemos à forma como a comunicação foi produzida, não ignorámos nenhuma frase ou expressão, mesmo que à partida esta pudesse parece irrelevante para o trabalho (Bardin, 2004). Considerámos também fundamental sermos nós a proceder à transcrição das entrevistas para que não se perdesse a intenção e o estilo com que a comunicação foi produzida.

Aquando da construção do sistema de categorização e ao definirmos *a priori* os objectivos e o guião da entrevista fundamentados num quadro teórico desenvolvido previamente, tínhamos já, à partida, uma determinada intenção. Contudo, este processo ao contemplar respostas abertas permite sempre ir à descoberta do desconhecido, de algo que possa não estar previamente estabelecido. Neste sentido, encontra-se presente na realização deste trabalho, determinado apriorismo, bem como elementos para uma análise *a posteriori*. Ou seja, apesar de ser um trabalho que se encontra enquadrado numa base teórica

previamente estabelecida e com objectivos pré-definidos, não deixa de ser um processo de procura e de descoberta, pois nos próprios objectivos está implícita a ideia de procura de conhecimento da realidade em causa e de descoberta.

9.4.1 Construção do sistema de categorias

A categorização é um trabalho que tem como objectivo proceder à classificação de um conjunto de elementos, que se baseiam num significado comum, segundo critérios previamente definidos. De acordo com Bardin (2004), a classificação ou a categorização está em constante presença no nosso quotidiano, pois, desde sempre aprendemos a separar, a classificar e ordenar, através de exercícios simples. Nesta tarefa que é a de simplificar e sistematizar, classificando, a categoria é composta por termo-chave. É este termo que "indica a significação central do conceito que se quer apreender, e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito. Assim, a inclusão de um segmento de texto numa categoria pressupõe a detecção dos indicadores relativos a essa categoria" (Vala, 1986:111). O processo de construção das categorias traduz-se, por conseguinte, numa forma de simplificação ou de decomposição do objecto que se pretende estudar. O processo de construção de categorias deve, contudo, obedecer a um conjunto de regras que fundamentam a sua elaboração, como sejam:

a) a exclusão mútua, ou seja, cada elemento não pode existir em mais do que uma categoria;

b) a homogeneidade, um mesmo conjunto categorial só pode funcionar com um registo e com uma dimensão de análise, o princípio da exclusão mútua depende deste;

c) a pertinência, isto é, tem que ser adaptada ao material de análise seccionado;

d) a objectividade e fidelidade onde as variáveis a tratar devem ser claramente definidas, assim como, devem ser definidos os índices que determinam a entrada de cada elemento numa categoria e

v) a produtividade, pois um conjunto de categorias é produtivo se fornecer resultados férteis (Bardin, 2004).

Posteriormente ao processo de construção das categorias, dá-se início a um segundo processo que passa pela definição das unidades de análise. Estas podem ser de registo, de contexto e de enumeração. Segundo Bardin (2004:98), a unidade de registo é "a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial", em que normalmente são utilizados quer a "palavra", quer o "tema". De acordo com o autor, "a unidade de contexto serve de unidade de compreensão ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo" Bardin (2004:100,101). Concluído este processo, define-se o modo como se processa a contagem das unidades registadas, ou seja, as regras de enumeração. Segundo Bardin (2004), estas podem ser:

- A presença ou ausência: a presença ou ausência de determinada unidade de registo poderá ser significativa, funcionando como um indicador;
- A frequência: uma dada unidade de registo é mais importante quanto maior for a sua frequência. Logo, o número de vezes que determinada unidade de registo aparece dar-nos-á dados significativos;
- A frequência ponderada: quando uma determinada unidade de registo surge com maior importância do que outra, podemos recorrer a um sistema de ponderação, ou seja, quando uma unidade de registo aparece com uma importância maior afectam-se todos os elementos com coeficientes, no momento da codificação;
- A intensidade: no sentido de analisar valores, a forma como determinado elemento surge é essencial, isto é, intensidade de um verbo, tempo do verbo, advérbios de modo, adjectivos e atributos qualitativos;
- A direcção: a qual pode ser desfavorável, favorável ou neutra;
- A ordem: auxilia a determinação da existência de constantes que são evidenciadas na ordem de sucessão dos elementos;

- E a co-ocorrência: a ocorrência é a presença simultânea de duas ou mais unidades de registo numa unidade de contexto.

Assim, e com o intuito de ir ao encontro dos objectivos definidos para este trabalho e depois de uma leitura flutuante realizada ao *corpus* de estudo, optámos pelas unidades de contexto como unidades de análise, já que as unidades de registo necessitam do seu contexto. Foram, pois, utilizadas como unidades de análise as de contexto, pois são o segmento mais longo de conteúdo a ter em conta quando se caracteriza uma unidade de registo (Vala, 1986).

Quanto à regra de enumeração, foi utilizada a presença/ausência com o intuito de proceder a uma análise estrutural ou associativa (Vala, 1986). Com este tipo de análise pretende-se que o material seja utilizado como uma estrutura, no sentido de estabelecer as relações e associação entre as categorias (Vala, 1986).
A categorização foi então efectuada de acordo com os princípios já definidos, tendo tido em consideração os diferentes elementos de grupo de estudo. Não obstante, e com o propósito de elaborar a análise associativa, foram estabelecidas categorias que pudessem ser confrontadas.

Neste contexto, foram definidas categorias para as entidades promotoras das AFAN e categorias para as autarquias.

Para as entidades promotoras das AFAN definimos as seguintes categorias:

- Categoria A – Entidade
- Categoria B – Actividades
- Categoria C – Parcerias
- Categoria D – Legislação
- Categoria E – Sustentabilidade

Em relação às autarquias definimos as seguintes categorias:

- Categoria A – Potencialidades do Município
- Categoria B – Desporto
- Categoria C – Sustentabilidade

9.4.2 Justificação do sistema de categorias

Categoria A – Entidade

Foi no início da década de 1990 que se deu o incremento do Turismo Activo em Portugal, inicialmente associado a diversas áreas protegidas e posteriormente alargado a todo o território. O incremento na procura destes produtos teve como consequência o crescimento exponencial das organizações que se dedicam à promoção deste tipo de actividades. Das cinco empresas existentes em 1993, passaram a existir 129 contabilizadas em Agosto de 2004, para além das mais de 600 empresas ou organizações a desenvolverem este tipo de actividades de forma ilegal (ANETURA, 2006). Assim, o crescimento desta actividade implica, necessariamente, que se multipliquem os estudos e se aprofunde os conhecimentos sobre estas organizações. Não se pode deixar de considerar que este é um sector que tem vindo a ganhar relevo como actividade económica. Este facto torna-se mais importante, quando nos referimos a uma região que integra a Região de Turismo do Alto Minho. Pois, tal como se referiu no capítulo dos Produtos Turísticos (Região de Turismo do Alto Minho), a região em estudo está vocacionada para turistas distintos[8].

Neste contexto, a realização deste trabalho não pode deixar de contemplar uma análise às organizações que promovem Actividades Físicas de Aventura na Natureza. Pretendemos, assim, com a definição desta categoria, contribuir para um maior conhecimento sobre as organizações que são objecto deste estudo, nomeadamente, conhecer quando iniciaram a sua actividade e quais as razões que estiveram na origem da formação dessas organizações. Procuraremos, ainda, conhecer quais são os recursos humanos afectos às organizações, se trabalham a tempo inteiro ou a tempo parcial, se recorrem a pessoas exteriores à organização e que critérios utilizam para esse recrutamento. Analisaremos, ainda, que tipo de recursos materiais estas empresas possuem e quais as parcerias que

[8] Consultar página nº 58

estabelecem com outras organizações e de que forma as valorizam, nomeadamente com as autarquias.

Categoria B – Actividades

.

As actividades promovidas por estas organizações desenvolvem-se fundamentalmente em três meios: terrestre, aquático e aéreo (Betran, 1995, Mourinho, 2004).

Em Portugal são ainda escassos os dados conhecidos face à realidade Portuguesa. Por conseguinte, e atendendo que um dos objectivos do trabalho é precisamente o de descrever o tipo de actividades que se realizam em Portugal, tentaremos perceber quais são as actividades promovidas pelas organizações, qual a estratégia que adoptam para a promoção dessas actividades e qual o "público-alvo" dessas actividades.

Analisaremos, ainda, quais os locais escolhidos para a sua realização, e quais as razões subjacentes à escolha desses locais. Com esta categoria pretendemos compreender também quais as expectativas dos responsáveis pelas organizações em termos de evolução ao nível da procura por estas práticas. Por fim, procuraremos identificar diferenças entre associações e empresas.

Categoria C – Parcerias

Um dos pontos fracos identificados num estudo feito pela RTAM (2004c), a empresas de Turismo Activo foi a inexistência de parcerias entre as Empresas de Animação Turística.

Neste sentido, com a inclusão desta categoria pretendemos analisar, em termos estratégicos, que tipo de parcerias as organizações estabelecem com outras entidades, nomeadamente com as autarquias. Pretendemos perceber como é que estas organizações perspectivam o seu desenvolvimento e de que forma as parcerias que estabelecem se enquadram nessa concepção. Esta informação

parece-nos importante para perceber qual o seu contributo para uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Categoria D – Legislação

O quadro legislativo que regulamenta a realização e o funcionamento das organizações que promovem AFAN parece exercer uma influência determinante no seu desenvolvimento e na sua afirmação como actividade turística, capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentado de uma dada região. Uma análise ao Decreto – Lei nº 204/2000 que regulamenta o exercício da actividade das Empresas de Animação Turística permite-nos verificar que a legislação existente tem-se mostrado inadequada para um crescimento sustentado. Esta é omissa em relação a questões como a formação dos recursos humanos, segurança e protecção ambiental. Neste sentido, com a inclusão desta categoria pretendemos analisar de que forma a legislação actual influencia o desenvolvimento deste sector e qual a perspectiva das organizações que promovem este tipo de actividades em relação ao quadro legislativo que existe actualmente.

Categoria E – Sustentabilidade/ambiente

Actualmente, parece ser unanimemente aceite a importância deste tipo de actividades para o desenvolvimento de uma região, desde que sejam desenvolvidas segundo princípios de respeito pela natureza. Com efeito, o Desporto, actualmente, surge-nos articulado com outros sectores, nomeadamente com o turismo, com o meio rural e com o ambiente. Esta articulação é vista como uma excelente forma de combater o êxodo rural, designadamente através de fixação de jovens, da aproximação do meio rural ao meio urbano, de permitir atrair investimentos, com a inerente criação de empregos, para além de rentabilizar a oferta de alojamento através do turismo rural.

No que se refere à relação entre o desporto e o ambiente, reconhece-se que a prática de Actividade Física no meio natural pode ter um impacte negativo

na natureza. Por conseguinte, torna-se fundamental que sejam enquadradas e desenvolvidas em harmonia com o princípio de desenvolvimento sustentável e de uma gestão equilibrada do ambiente, garantindo a conservação e a diversidade biológica. Assim, no que diz respeito à associação da prática desportiva com o turismo, consideramos importante a inclusão de uma categoria que nos permita analisar a forma como as organizações que promovem AFAN contribuem para o desenvolvimento sustentado. Tentaremos perceber, também, qual a concepção de desenvolvimento sustentado dos responsáveis dessas organizações, procurando, assim, inferir de que forma essa concepção pode influenciar o papel dessas organizações em termos de desenvolvimento sustentado.

Relativamente aos municípios definimos as seguintes categorias:

Categoria A – Potencialidades do Município

A RTAM (2003) considera que o património natural é o maior potencial desta região em termos de promoção e desenvolvimento turístico. De facto, foram identificados como pontos fortes desta região os recursos naturais, atendendo à sua qualidade, diversidade e abrangência territorial. Por outro lado, os turistas que visitam esta região sempre deram como motivação da visita a paisagem (RTAM, 2003). Neste contexto, e considerando que os municípios que integram este estudo se encontram localizados na área geográfica da Região de Turismo do Alto Minho, pretendemos com a inclusão desta categoria perceber qual a percepção dos responsáveis políticos pelos pelouros do desporto relativamente às potencialidades dos seus municípios, e de que forma é que essa percepção se traduz em acções concretas que visem aproveitar e desenvolver essas potencialidades.

Categoria B – Desporto

Os municípios possuem, actualmente, um amplo campo de intervenção ao nível do planeamento e desenvolvimento do desporto. De facto, detêm responsabilidades e competências no planeamento e construção de instalações para a prática desportiva e no apoio a actividades desportivas e recreativas, desde que sejam reconhecidas como sendo de interesse municipal.

Por conseguinte, com a inclusão desta categoria, tentaremos perceber qual a estratégia dos municípios em termos de desenvolvimento desportivo, tendo em consideração a forma como se encontram estruturados os pelouros do desporto, o tipo de actividades que desenvolvem e as infra-estruturas desportivas que estão a desenvolver actualmente ou que pretendem criar. Tentaremos perceber se, em termos desportivos, os municípios continuam a valorizar o desporto típico da sociedade moderna, ou seja, o desporto rendimento, ou se contemplam já um desporto direccionado para o lazer e para a satisfação pessoal, característico da sociedade contemporânea.

Categoria C – Sustentabilidade

Com a inclusão desta categoria pretendemos perceber se os municípios já iniciaram acções orientadas para uma estratégia de desenvolvimento sustentado, tal como foi proposto pelas Nações Unidas em 1992 e que resultou na definição de plano denominado “Agenda 21 Local”, que propõe que as entidades locais, nomeadamente as autarquias, desenvolvam acções com o objectivo da definição de um plano de desenvolvimento sustentado.

Pretendemos analisar de que forma essas estratégias integram as organizações que promovem AFAN.

10. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo será feita a apresentação dos resultados obtidos em simultâneo com a sua discussão. Pensamos que desta forma os tornará mais explícitos e contextualizados.

Os resultados, isto é, o sistema categorial, constituído pelas categorias e as respectivas unidades de contexto encontram-se na sua totalidade no anexo 3.

Tal como já foi mencionado, a realização deste trabalho implicou a definição de um quadro de categorias distinto para os responsáveis pelas organizações que promovem AFAN e para os responsáveis políticos com o pelouro do desporto nas Autarquias. Assim, relativamente às organizações, foram definidas as seguintes categorias: Entidade, Parcerias, Actividades, Legislação, Sustentabilidade. No que se refere às autarquias definimos como categorias: Potencialidades, Desporto e Sustentabilidade.

10.1 Organizações promotoras de AFAN

10.1.1 Análise da Categoria – Entidade

Em relação às Organizações que promovem AFAN os dados obtidos permitem-nos concluir que as associações constituíram-se há mais tempo do que as empresas. Se analisarmos o ano de fundação, podemos constatar que as associações desenvolvem actividades desde 1991, ou seja há 15 anos.

"A associação existe desde 1991." (A 1)

"A associação nasce em 1991, praticamente nasce com uma associação dentro de outra associação." (A 2)

As empresas, por sua vez, constituíram-se mais recentente, não tendo nenhuma mais do que quatro anos de actividade.

"…nasce em 2004 por um grupo de amigos que, de alguma forma, queriam divulgar todo o potencial do Alto Minho." (E1)

"Criada a 30 de Janeiro de 2002, por dois finalistas do curso Técnico de Turismo Rural e Ambiental." (E 2)

"Nós formámos a nossa empresa em Maio de 2002." (E 3)

"Somos uma empresa sedeada no Norte de Portugal, (…), apresentando-se desde 2002 no mercado de animação turística." (E 4)

Estes dados vão ao encontro daqueles que nos são referidos por Ribeiro (2001) e pela ANETURA (2006) denotando-se que o grande crescimento destas empresas ocorreu apenas a partir da década de 1990. De facto, das cinco empresas legalizadas que existiam em 1993, passaram para 129 empresas em 2004.

Em relação às razões que estiveram na origem da formação destas organizações, podemos concluir que os seus responsáveis já possuíam uma identificação com a natureza e com as actividades praticadas ao ar livre. No entanto, os motivos apresentados pelas associações diferem daqueles que são apresentados pelas empresas. Em relação às associações, predominou um papel mais social, sobretudo relacionado com a necessidade de promover actividades para ocupação do tempo livre dos jovens e de lhes permitir conhecer novos espaços naturais. Existe, nas associações, uma forte componente formativa e de valorização da natureza. Por sua vez, em relação às empresas, predominou uma maior vertente comercial, ou seja, todas referem que um dos motivos que levou à sua formação foi constatarem que existia um nicho de mercado que poderia ser explorado, tendo em consideração a crescente procura por este tipo de actividades e as potencialidades apresentadas pela região.

"Uma das razões foi dar uma ocupação aos jovens, fomos uma associação sempre virada para os jovens, sempre virada para a parte ambiental, para a educação ambiental. Ou seja, pôr os miúdos a trabalhar um bocado com a bicharada por assim dizer." (A1)

"Entendemos que havia e há muitas casas de habitação, de turismo de habitação, e turismo de aldeia, havia uma lacuna ao nível da animação em relação a essas casas" (E2)

"O que me levou a formar este negócio foi o facto de eu ter um conhecimento de França onde eu vivi muito tempo e onde este tipo de negócio já está muito desenvolvido. Cá em Portugal era inexistente, e eu achei que se calhar seria um negócio com futuro" (E3)

"…foi uma questão de ver o mercado, ver que havia uma oportunidade" (E4)

Efectivamente, ambas as organizações parecem encontrar na sociedade actual condições favoráveis para se desenvolver. O paradigma ecológico que caracteriza a sociedade contemporânea expressa-se pela crescente preocupação com o ambiente, traduzida por um movimento de aproximação do Homem ao meio natural. Trata-se de uma tendência que se explica pela descrença na sociedade técnica e industrial (Bento, 1995) e pelo interesse por actividades que restituam a tranquilidade e funcionem como tónico capaz de reequilibrar o Homem e de o libertar do stress do dia-a-dia (Da Costa, 1997).

Não obstante, esta tendência mais ecológica, a sociedade actual caracteriza-se também por evidenciar um comportamento aparentemente contraditório, fundamentado num consumo sempre havido de novos produtos. O movimento de autonomização e individualização de gostos e de estilos de vida deu origem a uma diversidade de produtos que procuram satisfazer as necessidades próprias de cada indivíduo. Nesta perspectiva, as AFAN são também resultado de necessidades criadas pelas campanhas que incentivam ao consumo e no qual o turismo e o eco-turismo são mais um produto a ser consumido, pela vontade demonstrada em novas formas de preencher o tempo livre (Pires, 2004).

É um turismo que se enquadra no padrão que nos é referido por Burnay (2000), ou seja, um turismo alternativo ligado às preocupações ambientais e que assenta em vectores como a necessidade de ter ferias activas, interesse pela vivência de experiências de índole cultural e pelo recurso frequente a pequenas pausas e férias secundárias (Burnay, 2000). É um turismo que, encontrando-se

em franca implementação desde a década de 1990, na Europa, em 2003 este tipo de turismo atingiu um milhão face a 555 em 1998 (C.T.P., 2005), contudo em Portugal o seu incremento surgiu mais tarde. Se tivermos em consideração as palavras de Betran (1995), estas actividades surgiram nos países desenvolvidos na década de 1970, tendo-se desenvolvido na seguinte e consolidado na década de 1990, no entanto, em Portugal, só a partir da década de 1990 é que se deu o incremento destas actividades.

Não obstante, a necessidade de fazer face a este novo turista criou condições para o aparecimento de empresas de animação turística justificando-se assim, o facto dos responsáveis pelas empresas que entrevistámos terem destacado a existência de um nicho de mercado como a razão que os levaram a enveredar por esta actividade

No que se refere às associações, estas, desde a sua génese encontram-se vocacionadas para uma função mais social. Na verdade, sendo designadas juridicamente por "pessoa colectiva de direito privado cujo objecto é o fomento e a prática directa de actividades desportivas e que se constitua sob forma associativa e sem intuitos lucrativos"[9], é natural que prevaleça uma maior orientação para a comunidade e para a formação.

Por conseguinte, esta vocação pedagógica abre-lhes também um amplo espaço de desenvolvimento na sociedade actual, pois a aproximação do Homem à natureza carece de um processo pedagógico. Autores como Betrán (1995), Garcia (1997) e Castillo (2005) consideram que as AFAN pelo impacto que provocam na natureza, podem contribuir para a sua degradação, apesar de Burnay (2000) nos referir que estes praticantes possuem uma maior consciência ecologia e Grael (1992) salientar que estas actividades podem também contribuir para a preservação de alguns espaços. Neste contexto, a diferença poderá estar no processo pedagógico, nomeadamente na forma como se utiliza a natureza. Neste sentido, torna-se imprescindível repensar a forma como utilizamos o meio ambiente, sendo necessário desencadear um processo que vise formar o *"Homo Oecologicus"* referido por Meinberg (1997), proporcionando-se assim, uma melhor

[9] Lei de Bases do Desporto, Lei n. 30/2004, de 21 de Julho

integração do Homem na natureza. Nesta tarefa formativa, as associações, atendendo à sua vocação social podem assumir um papel preponderante, principalmente atendendo ao trabalho que desenvolvem com os estabelecimentos de ensino.

No que concerne aos Recursos Humanos afectos a estas organizações, constatamos que as associações recorrem exclusivamente aos próprios sócios, que trabalham na associação a tempo parcial. Contudo, apesar do elevado número de sócios, 2 100 no caso da associação (A1) e 300 no caso da associação (A2), apenas um número reduzido de elementos participa na organização e na promoção das actividades. A associação (A1) refere-nos que trabalham na associação cerca de oito sócios, para além de uma assistente administrativa e de um grupo de Biólogos, que colaboram na realização das actividades, sobretudo nas actividades de interpretação ambiental, usufruindo como contrapartida da utilização dos espaços da associação para a realização dos trabalhos de investigação.

"…trabalham na associação cerca de oito elementos, todos trabalham a tempo parcial…" (A 1)

"…a tempo parcial, trabalham quatro, do conselho fiscal um ou dois, o resto dá apoio voluntário dentro do clube e da assembleia-geral, os outros é para fazer número." (A 2)

No que se refere às empresas, o número de sócios gerentes varia entre um e quatro. Duas das empresas entrevistadas, (E3) e (E4), possuem sócios gerentes a trabalhar a tempo inteiro, sendo esta actividade a sua principal fonte de rendimento. Por sua vez, a empresa (E2) é formada por dois sócios gerentes que, apesar de possuírem total disponibilidade para a empresa, referem que esta não gera recursos suficientes para se constituir como a sua principal fonte de rendimento. Por último, a empresa (E1) é formada por quatro sócios que trabalham a tempo parcial.

"Somos quatro sócios gerentes." (E 1)

"Somos dois, sou eu e a Maria do Céu." (E 2)

"…a empresa não gera receitas suficientes para trabalharmos a tempo inteiro "…sempre que há uma solicitação à nossa empresa seja feriado, domingo, a qualquer hora do dia a gente dá apoio a esse serviço, o problema é que aparecem poucos serviços." (E 2)

"…uma pessoa a tempo inteiro." (E 3)

"…trabalhamos a tempo inteiro, essa é uma característica que nos marca no bom sentido." (E 4)

Em relação à realização das actividades, todos os sócios participam como técnicos na sua organização, para além disso, as empresas (E3) e (E4) possuem respectivamente um e quatro funcionários que trabalham a tempo inteiro, não deixando, no entanto, de recorrer à contracção pontual de técnicos sempre que as actividades assim o exijam.

"…tenho um funcionário que trabalha a tempo inteiro e pessoas estagiárias que ajudam a empresa em certas actividades que trabalham a tempo parcial." (E3)

"…às vezes temos que reforçar uma dada área num determinado momento, portanto estamos a falar dois da administração, mais quatro funcionários a tempo inteiro." (E4)

"Nós temos aqui duas dimensões ou três, a parte da administração, depois temos os funcionários, falamos de quatro funcionários, isto com uma tendência de ter três, quatro, cinco dependendo um bocadinho." (E4)

A empresa (E2) é única que promove actividades recorrendo exclusivamente à participação dos sócios gerentes.

Já na empresa (E1), de uma maneira geral, as actividades são asseguradas pelos sócios gerentes, contudo, quando se torna necessário, recorrem também à contratação pontual de técnicos.

"…regra geral fazemos nós, temos sempre um técnico de Educação Física sempre presente em qualquer actividade, agora de vez em quando é necessário contratar técnicos e damos sempre preferência a técnicos de Educação Física que passem os recibos verdes." (E1)

No recrutamento de recursos humanos, os critérios mais valorizados são o conhecimento da pessoa e a amizade, surgindo depois o nível cultural e a proximidade com a região. Algumas empresas salientam ainda que a formação é um critério que não é tido em consideração, porque a formação nesta área é praticamente inexistente.

"Nós para já temos pessoas conhecidas, amigos, temos muitos amigos nossos que são licenciadas em Educação Física, portanto é sempre na base dos nossos amigos, agora temos necessidade é de criar uma forma de captar novas pessoas em breve." (E1)

"No recrutamento dos técnicos, o primeiro critério, não vou dizer que é a formação, porque a formação é inexistente nesta área, digamos que optamos pelo nível de cultura, as línguas que falam, factor extremamente importante no nosso campo. Depois são as regras que tentamos modificar ou pedir às pessoas para adoptarem." (E3)

"As pessoas que trabalham connosco, digamos que são pessoas que regra geral já conhecíamos ou que já eram nossos amigos." (E3)

Nesta sequência, podemos constatar que, em termos de funcionários a trabalhar a tempo inteiro nas empresas, o número varia entre um e quatro elementos. Contudo, as Empresas (E1), (E3) e (E4) costumam recorrer a pessoas externas para a realização de algumas actividades, sendo neste caso contratados através do sistema de prestação de serviços. A empresa (E2) é a única que não possui funcionários, sendo todas as actividades asseguradas pelos dois sócios gerentes.

Assim, comparando estes dados com os indicadores apresentados por Ribeiro, (2001), Costa, (2006), Dias, (2006) ANETURA, (2006); estes apontam para conclusões semelhantes. Ou seja, as empresas que promovem estas actividades são de pequena dimensão, em que os gestores actuam simultaneamente como técnicos. A ANETURA (2006), em relação a este aspecto, refere-nos concretamente que das 129 empresas legalizadas e a desenvolverem actividades em Portugal em 2004, 101 tinha unicamente entre um e três

empregados. Assim, parece-nos que estas organizações comparativamente com outros sectores do turismo, como por exemplo a hotelaria e a restauração, ainda apresentam estruturas muito débeis, em termos de recursos humanos. De facto, um estudo realizado às empresas de Animação Turística que operam na Região de Turismo do Alto Minho, aponta como sendo um dos pontos fracos do sector a falta de peso institucional, visível num grau de relacionamento incipiente com outras entidades do sector e, particularmente, num sentimento generalizado de alguma menoridade face a outros agentes (RTAM, 2004c).

A utilização constante de técnicos exteriores às empresas poderá também contribuir para uma maior dificuldade no desenvolvimento de uma cultura própria da organização e na sua comunhão por todas as pessoas que integram essa estrutura. Quando não existe uma ligação estável entre os recursos humanos e as organizações, torna-se por vezes difícil estabelecer parâmetros qualitativos, traduzindo-se num *handicap* para a afirmação destas empresas.

Outro dado significativo que podemos constatar é a formação inicial dos elementos que realizam estas actividades ser muito diversificada. As pessoas que se encontram à frente destas organizações possuem uma formação inicial muito distinta, desde elementos ligados à Engenharia, à Educação Física, ao Turismo e à Restauração. Esta situação poderá ser explicada pelo quadro legislativo que regulamenta esta actividade ser muito permissivo em relação à formação necessária para exercer este tipo de actividades, permitindo que qualquer pessoa, independentemente da sua formação, possa constituir uma empresa e actuar como técnico na comercialização das actividades. Pela sua importância, mais adiante, não deixaremos de discutir a questão da formação.

"Quase todos temos habilitações superiores, somos do ramo da engenharia a maior parte, é da educação, temos técnicos de turismo, de educação física, ligados à engenharia são uns quantos, o maior grupo, engenharia civil e engenharia civil do ambiente e agrária e depois temos também um grupo considerável de gente ligado ao sector do ensino." (A2)

"… a formação mais baixa se calhar é a minha, tenho o 9º Ano, depois o meu sócio tem formação de mestrado, e as pessoas que trabalham a tempo parcial na empresa são pessoas licenciadas ou com o 12º." (E3)

Estes dados apontam para uma clara necessidade de recorrerem a uma formação complementar, o que não deixa de ser um processo difícil quando a formação na área é escassa ou inexistente. Tornando-se usual, principalmente nas organizações localizadas junto à fronteira, recorrerem ao país vizinho para obter formação. O responsável pela Empresa (E3) refere-nos essa dificuldade:

"No caso propriamente da área não encontrei muita formação, ao nível da gestão da empresa fiz um curso de gestão de empresas…" (E3)

Na verdade, não existe no nosso país um quadro de formação definido e devidamente reconhecido direccionado para pessoas que pretendam exercer funções nesta área. A ANETURA (2006) destaca essa necessidade, salientando que se torna necessário e urgente a definição de um quadro formativo que assegure uma formação adequada, referindo, ainda, a importância da formação ser extensível às áreas protegidas, propondo que o ICN desenvolva acções especificas para cada área protegida que contemple as características da fauna, flora e património da região, bem como aspectos de preservação específicos dessa área (ANETURA, 2006).

De facto, esta situação proporciona que pessoas menos preparadas tecnicamente, e por vezes sem a consciência ecológica necessária, possam desenvolver actividades nesta área. É uma situação que favorece o aparecimento de comportamentos menos adequados, dando origem, por vezes, aos impactos ambientais referidos por Betrán (1995), Garcia (1997) e Castillo (2005).

Contudo, apesar da dificuldade em encontrar uma formação adequada e devidamente reconhecida, os responsáveis pelas organizações que entrevistámos referem que sempre que encontram acções de formação sobre o sector costumam participar, aplicando posteriormente esses conhecimentos nas organizações.

"…no mergulho, e por gostar muito, é uma formação paga por mim, a parte de monitores de canoagem também, também foi feito por mim, digamos que todos os monitores da associação têm uma formação que não adquiriu aqui, a progressão foi sempre fora, portanto nós formámo-nos fora e as nossas capacidades aplicamo-las aqui." (A1)

"A nossa formação é feita na escola Galega de Alta Montanha, é tudo formado nas escolas espanholas." (A2)

"…sempre que temos possibilidade e tempo vamos a formações." (E1)

"…em certas áreas onde há formação oficial vamos para essas áreas, porque umas das bases para nós estarmos no mercado é nós conscientemente olharmos para nós e estarmos dentro da lei, portanto quando há formação nós vamos a essa formação…" (E4)

Em relação aos recursos materiais, podemos inferir que todas possuem um espaço que funciona como sede ou escritório, servindo maioritariamente para o envio e recepção de correspondência. No caso das associações, o edifício é cedido pelas autarquias através do estabelecimento de protocolos. Já em relação às empresas, o espaço é alugado, como acontece com as empresas (E2) e (E3), ou adquirido, como é o caso da empresa (E4). A sede pode funcionar ainda na casa de um dos sócios gerentes, algo que acontece com a empresa (E1). Para além destes espaços, algumas empresas, como a (E3) e (E4), possuem um armazém que funciona como local de armazenamento de material e simultaneamente como ponto de encontro para o início de algumas actividades.

Adicionalmente, podemos identificar um campo de *Paintball* e um espaço de animação rural, que pertencem respectivamente às empresas (E1) e (E4).

Já a associação (A2) possui a exploração e a gestão de um Centro de Interpretação Ambiental e um refúgio de montanha, cedidos pela autarquia através do estabelecimento de um protocolo.

Relativamente aos meios de deslocação, todas as organizações entrevistadas possuem viaturas próprias. Podemos encontrar viaturas de nove lugares, como acontece com a associação (A1) e as Empresas (E2), (E3), viaturas ligeiras, como no caso da associação (A2) e da empresa (E1) e várias carrinhas e uma viatura "todo-o-terreno" como acontece com a empresa (E4). As organizações que promovem a prática de mergulho, para além de viaturas,

possuem também embarcações, como acontece com a associação (E1) e a Empresa (E4), que apresentam um e dois barcos respectivamente.

As organizações apresentam ainda recursos que se destinam à realização das actividades que promovem, como é o caso de material destinado à prática da canoagem, à escalada, *paintball*, moto quatro, BTT, equipamentos de mergulho, material de escritório, etc.

"…um hangar alugado…", "…um campo próprio onde fazemos Paintball…", "…uma viatura ligeira…" (E1)

"…temos a carrinha de nove lugares…", "…temos o escritório…", "…o material de escritório…" (E2)

Assim, constatamos que em termos de recursos materiais, não existe grande distinção entre as associações e as empresas. Ambas possuem os meios necessários para a prática das actividades que promovem. A Empresa (E4) destaca uma estratégia que passa pela aquisição de equipamentos de gama média/alta com o intuito de promover um produto de qualidade. Para esta organização torna-se impensável comercializar uma actividade sem que possuam materiais de qualidade. De facto, a canalização dos recursos financeiros para a aquisição de equipamentos parece ser comum a todas as empresas, apesar da maior parte das que estudamos apresentarem também instalações que funcionam como sede ou escritório, sendo a única excepção a empresa (E1). Em relação a este aspecto, a ANETURA (2006:15) refere-nos que "92 por cento destas empresas investe em equipamentos para as suas actividades, 68 por cento julga também ser prioritário a aquisição de viaturas todo o terreno, somente 8 por cento investe em instalações próprias e 1 por cento em serviços complementares como alojamentos ou serviços de restauração."

De facto, se tivermos em consideração que as AFAN são actividades que possuem a particularidade de se desenvolverem tendo como principal cenário a natureza, e se considerarmos que na maior parte dos casos o contacto com os clientes ocorre através do telemóvel ou do correio electrónico, torna-se

compreensível que as empresas tendam a canalizar os seus investimentos para os equipamentos, procurando aumentar e diversificar a sua oferta e assegurar condições de segurança.

Assim, para estas empresas, a qualidade das infra-estruturas parece não ser uma questão prioritária, a existência de um escritório ou de uma sede serve apenas para o envio e recepção da correspondência. O êxito dos seus serviços parece mais influenciado pela beleza dos espaços naturais e pela segurança empregue na realização das actividades. Na verdade, é uma situação que se explica pelo facto das pessoas virem à procura de novas experiências que sejam vivenciadas na natureza e apesar de proporcionarem também situações de risco e de aventura, não deixam de ser situações fictícias e de certa forma calculadas. É por isso que se torna fundamental para estas empresas assegurar todas as condições de segurança, para as quais, a qualidade dos equipamentos utilizados contribui de forma decisiva.

10.1.2 Análise da Categoria – Parcerias

No que se refere ao tipo de parcerias que estas organizações estabelecem com outras instituições, os dados permitem-nos inferir que existe uma distinção clara entre as Associações e as Empresas. As associações possuem uma relação directa com as autarquias, recebendo subsídios e usufruindo de espaços cedidos através de protocolos. As autarquias são o principal parceiro das associações e mesmo o seu principal meio de financiamento.

"Digamos que os nossos principal apoio é a Câmara." (A1)

"A Câmara (…), para além de nos financiar e de nos ceder as instalações pontualmente, encaminha-nos as escolas, alguns grupos que se dirigem à Câmara e que pedem informações ela encaminha-os para nós." (A1)

"Não é com a autarquia onde estamos sedeados, mas com todas as autarquias da região, do distrito de Viana temos uma relação muito positiva, muito boa, com protocolos assinados com várias delas." (A2)

"Hoje estamos dentro de todas as redes sociais, formamos as colónias de férias, damos a formação a miúdos pequenos, trabalhamos até com cegos, coisa que a maior parte dos clubes não faz e nós fazemos." (A2)

Este apoio por parte das autarquias transmite-nos o seu reconhecimento e a valorização do papel social desempenhado pelas associações, atribuindo-lhes uma importância significativa na acção cívica de formação da comunidade em geral e dos jovens em particular.

No entanto, apesar desta relação, os dados apontam-nos para a não existência de uma estratégia concertada para a promoção destas actividades e para a sua utilização como factor de promoção turística ou de formação pedagógica. As associações salientam que para além dos apoios financeiros que lhes são atribuídos, as autarquias poderiam colaborar mais na promoção destas actividades. São indicadores que nos levam a considerar que as autarquias não possuem uma estratégia orientada para este sector, nomeadamente, para a educação ambiental e para a promoção turística.

"Julgo que a autarquia poderia ajudar mais a encaminhar, (…) mais na publicidade." (A1)

"… nunca ninguém nos disse enviem para cá as vossas actividades, vocês fazem algumas coisas? O que é que vocês podem fazer? Há várias actividades que nós podemos fazer ou que estávamos a pensar fazer, tragam-nos, nunca nos perguntaram isso e acho que nessa parte falham nesse aspecto." (A1)

"Nós sentimo-nos às vezes postos de parte." (A1)

"…mas quando se fala de percursos pedestres existe uma componente política para o autarca que não vê o potencial que aquilo vai ter em termos turísticos, ou em termos de investimentos turísticos que é muito maior." (A2)

Para além das autarquias, as associações procuram ainda estabelecer parcerias com outras associações, empresas e estabelecimentos de ensino, no

sentido de captarem mais associados e de alargarem o leque das actividades que promovem.

"…estamos agora a criar protocolos com outras associações e empresas para abrir mais um bocado o leque de actividades com protocolos." (A1)

"Nós agora vamos adoptar uma política diferente para captar mais associados, o que nós fizemos foi protocolos com escolas, neste momento já temos protocolos com escolas de Caminha e V. N. de Cerveira, que são as mais próximas para que elas possam usufruir de regalias de preços." (A2)

No que se refere às Empresas, a prioridade no estabelecimento de parcerias não é tanto associarem-se às autarquias, mas mais a outras empresas do mesmo ramo, ou a unidades de alojamento e restauração. Estas parcerias visam, fundamentalmente, aumentar o seu leque de produtos, através da subcontratação de outras actividades. Em relação à restauração e à hotelaria, o objectivo parece ser o de usufruir de maiores vantagens para os seus clientes, aproveitando simultaneamente para divulgar as actividades nesses estabelecimentos.

Estes dados parecem não confirmar os que são apresentados pelo estudo realizado às empresas de Animação Turística na Região de Turismo do Alto Minho e divulgado pela (RTAM, 2004c), que refere como factor negativo a inexistência de parcerias entre as empresas de Animação Turística. Na verdade, aquelas que integraram este estudo atribuem ao estabelecimento de parcerias uma grande importância. Em relação à hotelaria e à restauração, a predisposição e o interesse destas empresas em se associarem a estes dois sectores parece-nos mesmo uma estratégia acertada, atendendo que a maior parte dos turistas que visitam esta região, fazem-no sem um suporte de férias organizadas, sobressaindo neste tipo de turismo os portugueses (com 88 por cento), franceses (com 81 por cento) e espanhóis (com 71 por cento) (RTAM, 2003). Ou seja, são turistas que à partida se encontram mais predispostos a adquirir estes produtos no próprio local.

"…a escola de wind-surf é a única actividade, que é uma parceria com um colega nosso de Educação Física que é da Póvoa do Varzim." (E1)

"As parcerias que nós temos são para a realização de algumas actividades. Por exemplo para o Paintball temos uma estrutura móvel que pode ser montada em qualquer sítio, mas não temos os insufláveis e se calhar quem tem os insufláveis não tem a estrutura móvel, ou seja, quando precisamos dos insufláveis deles eles alugam-nos e nós vice-versa a gente aluga-lhe a estrutura, portanto basicamente as nossas parcerias são essas." (E1)

"…temos parcerias com empresas de desportos aventura." (E2)

"Temos parcerias com outras empresas, onde enviamos clientes para outros sítios e como também recebemos clientes de outros locais. " (E3)

"…uma parceria tem que ter uma base muito sólida de objectividade, e nós temos algumas entidades, associações académicas, não apenas ao nível dos alunos, mas também em termos oficiais, Reitoria e tal, hotelaria, como seria de esperar temos alguns acordos, temos alguma facilidade em reunir os alojamentos para as pessoas" (E4)

Já em relação ao estabelecimento de parcerias entre as empresas e as autarquias, os dados indicam-nos que não existe uma relação entre estas duas organizações. Parece-nos que a falta de uma estratégia da parte das autarquias e o facto das empresas não considerarem esta relação uma prioridade, talvez mais interessadas em se associarem à hotelaria e à restauração, sejam a explicação para não se verifique uma estratégia concertada.

"Não existe relação possível com a autarquia." (E2)

"Digamos que eu sinto-me um bocadinho, no que a mim me diz respeito, pouco ajudado por parte da Câmara." (E3)

"Não, de uma forma formal, parcerias com Câmaras não." (E4)

A única relação que, por vezes, estas empresas parecem ter com as autarquias é a contratação esporádica de algumas actividades de animação, por parte do poder local.

"A nossa autarquia já nos pediu orçamentos para actividades…" (E1)

Esta situação parece, contudo, não corresponder aos anseios das Empresas, que gostariam de ter outro tipo de relação com as autarquias, quer através da realização de mais actividades de animação, quer através de uma definição conjunta de estratégias que visem a dinamização deste sector, e que permitam fomentar a promoção do turismo local. Na perspectiva das empresas, existe falta de comunicação com as autarquias, algo que está em concordância com as reivindicações das associações.

"Gostaríamos de realizar mais actividades, gostaríamos de realizar parcerias que poderiam beneficiar os dois, (…) existe muitas formas de fazer actividades. " (E1)

"…nem sequer as nossas actividades foram incluídas na agenda cultural da terra, independentemente das actividades que fazemos." (E2)

"…há aqui um espaço de manobra interessantíssimo para, de facto, à medida que a necessidade do sector se vai compondo, definirem estratégias comuns numa tentativa de optimizar recursos, não vale a pena ter-se uma Câmara a investir em qualquer coisa, sabendo que ao lado uma empresa já o faz e faz bem" (E4)

Assim, quer as associações quer as empresas parecem reclamar maior atenção por parte do poder local, nomeadamente no que se refere à divulgação e à promoção das suas actividades. Estas organizações mostram-se disponíveis para integrar estratégias que tenham como objectivo a promoção do turismo e a optimização de recursos locais. Parece-nos, no entanto, que as autarquias se disponibilizam mais facilmente para apoiar as associações, não como parte de um plano estratégico de promoção turística, mas pela valorização do seu papel social, nomeadamente, pelo trabalho gratuito que estas desenvolvem com as crianças e

jovens. Este facto leva a que as autarquias se vejam no dever de apoiar estes projectos, contribuindo de forma decisiva para a subsistência destas associações. Os municípios parecem ter a consciência de que a falta de apoio às associações implicaria enormes dificuldades para a sua actividade e porventura para a sua subsistência.

10.1.3 Análise da Categoria – Actividades

Relativamente às actividades promovidas pelas organizações que foram objecto deste estudo, os dados obtidos permitem-nos constatar que estas se desenvolvem nos meios terrestre, aquático e aéreo, indo assim ao encontro de vários autores (Betrán, 1995; Guzmán, 2002; Marinho, 2004; Costa, 2006).

Encontrámos, no entanto, algumas diferenças entre as associações e as empresas. Estas últimas tendem a promover um leque mais amplo e diversificado de actividades comparativamente com as associações. Apesar de não termos dados concretos que expliquem esta situação, parece-nos que uma maior diversidade de produtos contribui para que as empresas se tornem mais competitivas. Assim, e perante os resultados, verificamos que as associações promovem apenas cinco tipos de actividades, enquanto que as empresas realizam vinte e três actividades distintas. As empresas, para além da realização de AFAN, começam a apostar também na comercialização de outro tipo de produtos, mais direccionados para animação de eventos e para a dinamização cultural. Actualmente, dentro da mesma empresa, podemos encontrar actividades tão diversas como a descida de um rio e a organização de uma despedida de solteiro, ou organização de ceias regionais, arraiais minhotos, levantamentos etnográficos, feiras medievais, entre outros produtos.

"Actualmente, para além do mergulho temos cursos de mergulho, canoagem, alugamos canoas, realizamos algumas saídas de interpretação ambiental, percursos pedestres e de momento é só isso." (A1)

"Nós promovemos o Pedestrianismo, percursos de interpretação, Escalada, organizamos campos de férias e tudo que tenha a ver com a natureza." (A2)

"…quando falo de montanhismo, falo pelas disciplinas todas de montanha, temos uma disciplina que mobiliza mais gente que é o pedestrianismo e a parte alpina de montanha." (A2)

"Trilhos, Percursos de Kayak e Canoa, Paintball, Orientação, Actividades de cordas, Animação de festas de aniversários e despedida de solteiro(a). Organizamos e dinamizamos os mais variados tipos de eventos, Disponibilizamos pacotes de um ou mais dias com diversas actividades, Disponibilizamos actividades desportivas associadas a programas culturais, específicos para clientes especiais. Pode contemplar visitas a museus, jantares típicos e prelecções em diversas áreas." (E1)

"Eventos desportivos e culturais; Actividades de desporto aventura e lazer;
Roteiros culturais e ambientais, Festas de aniversário e despedida de solteiro." (E1)

As actividades promovidas pelas empresas apesar de se realizarem nos três meios, desenvolvem-se maioritariamente no meio terrestre e aquático. Encontramos apenas uma única referência ao meio aéreo, apontada pela empresa (E3), que apresenta um baptismo de voo em helicóptero.

As actividades mais realizadas são as caminhadas, a canoagem, escalada, campos de férias, *paintball*, actividades com cordas e orientação. As menos desenvolvidas são o baptismo de helicóptero, trilhos equestres e *wind-surf*. Estes dados parecem assim corroborar aqueles que nos são apresentados pela ANETURA (2006). De acordo com esta organização, as actividades mais desenvolvidas pelas empresas são as caminhadas, os trilhos, o *rappel*, as manobras com cordas, o *paitball*, o tiro com arco e a orientação. Por outro lado, as menos desenvolvidas são o *canyoning*, o *rafting*, o montanhismo, o alpinismo, o balonismo, o parapente e a asa delta.

Parece-nos, atendendo a estes dados, existir uma relação inversa entre as exigências técnicas das actividades e o número de empresas que as promovem. De facto, quanto maior for a exigência da actividade, quer em termos de recursos materiais, quer em termos de formação técnica, menor é o número das empresas

que as promovem. As actividades com maiores exigências técnicas requerem pessoas mais qualificadas e materiais mais dispendiosos, investimentos que parecem não despertar o interesse à maioria das empresas, talvez devido aos escassos recursos financeiros, ou pelo facto do retorno poder não justificar o investimento. Na realização deste trabalho não nos é possível encontrar explicações para este facto.

Em relação às pessoas que participam neste tipo de actividades, observa-se uma diferença entre as associações e as empresas. Nas associações as actividades são direccionadas principalmente para os sócios, se bem que não rejeitem a participação de pessoas que não integrem a associação, cobrando uma taxa de participação mais elevada, procurando assim incentivá-las a tornarem-se sócias.

As associações desenvolvem ainda actividades para as escolas, cumprindo o seu papel social e os protocolos estabelecidos, quer com as autarquias, quer com os estabelecimentos de ensino.

"Nós damos preferência aos sócios, temos 2100 sócios e a nossa aposta inicial é sempre os sócios, que já é um grupo enorme." (A1)

"No entanto, a parte do mergulho está aberto a toda a gente e não vamos distinguir sócios e não sócios." (A1)

"O público-alvo é a classe associativa e maiores de 25 anos de idade. Nós para além dos nossos sócios, trabalhamos com escolas." (A2)

"E temos taxas diferenciadas para quem é sócio e para não sócio. Porque, quem quer vir paga um euro porque é sócio, quem não é sócio vai ter que pagar 10 ou 15 euros, portanto, as pessoas associam-se, e ao associarem-se têm logo acesso a uma licença que lhes baixa os custos." (A2)

Em relação às empresas, uma das empresas, principalmente, no período estival, trabalha com grupos estrangeiros, aproveitando o turismo que visita esta região oriundo principalmente de países como Espanha, França, Inglaterra e Alemanha. Em 2004, 210 254 turistas provenientes destes países dirigiram-se às

delegações de turismo (RTAM, 2004), representando, desta forma, um importante nicho de mercado par as empresas que operam nesta região.

"*No verão temos estrangeiros, temos muita gente, Ingleses, Alemães e Franceses, mas mais Ingleses e Franceses, porque nós passamos a informação dos Hotéis daqui." (E1)*

"…trabalhamos muito com Alemães que é uma faixa etária dos 60 anos, são reformados e os alemães continuam a vir. Os ingleses já não vêm tanto. O que é certo é que houve um decréscimo daquilo que eu me apercebi, houve um decréscimo de Ingleses e um aumento dos Alemães." (E2)

"…somos uma empresa que trabalhamos a 200% em época estival e se pudéssemos desenvolver mais, poderíamos trabalhar 300, 400 % que não teríamos problemas nenhuns nessa época." (E3)

"Digamos que em época estival 90% dos nossos clientes são estrangeiros" (E3)

"Desses 90%, 75% são Franceses, temos por exemplo Ingleses e Alemães em Junho e Julho e Espanhóis um bocadinho durante todo o ano." (E3)

Contudo a empresa (E4) refere que os turistas estrangeiros não representam uma percentagem significativa em termos de clientes.

"…nem estamos neste momento muito preocupados com eles, queremos dar esse passo quando acharmos que as coisas aqui funcionam melhor a nível da própria empresa." (E4)

Segundo o seu responsável, não se encontram preparados para responder às exigências do mercado estrangeiro, atendendo à enorme dificuldade em assegurar alojamento e alimentação para grandes grupos. Na verdade, a impossibilidade destas empresas comercializarem um produto compósito representa um grande constrangimento para o seu crescimento. Não deixaremos de abordar mais à frente, neste trabalho, os impedimentos legais que se aplicam às empresas nesta matéria.

Se considerarmos que em relação às parcerias as empresas não referem os operadores turísticos, podemos inferir que os turistas estrangeiros são contactados já no nosso país, possivelmente, através da divulgação realizada

pelas empresas nas unidades hoteleiras e nas delegações de turismo. De facto, estes dados surgem em conformidade com aqueles que nos são apresentados pela ANETURA (2006), em que a forma menos recorrente de comerciar estes produtos é através do recurso a operadores turísticos, sendo utilizado apenas por 11% do universo total das empresas.

Parece-nos que estas empresas apresentam dificuldades em aceder a mercados mais estruturados como as agências de viagens e os operadores turísticos, os poucos recursos humanos e materiais e as dificuldades em articular com a hotelaria e a restauração um produto direccionado para grandes grupos condiciona a sua relação com operadores turísticos e agências de viagens mais habituados a trabalhar com parceiros melhor estruturados (RTAM, 2004).

Já em relação aos clientes nacionais, as actividades propostas parecem direccionar-se para diferentes "públicos-alvo".

Os passeios pedestres de interpretação ambiental e os programas de férias destinam-se fundamentalmente para a comunidade escolar.

"Em relação às escolas temos Férias, que é uma agenda que é feita em tempo de Férias e que é direccionada aos estudantes." (E3)

"Nós temos clientes que são escolas, grupos de escolas." (E2)

Os trilhos são também procurados por pessoas com formação superior, que se interessam pela cultura, pelos costumes e tradições locais e que valorizam os espaços naturais.

"…depois temos também um segmento de mercado que nos vem para os trilhos de médio e longo curso que é uma classe média alta." (E2)

"…normalmente quem vem para os trilhos pedestres, quase sempre são pessoas com formação académica alta, pessoas com uma faixa etária mais alta também, pessoas que tem interesse em conhecer os nossos costumes as nossas tradições." (E1)

"Wind-surf é para quem tem dinheiro, e as actividades culturais, basicamente, também é para quem tem dinheiro e pessoas com faixa etária alta, com instrução e nível literário alto." (E1)

Actividades como o *Paintball*, o *Rafting* são normalmente direccionadas para pessoas mais jovens, para estudantes, ou grupos de empresas. Exigem uma maior disponibilidade física e acarretam índices maiores de aventura e risco. São actividades que, tal como nos refere Betrán (1995), promovem o "descontrolo" controlado, com considerável quantidade de risco de emoções e sensações novas. Não deixam, no entanto, de serem riscos calculados (Marinho, 2004).

"Se formos por exemplo para o paintball já estamos a falar de pessoal mais novo, que quer dar uns tiros e tudo mais, ou seja, a faixa etária pode variar entre os 16, 17 e os 22, 23 anos, normalmente são pessoas que vem para se divertir e experimentar uma actividade de adrenalina." (E1)

Em relação a outras actividades como as descidas de rios em canoa, em águas calmas, parece não existir uma distinção tão clara entre diferentes faixas etárias. São actividades que são procuradas por um leque alargado de pessoas.

"…canoas temos as duas, temos pessoas com formação académica, porque não são rápidos é um passeio, uma coisa calma, aqui vem de tudo, vem gente nova, gente com mais idade e com mais ou menos instrução académica" (E1)

"Há o desporto aventura que procura o Rafting, Paintball é uma faixa etária relativamente nova, são estudantes em férias, são professores, ou empregados de uma mesma empresa que se reúne num determinado dia para fazer um convívio." (E2)

As actividades de animação são normalmente serviços requeridos pelas autarquias.

"Normalmente animação e insufláveis são as câmaras que procuram querer essas actividades" (E1)

Desta forma, podemos constatar que as AFAN são procuradas por públicos muito diversificados. São actividades animadas por um espírito de prática desportiva que permite que cada pessoa possa encontrar a prática que melhor lhe convier, realizada ao ritmo que mais se adapta à sua condição. Assim, o seu

sucesso deve-se ao facto de se enquadrarem nos valores que caracterizam a sociedade contemporânea, onde se privilegia produtos orientados para os gostos individuais dos consumidores, dando origem ao aparecimento de uma pluralidade de bens e serviços feitos à medida e ao desejo de cada consumidor (Lipovetsky, 1989; Tarsuella, 2001).

Neste sentido, o êxito destas actividades, parece explicado, não apenas pela necessidade de encontrar emoções fora de uma sociedade demasiado controlada (Miranda, 1995), o que obriga a procurar novas actividades, pondo em jogo fortes doses de risco (Funollet, 1989), mas também pela flexibilidade de se adaptarem às necessidades de cada participante.

Em relação à forma como são divulgadas, não encontramos diferenças significativas entre as associações e as empresas. O meio mais comum utilizado para a sua divulgação é através do envio de correio electrónico e do contacto directo. No caso das associações, a divulgação é orientada exclusivamente para os sócios e no caso das empresas para os clientes. Estas últimas têm criado ao longo dos anos, uma base de contactos de clientes, que utilizam posteriormente para a divulgação selectiva das actividades.

"Nós fazemos pela Internet, através de E-mail, também fazemos por carta. Para informar os nossos associados é por carta e por cartaz." (A1)

"…contacto directo com os associados de um E-mail para os associados, não podemos gastar dinheiro digamos assim com pessoas que não são associadas." (A2)

"…a fazer a promoção por intermédio de E-mail e Fax para as escolas; fizemos uma página na Internet; (E1)

O recurso ao correio electrónico é bastante utilizado por ser uma forma acessível e eficaz de promoção das actividades, permitindo enviar selectivamente a informação, direccionando-a para o "público-alvo" desejado. As empresas recorrem também à elaboração de um sítio na Internet e à criação de "*flayers*" e folhetos que são posteriormente distribuídos nas unidades hoteleiras e agências

de viagens. Parece confirmar-se assim, o que referimos anteriormente, ou seja, os turistas estrangeiros que partícipam nestas actividades tomam conhecimento da sua existência nas unidades hoteleiras, através da divulgação de *"flayers"* e folhetos.

São dados que confirmam aqueles que são apresentados pela ANETURA (2006), que nos refere que a maior parte destas empresas vende os seus produtos com o apoio da Internet, recorrendo a esta prática cerca de 91 por cento das empresas.

De facto, parece-nos ser uma forma pouco dispendiosa de promoção das actividades, no entanto, a generalização deste método contribui para uma uniformização e para uma saturação na forma como estes produtos são promovidos. Neste sentido, parece-nos necessário que as empresas desenvolvam campanhas mais agressivas com o intuito de chegar a novos clientes. Parece-nos, no entanto, que a fraca disponibilidade financeira é a principal razão que justifica a que não invistam em novas formas de divulgação.

"…nós temos também uma política que é não mandar mensagem atrás de mensagem mas sim segmentar muito bem de acordo com certa área." (E4)

"Depois temos alguma informação física de folhetos, panfletos, cartazes, que vamos distribuindo, temos um folheto base da empresa, de vez em quando fazemos uma publicações diferentes, o boca a boca é fundamental isso aí é passar a palavra em qualquer momento, é aquela bola de neve que funciona muito bem, algumas publicações em revistas" (E4)

"A nossa promoção é feita por publicidade, temos o nosso desdobrável, também o site e é mais ou menos isso. Depois temos correio para as empresas e escolas." (E3)

Relativamente aos locais onde as organizações operam, a maior parte realiza actividades em vários concelhos, todos inseridos na Região do Alto Minho. A Associação (A1) e a Empresa (E1) são as únicas que referem que realizam actividades também em Espanha, em locais próximas da fronteira. A este respeito, o estudo apresentado pela ANETURA (2006) salienta que a maior parte das empresas opta por desenvolver actividades numa única região. Cerca de 57 por

cento das empresas, apenas 38 por cento, desenvolve actividades em mais do que uma região e 3 por cento realiza actividades em locais internacionais.

Nesta sequência, consideramos que a maior parte das empresas que integram este estudo enquadra-se na percentagem das que operam apenas numa única região, sendo a única excepção as organizações (A1) e (E1), que realizam actividades em Espanha, contudo, estas optam por locais próximos da fronteira, que não deixam de se localizar muito próximos da Região do Alto Minho.

"A área de eleição obviamente é ao nível local, estamos aqui junto ao mar. Mas também realizamos em Espanha. Em relação à parte ambiental damos atenção à zona de Bertiandos, que agora é um a reserva." (A1)

"Basicamente na serra D`arga e distrito de Viana Completo, na comunidade urbana na Valimar." (A2)

"…nós actualmente já temos trilhos pedestres feitos em Viana, em Caminha, Paredes de Coura em Melgaço, feitos em Tui e aqui no rosal na guarda, agora queremos entrar nos outros concelhos todos, nós fizemos recentemente um pedidos às Câmaras todas no Alto Minho." (E1)

"A nossa zona geográfica de actuação preferencial é a região do Alto Minho Interior, com maior incidência na área do Parque Nacional da Penêda – Gerês (PNPG)." (E2)

"…desenvolvemos actividades unicamente no concelho." (E3)

"Vale do Lima e Vale do Minho e todas as áreas contíguas, ou seja concelho de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Paredes de Coura, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca. Depois no Vale do Minho Valença, Caminha, um pouco em Cerveira e esporadicamente na zona do Gerês já que temos uma Parque Nacional, concelho de Terras do Bouro e concelho de Ponte da Barca porque é tudo ligado." (E4)

A beleza natural dos espaços e as acessibilidades são as principais razões apontadas pelas organizações para a escolha da Região do Alto Minho para a realização das actividades. Na verdade, estes dados parecem confirmar as grandes potencialidades que são atribuídas a esta região para a prática de AFAN,

e que são corroborados por um estudo apresentado pela RTAM (2004) que aponta para três tendências na organização das actividades:

- Locais próximos da sede social da empresa, nomeadamente nos limites do concelho;
- Locais onde é possível instalar estruturas fixas de realização de actividades, como por exemplo paredes de escalada;
- Locais onde os recursos possibilitem a realização de actividades como por exemplo o *rafting* no Rio Minho.

Este estudo refere também que no Alto Minho organizam-se actividades por toda a região, dada a diversidade de recursos existentes, especialmente nos percursos todo-o-terreno e pedestrianismo.

Desta forma, atendendo às características da região, nomeadamente, às magníficas paisagens naturais, à rica gastronomia e ao património construído, parece-nos que estão reunidos os condimentos necessários para que se promova um produto que associe a prática das AFAN, com programas culturais e gastronómicos (RTAM, 2004b). Para além destas potencialidades, a Região de Turismo do Alto Minho apresenta uma excelente rede viária, que abrange a totalidade dos municípios que integram este estudo. De facto, todos eles encontram-se ligados por auto-estrada (A 28). Existindo ainda uma segunda auto-estrada (A 3) que liga a região à cidade do Porto. Este é, na verdade, um factor importante para as empresas, pois a facilidade em termos de deslocação permite não aumentar significativamente o custo final dos produtos que comercializam.

"Porque são zonas de montanha e ainda conseguem transmitir ao visitante uma rusticidade e uma ancestralidade da nossa cultura muito vincada." (E2)

"É um privilégio da natureza. É uma terra onde temos praia, rios, temos um rio com águas calmas, temos um rio com água um bocadinho mais brava, não dá para fazer rafting ou canionyng, mas dá para ter um ar agradável e paisagens fenomenais." (E3)

"Primeiro porque é a proximidade e com este eixo de acessibilidades que temos no vale do Lima, nós estamos com a sede em Viana do Castelo é muito fácil deslocarmo-nos em meia hora até ponte da Barca, hoje em dia, a acessibilidade é muito importante." (E4)

"…porque todo este território tem um potencial de ambiente espectacular." (E4)

Em relação à evolução da procura por este tipo de actividades, as organizações mostram-se optimistas em relação ao futuro. A maior parte destaca uma evolução positiva, salientando que o número de clientes tem aumentado. A única que contraria esta tendência é a Empresa (E2). Talvez uma das explicações para que tal aconteça seja o facto desta conseguir realizar autonomamente apenas trilhos e percursos de interpretação ambiental, tendo que recorrer à subcontratação para a comercialização de outros produtos, o que não deixa de contribuir para que a rentabilidade dos produtos comercializados seja inferior às outras empresas.

"No entanto, há cada vez mais pessoas a interessarem-se pelo mergulho, as pessoas cada vez aderem mais" (A1)

"Os clientes tem aumentado, tem aumentado as actividades" (E1)

"Estabilizou bastante. O onze de Setembro veio complicar um bocado o turismo aqui em Portugal e depois nós não temos boas infra-estruturas." (E2)

"Digamos que as perspectivas quando formámos a empresa, tínhamos perspectivas muito maiores do que aquilo que conseguimos atingir, mas a empresa tem tido uma evolução, se calhar não a evolução desejável, talvez pela crise, porque o nosso produto como é um produto de lazer se calhar é secundário." (E3)

"… as coisas estão a avançar. Permite-nos desta forma sonhar com os pés bem assentes na terra que vamos conseguir por uma empresa a funcionar." (E4)

Na verdade, a comercialização destas actividades no nosso país iniciou-se através de pequenas empresas, facto que ainda caracteriza este sector. A ANETURA (2006) refere-nos que houve um *"big bang"* de pequenas empresas disseminadas por todo o país a partir de meados da década de 1990. No entanto, salienta que actualmente se nota um encurvar da linha de crescimento, talvez

explicado pelo facto de só agora se entrar na fase de maturidade, comparativamente com o estado de euforia que ocorreu na década de 1990.

Na época, o incremento de pequenas empresas, poderá ser explicado pelo crescente interesse por estas actividades conjugado com a relativa facilidade em formar uma empresa. De facto, é um sector onde não é necessário investir grandes recursos financeiros, comparativamente com outros sectores económicos.

Para investir nesta actividade, tornava-se apenas necessário obter um alvará e um seguro de responsabilidade civil que cubra essas actividades, não sendo exigível nenhum tipo de formação específica. Neste contexto, qualquer indivíduo pode facilmente actuar como técnico independentemente da sua formação inicial.

Por outro lado, algumas actividades que são comercializadas requerem poucos recursos materiais como é o caso das caminhadas, das manobras com cordas, tiro com arco e *painball.*

Também em termos de infra-estruturas, e tendo em conta que o contacto com os clientes é feito predominantemente através do telemóvel ou do correio electrónico não requer grandes investimentos.

Para esta situação contribuiu também o facto de serem actividades sazonais que se realizam sobretudo ao fim-de-semana, pelo que se torna possível acumular esta actividade com outra ocupação profissional.

Assim, todos estes factores parecem contribuir para explicar a razão pela qual a resposta à crescente procura por estas actividades ocorresse através de pequenas empresas por vezes pouco estruturadas.

10.1.4 Análise da categoria – Legislação

A maior parte das organizações que estudámos considera que a legislação actual é um problema para a evolução do sector. A concorrência desleal é apontada pelas empresas como o principal factor que limita o seu crescimento, acusando outras organizações de não possuírem qualquer tipo de licença e de desenvolverem as mesmas actividades a preços muito mais reduzidos.

Na verdade, em Portugal foram contabilizadas, em 2004, mais de 600 organizações que não estavam devidamente legalizadas (ANETURA, 2006). As empresas destacam também a necessidade de poderem comercializar produtos compósitos, no qual se possam incluir a alimentação e o alojamento. Criticam, ainda, a legislação actual pelo facto de não existir qualquer referência à formação dos recursos humanos. Segundo os responsáveis por estas organizações, qualquer entidade pode realizar estas actividades, desde que tenha um alvará, sendo necessário apenas pagar 2 493,99€.

Por sua vez, o responsável pela associação (A2) destaca a inexistência de legislação aplicável à gestão dos espaços naturais, referindo que nos trilhos não existe um quadro normativo que regulamente a gestão desses espaços, o que dá origem ao aparecimento de conflitos entre as várias organizações e a comunidade local.

"Os percursos pedestres que é a disciplina mais simples não está regulamentada." (A2)

"A falta de legislação é prejudicial não só para quem promove, mas para quem é dono do terreno, e quem se aproveita da infra-estrutura para fazer outros percursos." (A2)

"A única dificuldade que a gente sempre tem é a concorrência desleal que existe, quer nossa, quer de outras empresas." (E1)

"…há muitas empresas no mercado que não são legais e que fazem muito concorrência às empresas legais." (E3)

"…a questão da formação, acho que há mínimos que seriam exigíveis em termos técnicos para algumas actividades funcionarem, não é o caso, qualquer pessoa monta uma empresa, amanhã pega num Jeep, paga 2 500 euros e está a andar." (E4)

De facto, estas reivindicações vêm ao encontro daquelas que foram referidas no último Congresso Nacional de Empresas de Animação Turística (RTAM, 2004c), que nas suas conclusões fizeram referência à necessidade de se desenvolver esforços no sentido de se alterar o enquadramento legal do sector,

com o intuito de se permitir que as empresas possam comercializar serviços de alojamento sempre que complementem as actividades devolvidas pelas mesmas.

Também um estudo sobre as Empresas de Animação Turística na Região de Turismo do Alto Minho, apresentado pela RTAM (2004c), identificou como ameaças, entre outros factores, os constrangimentos legais na comercialização de pacotes turísticos, a ineficaz legislação em termos de formação de recursos humanos e a falta de fiscalização relativamente à concorrência ilegal. Por sua vez, Costa (2006) aponta para as mesmas conclusões, ou seja, a legislação que regula o sector é inadequada e não serve os interesses das empresas, salientando a necessidade de um quadro legal que defina parâmetros em relação à formação e que promova uma maior fiscalização das empresas que operam ilegalmente.

Neste sentido, uma análise ao Decreto-Lei nº 204/2000 de 01 de Setembro, que regulamenta o acesso e o exercício da actividade das Empresas de Animação Turística, permite-nos constatar que, para além das actividades de animação desportiva, de lazer e culturais, a estas empresas não lhes é permitido a comercialização de produtos relacionados com empreendimentos turísticos, estabelecimentos de restauração e bebidas, casas e empreendimentos de turismo no espaço rural, casas de natureza e agências de viagens.

Verificamos, também, através da legislação em vigor, que qualquer entidade para se constituir como Empresa de Animação Turística tem que possuir apenas uma licença passada pela DGT, não existindo na legislação actual nenhuma referência à formação dos recursos humanos, nem à obrigatoriedade das empresas utilizarem exclusivamente materiais certificados. Assim, perante os dados obtidos, podemos concluir que o conjunto de produtos que se enquadram no âmbito das empresas de animação turística é muito vasto, englobando actividades que vão desde a gestão de marinas de recreio até à exploração de autódromos e kartódromos. Esta diversidade dificulta a definição de um quadro legislativo que regulamente a formação dos recursos humanos, pelo que consideramos que as reivindicações apresentadas pela ANETURA (2006) fazem sentido. Esta associação considera necessário criar uma nova designação para estas empresas que as distinga das outras contempladas no âmbito da animação

turística. Assim, propõe que se passem a denominar empresas de Turismo Activo desde que desenvolvam actividades de lazer com componente física e a participação activa dos seus clientes, quando enquadradas por técnicos profissionais da empresa (monitores), independentemente de serem realizadas dentro ou fora de uma Área Protegida. Para a ANETURA (2006), torna-se imprescindível que as empresas de Turismo Activo passem a poder realizar pacotes de actividades onde se inclua serviço de alojamento para os seus clientes, sempre que associado a um programa de actividades.

Assim, parece existir unanimidade na reivindicação de um novo quadro legislativo, que contemple questões como a formação e a comercialização de alojamento e restauração sempre que complementem as actividades promovidas pelas empresas. Reclamam também por uma maior fiscalização e uma melhor gestão dos espaços naturais. Em relação a esta última questão, o responsável pela associação (A2) refere-nos que o montanhismo é a actividade que pode criar muitos problemas entre a população local e os promotores das actividades, pela falta de uma entidade que faça a gestão do espaço e que garanta a boa utilização do mesmo.

De facto, no que se refere às áreas protegidas existe já legislação com o intuito de regulamentar a prática destas actividades. As Empresas de Animação Turística que desenvolvam actividades em espaços protegidos carecem de licenciamento por parte do ICN, após o parecer prévio da DGT, ou do IDP, obedecendo ao Decreto-regulamentar 19/1999, de 27 de Agosto que veio definir os serviços e instalações de desporto natureza desenvolvidos em áreas protegidas.

Também o artigo 6º do Decreto-Regulamentar 18/99 veio determinar que cada área protegida possua uma carta de desporto natureza e respectivo regulamento, onde se definam as regras e orientações relativas às modalidades que podem ser praticadas dentro das áreas protegidas, incluindo os locais e as épocas do ano em que as mesmas podem ser realizadas, bem como a respectiva capacidade de carga. Parece-nos, assim, que o maior problema se coloca nos espaços localizados fora das áreas protegidas. Talvez por não serem

considerados tão sensíveis, é neles, que a falta de regulamentação dá origem por vezes a situações em que, actividades que deveriam contribuir para o desenvolvimento destes locais, se constituam como um factor de conflito entre os promotores e a população local.

Neste contexto, parece-nos que o presente quadro legislativo restringe a evolução do sector, pois ao não permitir que as empresas comercializem produtos relacionados com o alojamento e a restauração, limita a promoção de um produto compósito, impedimento que não é extensível às empresas de alojamento e de restauração, desde que tenham contempladas no seu objecto social a realização destas actividades. Por outro lado, ao englobar no âmbito da animação turística actividades tão diversificadas dificulta a criação de um quadro legal que estabeleça parâmetros de formação, daí considerarmos pertinente a proposta apresentada pela ANETURA (2006). A de criar uma nova designação para estas empresas e um quadro legislativo que contemple as necessidades específicas deste sector.

10.1.5 Análise da Categoria – Sustentabilidade

Para definirmos desenvolvimento sustentável socorremo-nos de Ferrão (2004), que caracteriza o seu significado segundo quatro dimensões: a dimensão institucional, económica, social e ecológica. De acordo com esta definição e segundo os dados obtidos, podemos constatar que os responsáveis pelas associações relacionam desenvolvimento sustentável com a necessidade de preservar os espaços naturais e de envolver a comunidade local nas actividades que promovem, destacando o papel activo das associações na formação de uma consciência colectiva de preservação ambiental e de valorização dos costumes e tradições da comunidade local. A este respeito, o responsável pela associação (A1), apesar de não conseguir definir desenvolvimento sustentável, caracteriza o contributo da sua associação para este desígnio através de acções desenvolvidas ao nível da recolha de pilhas e da limpeza das praias.

"Boa pergunta, nem sei ao certo, sinceramente nem sei." (A1)

"…já fizemos várias limpezas de praia com os miúdos, não procuramos dizer apenas apanhamos tanto lixo, mas também dizer vejam lá como ficou a praia." (A1)

"Iniciamos a recolha das pilhas, toneladas de pilhas e as pessoas já sabiam, tenho aqui pilhas vamos levar para a Associação." (A1)

Já o responsável pela associação (A2) destaca a realização de actividades que não coloquem em causa os espaços naturais e o futuro das próximas gerações, não descurando simultaneamente o envolvimento da comunidade local.

"Para mim o desenvolvimento sustentável é o incremento de políticas e a materialização dessas políticas em projectos que levam à sustentabilidade do espaço natural, à herança pós-geracional, mas também, a um melhor bem-estar da população residente." (A2)

O responsável pela associação (A2) destaca ainda que a sua associação faz a gestão de um refúgio de montanha, onde parte das receitas é aplicada em projectos locais.

"Conseguimos materializar uma série de estruturas que se calhar as outras associações não o fariam. Eu falo do primeiro refúgio de montanha do país, em que esse refúgio apesar de ser da gestão de um clube, pertence à comissão de baldios, nem sequer à junta de freguesia, e o protocolo que nós fizemos com essa junta de baldios, foi que parte das receitas, 10%, 20%, revertem a favor de projectos comunitários." (A2)

"…nós sempre que tentamos trabalhar dentro de uma comunidade rural de montanha, queremos que ela seja integrada no projecto." (A2)

Em relação às empresas, os seus responsáveis caracterizam desenvolvimento sustentável como a necessidade de utilizar os recursos naturais sem pôr em causa a sua sustentabilidade. Por outro lado, salientam que os recursos financeiros que o Estado arrecada através dos impostos pagos por estas empresas deveriam ser utilizados para a manutenção e preservação dos espaços naturais.

"…no fundo nós estamos a trabalhar e estamos a pagar impostos…doutra maneira uma parte dos impostos revertem sempre a favor da autarquia não é, ou seja, se nós realizamos actividades, parte desse dinheiro que reverte para a autarquia pode ser utilizado para manter, por exemplo trilhos limpos, manter leitos de rio devidamente limpos e navegáveis e outras situações." (E1)

"…temos o exemplo de África onde estão a fazer grandes parques para safaris, eles estão a criar aquilo do nada, o próprio rendimento que o parque vai lucrar com a visita dos turistas, vai dar para o parque fazer a manutenção." (E2)

"…nós temos que levar os clientes a fazer uma actividade, seja ela canionyng, que é uma actividade que tem muito pisoteio, nós temos que criar condições para que os recursos se mantenham vivos, sustentados, regenerados, ou seja, não criar pontos de rotura com o equilíbrio." *(E4)*

Em relação à forma como as suas empresas contribuem para o desenvolvimento sustentável, salientam que ao realizarem actividades estão a contribuir para o desenvolvimento económico de uma dada região, já que para além de utilizarem recursos humanos locais, recorrem a produtos como a hotelaria e a restauração, favorecendo o emprego e o aparecimento de novas infra-estruturas.

"…eu faço um pacote de uma actividade e eu vou incluir alojamento, eu vou incluir alimentação e vou incluir produtos de locais daqui, eu estou a utilizar os serviços daquele concelho ou daquela freguesia onde estou a utilizar a actividade, no fundo estamos a trazer pessoas de fora, as pessoas estão a utilizar, estamos a deixar o seu dinheiro." (E1)

"…nós temos, por exemplo, actividades em áreas protegidas e podemos fazê-las ao lado de paisagens protegidas, com a utilização de tecido humano da própria região, não utilizando mão-de-obra do exterior." (E4)

Perante o referido, podemos constatar que tanto para as associações como para as empresas, o termo desenvolvimento sustentável encontra-se associado a um desígnio comum, ou seja, à necessidade de preservar e de manter a sustentabilidade dos espaços naturais, ligando-o assim à dimensão ecológica. Contudo, não podemos deixar de destacar algumas diferenças em relação ao que

consideram ser o contributo das duas organizações para o desenvolvimento sustentável.

Os responsáveis pelas associações acentuam mais o seu discurso no seu trabalho pedagógico ao nível da formação e do desenvolvimento de uma consciência ambiental, que contribua para a valorização, quer dos espaços naturais, quer dos costumes e tradições locais. Por sua vez, os responsáveis pelas empresas salientam sobretudo o desenvolvimento económico, referindo que contribuem para a criação de emprego. Para as empresas, uma forma de desenvolvimento sustentável são, as verbas arrecadadas com os impostos sobre as actividades que promovem serem utilizadas para a manutenção e limpeza dos espaços naturais. É uma perspectiva que evidencia um interesse por parte destas organizações para que os espaços se mantenham limpos e preservados. Não sabemos se este interesse é motivado por questões ecológicas, ou por questões económicas. Sabemos sim, que só espaços limpos e preservados poderão ser atractivos para os clientes destas empresas.

Desta forma, as associações tendem a privilegiar mais a dimensão ambiental, já as empresas incidem mais a sua acção sobre a dimensão económica, no entanto ambas as organizações comungam da ideia da necessidade de preservar e manter limpos os espaços naturais.

Perante o referido, parece-nos inegável que estas organizações quando enquadradas num plano de desenvolvimento sustentável podem desempenhar um papel positivo no desenvolvimento local. A sua acção pode ser maior ou menor, consoante a forma como utilizam o espaço natural e como se relacionam com a comunidade local. Tal como nos refere Marinho (2004:56), “as actividades na natureza requerem um repensar sobre o meio ambiente a partir de três principais aspectos inter-dependentes: a prática; a conservação ambiental e o processo educativo”.

A “Agenda 21 Local” como plano que visa alcançar o desenvolvimento sustentável ao longo deste século e que compromete os diversos agentes a desenvolverem acções ao nível local, parece traduzir-se como a melhor forma de iniciar este processo. No entanto, os dados que obtivemos apontam para que, à

excepção da Empresa (E2), nenhuma outra tenha estado envolvida em acções desenvolvidas no âmbito da "Agenda 21 Local", inclusive, a maior parte desconhece ou possui uma vaga ideia sobre o assunto.

O responsável pela Empresa (E2), apesar de ser o único a salientar que já esteve em acções no âmbito da "Agenda 21 local", promovidas pela autarquia, não deixou de referir que apesar da definição de algumas estratégias acabou por ficar tudo na mesma, pois nada foi feito.

"Já ouvi falar, mas não tenho um conhecimento muito profundo sobre o tema." (A2)

"Sim já ouvi falar, já estive na Agenda 21."(E3)

"…depois daí nada foi feito, continua tudo igual." (E3)

"Já ouvi falar da Agenda 21, não estou muito à vontade no tema." (E4)

Neste sentido, constatamos que estas organizações desenvolvem actividades que, atendendo às suas várias dimensões, podem ser integradas numa estratégia de desenvolvimento local, no entanto, parecem ainda arredadas desse processo.

É com esse intuito que tentaremos perceber através das categorias que se seguem, de que forma os autarcas perspectivam as potencialidades dos seus municípios em termos de desenvolvimento sustentável e como integram o produto "Turismo Activo" nessa estratégia.

10.2 Autarquias

10.2.1 Análise da Categoria – Potencialidades do Município

No que se refere à concepção dos responsáveis políticos com pelouro do desporto sobre as potencialidades dos municípios, todos eles destacaram o "riquíssimo" património ambiental, referindo as paisagens, os rios, o mar e as montanhas como importantes factores de atracção e de desenvolvimento para os

concelhos que presidem. Para além disso, realçam o vastíssimo património cultural e arquitectónico que os seus concelhos apresentam.

"Temos um leque bastante variado de paisagens para oferecer, temos mar, rio, montanha, para além disso, temos um património bastante rico e com valor histórico." (AT1)

"Temos como pólo de atracção o património cultural, arquitectónico e ambiental. " (AT2)

"Oferece natureza, a beleza da natureza, o rio e outros. O rio a montanha, a Serra Amarela, essencialmente isso." (AT3)

"…tem de facto um riquíssimo e bem tratado património construído e um excelente potencial ambiental e paisagístico." (AT4)

Parece existir uma unanimidade em torno da importância do património ambiental, como factor preponderante para o desenvolvimento local. De facto, estando estes municípios inseridos na área geográfica da Valimar Com Urb e na Região de Turismo do Alto Minho, torna-se compreensível a obtenção destes resultados. Para esta região, é inegável a importância do património ambiental, particularmente se se considerar que as sedes de concelho se localizam, ou junto de estuários: Esposende e o Estuário do Rio Cávado, Viana do Castelo e o Estuário do Rio Lima e Caminha e o Estuário do Rio Minho; ou nas margens do Rio Lima e próximos do Parque Nacional da Penêda Gerês, como é o caso dos municípios de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. Por outro lado, estes dados vão ao encontro do estudo apresentado pela RTAM (2003), onde se refere que a estratégia de comunicação do Alto Minho deverá obrigatoriamente contemplar, na promoção e nas motivações para visitar esta região a beleza paisagística, gastronomia e vinhos, hospitalidade, história e monumentos, preço, ausência de multidões, cultura popular e festas.

Desta forma, existe uma concepção referida pelos responsáveis políticos sobre as potencialidades dos seus municípios que se insere na perspectiva e na estratégia de promoção da região apresentada pela RTAM (2003). Neste sentido,

analisaremos nos itens seguintes, de que forma essa concepção se traduz em acções desenvolvidas no âmbito do "Turismo Activo"

10.2.2 Análise da Categoria – Desporto

A maior parte dos municípios que integram este estudo apresenta na estrutura orgânica do Pelouro do Desporto responsáveis políticos e técnicos, como acontece com as autarquias (AT1), (AT3) e (AT4). Por sua vez, a autarquia (AT2) é a única que, para além de um vereador como responsável político, não possui qualquer técnico no referido Pelouro.

"O nosso pelouro do desporto é encabeçado por um vereador que sou eu, entretanto, nós temos também um técnico superior na área do desporto, e o apoio de um administrativo e um animador sócio-cultural." (AT1)

"O Pelouro do Desporto é da responsabilidade do Presidente da Câmara, que tem no seu adjunto competências entregues, existindo ainda um técnico de desporto." (AT3)

"O pelouro do desporto tem, de facto, uma responsabilidade política, o pelouro não é sozinho é o pelouro da Educação, Cultura e Desporto." (AT4)

Em relação à estratégia apresentada para o desenvolvimento desportivo, esta baseia-se fundamentalmente na valorização do associativismo desportivo. Ou seja, os municípios consideram como ponto estratégico para o desenvolvimento desportivo o apoio financeiro e logístico às associações desportivas locais. Salientam a necessidade de descentralizar a promoção da prática desportiva, atribuindo ao associativismo desportivo essa responsabilidade, obviamente, com o apoio dos municípios.

Por outro lado, consideram necessária a existência de uma política que promova a generalização da prática desportiva, através da realização de acções que fomentem o desporto para todos, e que proporcionem uma dinamização das infra-estruturas existentes.

"Pretendemos essencialmente fomentar a prática do desporto em todas as idades." (AT1)

"Há pouco tempo iniciámos uma actividade denominada Domingos Activos, que pretende realmente proporcionar a toda a comunidade diferentes actividades desportivas." (AT1)

"…a política municipal é no sentido de desmunicipalizar para criar, o objectivo é claro, até do ponto de vista social, criar uma sociedade civil dinâmica e activa e não ter constantemente a intervenção do município." (AT2)

"Devemos promover e apoiar e colaborar com as associações que levam a bom porto as actividades desportivas." (AT2)

"…na área do Desporto, temos que considerar antes de mais as associações e favorecer as actividades das associações, desde que devidamente justificadas." (AT3)

De acordo com esta estratégia, as autarquias apoiam frequentemente alguns eventos desportivos organizados pelas associações, como acontece com as autarquias (AT2), (AT3) e (AT4), que destacam o apoio à realização dos torneios de canoagem, passeios de btt e campeonatos de *surf*.

"…são dois eventos que apoiamos, é o torneio aberto da canoagem e é a descida do sarrabulho." (AT2)

"…apoiamos a organização de passeios de btt." (AT3)

"…apoiamos a organização do campeonato nacional de surf." (AT4)

No que concerne às infra-estruturas desportivas, o Município (AT1) refere que em termos de projectos futuros estão a considerar proceder à construção de uma piscina, requalificar vários campos de futebol, sinalizar vários trilhos e construir uma Eco-via. Já o Município (AT2) destaca a construção de uma zona desportiva com dois campos de futebol, referindo ainda a existência de uma Eco-via considerando-a fundamental em termos de aproximação da cidade ao rio. Por sua vez, o Município (AT3) salienta a construção de uma zona desportiva, com um relvado sintético. Para o Município (AT4), o futuro passa pela construção de uma

marina de recreio para apoio a actividades náuticas, pelo apoio à construção de novas instalações para os postos náuticos e pela construção de um multiusos e uma ciclo-via.

"Em termo futuros temos previsto a criação da Piscina Municipal, requalificar alguns campos de futebol existe também o projecto de criação de uma eco-via." (AT1)

"…temos quatro trilhos sinalizados com mapas e com um centro de interpretação na serra De Arga que está num espaço de sensibilização e divulgação das actividades que podem ser praticadas em plena serra De Arga." (AT1)

"Vamos avançar com a construção duma zona desportiva nova, estamos neste preciso momento num processo de elaboração do projecto, está a ser feito e desenvolvido o estudo prévio, é uma nova infra-estrutura desportiva com dois campos de futebol." (AT2)

"…temos também a eco-via da área da paisagem protegida que queremos que seja um motor ecológico a par da serra D`Arga, portanto acho que deve ser uma grande aposta em termos ambientais não só no concelho mas da própria Valimar." (AT2)

"Um relvado e um sintético, essa será a grande infra-estrutura que estamos a prever para os próximos anos a nível desportivo." (AT3)

"Vamos investir também naquilo que chamamos o Polis do Mar que é de facto melhorar as condições para as práticas náuticas com os equipamentos náuticos, com a marina atlântica, incentivando cada vez mais as associações que existem na área do Surf, do Wind-surf, do Kite-surf, da vela incentivá-las cada vez mais a promoverem grandes eventos internacionais como já temos o Nacional e o Europeu de Jets-sky, o Europeu e até o Mundial de Surf e de Wind-surf, portanto promover esses desportos, com as escolinhas de surf." (AT4)

"Avançar a construção de um multiusos." (AT4)

Desta forma, em relação ao desporto, os dados obtidos permitem-nos inferir que em termos estratégicos, a acção dos municípios passa fundamentalmente pela criação de condições para que o associativismo desportivo assuma a responsabilidade de promover e desenvolver a prática desportiva. Na verdade, é

uma concepção que, segundo Constantino (1994), resulta do facto do desporto ter evoluído como actividade exterior ao Estado, como um produto da sociedade civil.

Assim, a estrutura predominante que prevalece nos municípios que estudámos é baseada num desporto que ao ter a sua génese durante a modernidade, se caracteriza pela sua profunda regulamentação e hierarquização, obedecendo a uma ideologia que se baseia na competição e no rendimento.

Foi direccionado para essa prática que os municípios ao longo das últimas décadas construíram uma tipologia de infra-estruturas assente em espaços fechados, dos quais se destacam a construção de campos de futebol, polidesportivos, gimnodesportivos, piscinas, etc. As autarquias que estudámos parecem ainda não ter abandonado esta tendência, ao referirem que em termos futuros pretendem construir uma piscina (AT1), dois campos de futebol (AT2) e um relvado sintético (AT3). Na verdade, estas infra-estruturas surgem-nos em sentido oposto ao que consideramos ser as novas tendências do desporto. De acordo com Bento (1997), assiste-se actualmente a uma tendência inversa à que se verificou no passado onde se procurou trazer o desporto para locais fechados. Hoje, procura-se levar o desporto para os espaços abertos, para o ar livre, para a natureza. No entanto, não podemos deixar de constatar também, que, apesar da construção destas infra-estruturas, as mesmas autarquias começam a percepcionar uma nova prática desportiva, iniciando uma fase de construção de novos espaços mais orientados para as práticas actuais do desporto. Referimo-nos concretamente à construção de eco-vias e ciclo-vias, que são referidas por todos os municípios entrevistados e aos trilhos e percursos de interpretação ambiental, referidos pelo município (E1). Parece-nos que estes são exemplos de que as autarquias começam a conceber aquilo a que Pires (1997) chama de uma nova dimensão evolutiva, representando uma nova fase no desenvolvimento do desporto.

Na verdade, a esta tendência não é indiferente o facto de nas últimas décadas o conceito de desporto ter mudado, passando de um desporto singular para um desporto plural, no qual participam outros públicos, levando a que se

estabeleçam fortes ligações com outros sectores, nomeadamente com a saúde, o ambiente, o urbanismo e o turismo (Pinto, 2006).

Assim, no que concerne ao desporto e às várias articulações possíveis com outros sectores, tal como está contemplado na actual lei de bases do sistema desportivo (LBSD), que refere a articulação do desporto com a cultura, o turismo, o meio rural, a saúde, o emprego, o ambiente, a juventude e o ordenamento do território, parece-nos que os municípios ainda se encontram numa fase que se situa entre a passagem de uma sociedade moderna para uma pós-moderna. Na verdade, as autarquias apesar de ainda privilegiarem o desporto tradicional começam já a dar mostras de que procuram dar uma resposta às novas necessidades de prática desportiva.

Em termos da articulação do desporto com outros sectores, ainda caracterizam os seus benefícios maioritariamente em dois planos: no da educação das crianças e jovens e no plano da saúde, esquecendo possíveis articulações com a educação ambiental e com o turismo. Contudo, surgem já alguns indicadores de que no futuro poderão ser uma realidade. De facto, os município (AT1) e (AT4) parecem já conceberem essa perspectiva.

A autarquia (AT1) destacou-nos a importância da realização de actividades em parceria com outras organizações, nomeadamente com instituições que estão voltadas para a natureza. A autarquia possui uma parceria com uma associação, para a manutenção de trilhos pedestres, a partir da qual lhe atribuiu um subsídio e esta, por sua vez, encarrega-se da manutenção e da sinalização desses percursos pedestres. Pontualmente, esta autarquia recorre também a uma empresa de Turismo Activo para a dinamização de actividades de animação.

A autarquia (AT4) apresentou-nos uma concepção de desenvolvimento que passa pela criação de infra-estruturas que potenciem uma relação entre o desporto e o turismo, através da criação de condições que permitam às associações promover uma prática de qualidade relacionada com o mar e o rio e que possam ser aproveitadas pelo turismo, incentivando-as simultaneamente a promover grandes eventos como o Campeonato Nacional e Campeonato Europeu de *Jets-sky*, de *Surf* e de *Wind-surf*. É uma perspectiva que vai ao encontro das

conclusões do estudo sobre Turismo Activo realizado na região de Turismo do Alto Minho e referido pela RTAM (2004c). Neste estudo é realçada a necessidade de se diligenciar esforços com vista a trazer para o Alto Minho eventos desportivos, como campeonatos mundiais de *Surf*, Orientação, *Challenger Trophy*, etc.

Por conseguinte, esta ligação entre o desporto e o turismo, apesar de estar ainda a dar os primeiros passos, parece evidenciar algumas situações que nos levam a crer que no futuro será encarada pelas autarquias de forma mais consistente.

10.2.3 Análise da Categoria – Sustentabilidade

Em relação ao desenvolvimento sustentado, dos quatro municípios entrevistados, dois afirmaram que desenvolvem acções no âmbito da "Agenda 21 Local", contudo não nos especificaram que tipos de acções desenvolvem. Os outros dois municípios referem-nos que não desenvolvem nenhuma acção nesse âmbito, parecendo não terem um conhecimento muito profundo sobre o significado do termo "Agenda 21 Local". O responsável pela autarquia (AT1) refere-nos que desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento integrado e harmonioso de vários factores como a componente económica, social e ambiental, salientando que, por exemplo, as empresas de Animação Turística podem contribuir para o desenvolvimento destes três factores. Este autarca afirma que o seu município está a desenvolver alguns projectos no âmbito da "Agenda 21 Local", os quais ainda estão em fase de estudo.

"…trata-se de um desenvolvimento equilibrado, no fundo, que consegue promover diferentes vertentes de uma forma harmoniosa e isso implica que essa questão do desporto, essa questão de economia do nosso concelho, imensas coisas estejam interligadas e se desenvolvam conjuntamente". (AT1)

"Desenvolvimento sustentado normalmente inclui vários factores: a questão económica, a questão ambiental e a questão social e todas estas vertentes podem ser promovidas ou tidas em conta na actividade que as empresas de Animação Turística desenvolvem" (AT1)

"Sim conheço a «Agenda 21 Local» estamos a desenvolver alguns projectos nessa área, mas ainda estão em fase de estudo." (AT1)

Para o autarca do município (AT2), desenvolvimento sustentável passa pela intermunicipalidade e por se promoverem projectos realizados em parceria com outros municípios. Por exemplo, ao nível da Valimar, que valorizem e desenvolvam as potencialidades da região. Este município não desenvolve nenhum projecto no âmbito da "Agenda 21 Local", parecendo o seu autarca revelar um conhecimento pouco profundo sobre o tema, identificando-o com o protocolo de Quioto.

"Eu diria que o desenvolvimento sustentado tem que quebrar algumas barreiras e reforçar a intermunicipalidade." (AT2)

"Infelizmente as comunidades urbanas não conseguiram ainda quebrar as barreiras. A intermunicipalidade ainda é muito ténue." (AT2)

"Se citar o exemplo da VALIMAR posso dizer que Caminha, Esposende e Viana do Castelo era de ter também um corredor ecológico ligado ao mar e Ponte de Lima e Ponte da Barca um corredor ligado ao rio." (AT2)

"A Agenda 21 Local tem a ver com Quioto. Portugal não cumpre minimamente os preceitos da «Agenda 21»." (AT2)

Em relação ao município (AT3), o conceito de desenvolvimento sustentável passa por saber-se "para onde se vai", ou seja, ter uma estratégia de desenvolvimento. Para o efeito, considera fundamental que se ofereça qualidade em termos de turismo, sendo importante criar infra-estruturas e divulgar o concelho para captar turistas. No que se refere à "Agenda 21 Local", diz não conhecer o seu significado. A autarquia não se encontra a desenvolver nenhum projecto nessa área.

"Sustentar é sabermos para onde vamos, como vamos, para onde vamos e era como lhe disse há pouco, neste momento precisamos de oferecer, divulgar e daí para a frente, como estamos a fazê-lo já, criar condições para que isto seja agarrado" (AT3)

"Não conheço a agenda 21" (AT3)

Por último, em relação à autarquia (AT4), o responsável político considera que o ambiente, a cultura e o lazer são aspectos cruciais que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável atendendo às características do município. Pensa que o papel do município, em termos de desenvolvimento sustentável, é construir as infra-estruturas e geri-las com qualidade e sustentabilidade.

Em termos da "Agenda 21 Local", este município, atendendo que se encontra inserido no conjunto das Cidades do Eixo Atlântico, tem vindo a desenvolver com essas cidades acções com vista à aprovação do documento das cidades sustentáveis.

"Sobretudo esta parte do ambiente da cultura e do lazer."

"Que a cultura e o desporto se auto-sustentem, porque os municípios terão cada vez mais dificuldades, quantos mais equipamentos nós temos, mais pessoal precisamos, mais investimento". (AT4)

"O ambiente tem custos, e nós temos que compreender que temos que continuar a investir no ambiente, para continuarmos a ter fábricas temos que investir nos resíduos sólidos, no tratamento das aguas residuais e portanto o poder económico tem também que absorver os custos do ambiente, portanto não é só estragar o ambiente." (AT4)

"Sim conheço a "Agenda 21 Local, nós estamos com as cidades do eixo atlântico nesse projecto, ou seja, nós Portugal e a Galiza, temos vindo a desenvolver no sentido de aprovarmos a tal carta da sustentabilidade das cidades e de percebermos que o papel das cidades é fundamental." (AT4)

Assim, perante o referido, e, apesar da ENDS ser um processo que teve o seu inicio em 2002 tendo sido perspectivada para ser implementada e

desenvolvida num horizonte temporal de 12 anos, com o intuito de promover um desenvolvimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social e um elevado e crescente nível de protecção ambiental, consideramos que não existe da parte dos municípios uma estratégia que esteja a ser implementada actualmente ao nível do desenvolvimento sustentável.

Uma parte significativa dos municípios apresenta, mesmo, um completo desconhecimento sobre o tema. Por outro lado, aqueles que referem que estão a desenvolver projectos nessa área, parecem estar ainda numa fase pouco adiantada, atendendo a que não nos apresentaram nenhum projecto em concreto. Na verdade, indo ao encontro dos pontos fracos identificados pela ENDS, parece confirmar-se a existência de uma insuficiente cultura de planeamento estratégico transversal aos sectores e às regiões. Schmidt, (2005), em relação a este assunto é peremptória em referir que, a "Agenda 21" é ainda desconhecida para a maioria dos autarcas do nosso país, não fazendo ainda parte das suas estratégias de desenvolvimento local.

No entanto, as autarquias não podem deixar de aproveitar da melhor forma os apoios comunitários contemplados no próximo Quadro Comunitário de Apoio 2007-2013, desenvolvendo estratégias que se perspectivem nas tendências evolutivas da sociedade e nas potencialidades da região.

Como nos refere Figueiredo et. al. (2004), de entre vários factores, os municípios não se podem inibir de comprometer toda a comunidade no facto de que a preservação ambiental se fará, para além dos recursos naturais, também numa política de gestão do território, urbano e natural, que será a outra face visível de um engajamento de políticas em prol do ambiente. A "Agenda 21" é, sem dúvida, um caminho para esse processo e uma oportunidade que os municípios não podem desperdiçar.

Através da revisão bibliográfica, foi-nos possível constatar, que apesar das acções das autarquias no âmbito do desenvolvimento sustentado ainda serem bastante incipientes, ao nível supra municipal, ou seja, da associação de municípios Valimar Com Urb, encontramos já alguns projectos que são desenvolvidos com o recurso a apoios comunitários e que apontam para

intervenções muito concretas ao nível da valorização e da protecção ambiental e, da promoção do turismo, referimo-nos concretamente e, no que se refere ao ambiente, aos projectos: Proforest, Guarda-Rios, Valimar Natura e em relação ao Turismo, aos projectos: Campo e Mar "Lifestyle", Sustainable Promotion of Atlantic Áreas", "Nautism Espace Atlantique", "Marketing Territorial" e "Estaciones"[10]. Na verdade, estes projectos, muitos já em fase de implementação, são resultado do reconhecimento da importância da preservação e valorização dos espaços naturais, como factor fulcral para o turismo e para o desenvolvimento da região. Porém, não houve qualquer referência a eles por parte dos responsáveis políticos entrevistados, o que nos leva a considerar a possibilidade de poder haver pouca articulação entre os projectos desenvolvidos ao nível supra-municipal e aqueles que são promovidos pelos próprios municípios. Este facto parece não estar em concordância com a cooperação necessária e fundamental para uma implementação participativa de um plano de desenvolvimento sustentável. Na verdade, apesar dos projectos supra-municipais se constituírem como uma vantagem acrescida no que se refere à candidatura a apoios comunitários, depois, parece-nos imprescindível que os mesmos sejam articulados com os municípios e que haja uma partilha e uma comunhão dos valores e dos objectivos contidos nos mesmos.

Relação entre Categorias

Com o intuito de promovermos uma visão mais integrada dos resultados obtidos, e após uma análise individual de cada categoria, parece-nos pertinente que se faça uma apresentação que estabeleça uma relação entre as diferentes categorias.

Assim, se relacionarmos a categoria Entidade com a categoria Parcerias, podemos constatar que o papel social e pedagógico das associações – a sua principal missão – parece-nos explicar a razão para o estabelecimento privilegiado de parcerias com escolas e instituições de solidariedade social, assim como para

[10] Consultar página nº 94

o facto de usufruírem de uma relação tão próxima com as autarquias. Por sua vez, as empresas, que se regem sobretudo pela obtenção do lucro, estabelecem parcerias com outras empresas, nomeadamente com a hotelaria e a restauração, já que a sua vertente mais comercial inviabiliza uma parceria com os municípios, pelo facto destes não reconhecerem às empresas a mesma importância social que atribuem às associações.

Se relacionarmos a categoria Entidade com a categoria Actividades, podemos constatar que as actividades mais praticadas são as de menor exigência, como as caminhadas, canoagem, escalada, campos de férias, *paintball*, actividades com cordas e orientação, enquanto as menos promovidas são o baptismo de helicóptero, os trilhos equestres e o *wind-surf*, de materialização mais complexa, fruto da pequena dimensão das empresas e dos seus poucos recursos humanos e materiais. Neste caso, assiste-se a uma relação inversa entre o nível de exigência e o número de empresas que promovem as actividades. As mais desenvolvidas são aquelas que exigem menos recursos e, também, menos conhecimentos técnicos.

Se relacionarmos a categoria Entidade com a categoria Legislação, podemos constatar que as empresas, quando têm necessidade de recrutar recursos humanos, não privilegiam os conhecimentos técnicos. É uma situação que se explica pela não existência de um quadro legislativo que determine e que reconheça a formação necessária para os técnicos que actuam neste sector. Pelo facto, os responsáveis pelas empresas salientam as dificuldades em encontrar, no nosso país, formação nesta área, tendo por vezes que recorrer a Espanha para participar em acções de formação.

No que se refere às autarquias, se relacionarmos a categoria Potencialidades com a categoria Desporto, verificamos que, apesar da totalidade dos responsáveis políticos destacarem a beleza natural, a diversidade ambiental, o mar e o rio como principais potencialidade da região, o “Turismo Activo”, enquanto integrador de uma vertente desportiva, ainda não é contemplado como

um produto turístico. A maior parte dos municípios contínua a perspectivar o desenvolvimento desportivo assente no desporto tradicional, privilegiando o apoio ao associativismo. É uma situação que reforça a inexistência de parcerias entre os municípios e as empresas, ao contrário do que se verifica em relação ao associativismo.

Ao relacionarmos a categoria Sustentabilidade definida para as organizações promotoras de AFAN, com a categoria Sustentabilidade definida para os municípios, constatamos que, apesar das organizações promotoras de AFAN nos apresentarem exemplos da forma como consideram contribuir para o desenvolvimento sustentável, aparentam possuir pouca informação sobre o seu significado, nomeadamente em relação a todas as dimensões contempladas num plano de desenvolvimento sustentável. A maior parte das organizações salienta mesmo que nunca integraram um processo com esse intuito. É uma situação que vai ao encontro do evidenciado pelos municípios. Ou seja, ainda não tomaram a iniciativa de implementar um plano de desenvolvimento sustentável, inclusive, a maior parte aparenta mesmo possuir um conhecimento pouco profundo acerca deste tema.

CONCLUSÕES

Quando iniciámos este trabalho tínhamos em mente conhecer melhor as novas práticas desportivas que se desenvolvem no meio ambiente e as organizações que as promovem. Também por reconhecermos que a região do Alto Minho é referenciada pela riqueza e diversidade do seu património ambiental, pretendíamos analisar a forma como os municípios perspectivam estas actividades no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Assim, concluímos que, na área geográfica da Valimar Com Urb, inserida na Região de Turismo do Alto Minho, existem organizações públicas, sem fins lucrativos (associações), e privadas (empresas) que promovem AFAN.

Em relação às empresas, os motivos que estiveram na origem da sua formação foram de ordem economicista, ou seja, constata a existência de mercado para estas actividades. São empresas de pequena dimensão que se formaram há menos de quatro anos. Em termos de recursos humanos, apresentam três dimensões: os sócios gerentes, que actuam simultaneamente como técnicos na realização das actividades, os técnicos que trabalham a tempo inteiro e os que são contratados pontualmente em regime de prestação de serviços. Para o seu recrutamento, o critério mais utilizado é a amizade e o conhecimento da pessoa e o menos utilizado assenta nos conhecimentos técnicos. Assim, encontrámos pessoas com uma formação de base muito diversificada, ligadas à Restauração, Turismo e Educação Física. Em termos de formação específica, esta é adquirida com a experiência e com a participação em acções de formação. No entanto, é reconhecido por todos os agentes a dificuldade em encontrar acções de formação.

No que se refere aos recursos materiais, a maior parte das empresas apresenta um espaço que funciona como sede ou escritório, meios de deslocação terrestre e aquática, para além dos materiais inerentes à realização das actividades que promovem.

Em termos de parcerias, privilegiam o seu estabelecimento com outras empresas de animação turística, com unidades hoteleiras e de restauração.

Os produtos comercializados por estas empresas desenvolvem-se maioritariamente no meio terrestre e aquático. No meio terrestre são realizados percursos pedestres, equestres, e em viaturas todo-o-terreno, manobras com cordas, *paintball* e orientação. No meio aquático realizam canoagem, *canyoning*, mergulho, w*ind-surf* e *rafting*. A forma mais utilizada para a sua divulgação é o correio electrónico, um sítio na Internet, o contacto pessoal e a elaboração de *"flayers*" e desdobráveis. Neste sentido, possuem clientes muito diversificados, desde escolas, empresas e grupos de amigos.

No que se refere à forma como consideram contribuir para o desenvolvimento sustentável, destacam o seu contributo ao nível do desenvolvimento económico, nomeadamente através da criação de emprego. No entanto, a maior parte das empresas nunca integrou nenhum plano de desenvolvimento sustentável, demonstrando inclusivamente pouco conhecimento acerca deste assunto.

Relativamente às entidades públicas (associações), estas formaram-se há 15 anos. Os motivos que estiveram na sua origem remetem para questões relacionadas com a necessidade de criar ocupação para os jovens através da promoção da Educação Ambiental. Na organização das actividades participam pequenos grupos de sócios, em número que não ultrapassa os oito elementos.

Em termos de recursos materiais, possuem um espaço que funciona como sede, cedido pela autarquia, meios de deslocação terrestre e aquática, para além dos recursos inerentes às actividades que promovem.

Desenvolvem parcerias com autarquias, estabelecimentos de ensino e instituições de solidariedade social. Desta forma, usufruem de apoios e subsídios atribuídos pelos municípios, através de protocolos e contratos-programa.

Em termos de actividades, desenvolvem no meio terrestre montanhismo, escalada e passeios pedestres e no meio aquático mergulho e canoagem. São actividades que se direccionam maioritariamente para os sócios, estabelecimentos

de ensino e instituições de solidariedade social. Para a sua divulgação utilizam o envio de cartas e correio electrónico. Também nestas entidades se verifica que o espaço mais utilizado para a realização das suas actividades é a Região do Alto Minho.

Relativamente ao seu contributo em termos de desenvolvimento sustentável, destacam o trabalho que realizam com os jovens no âmbito da preservação ambiental. Contudo, nunca integraram nenhum plano de desenvolvimento sustentável, demonstrando, igualmente, pouco conhecimento acerca do mesmo.

Perante o exposto, as principais diferenças entre estas duas organizações são:

- Os motivos que estiveram na origem da formação das associações foram questões sociais, enquanto que nas empresas foram aspectos economicistas;
- As associações orientam as suas actividades maioritariamente para os sócios, escolas e instituições de solidariedade social, valorizando a componente social e a educação ambiental já as empresas apresentam uma maior diversidade de actividades, procurando aumentar a oferta com o intuito de abranger um leque alargado de clientes, dando ênfase à parte económica e à promoção do emprego;
- As associações tendem a estabelecer parcerias com as autarquias, escolas e instituições de solidariedade social, ao passo que as empresas estabelecem parcerias com outras empresas, unidades hoteleiras e de restauração;
- As associações consideram que contribuem para o desenvolvimento sustentável através da acção que praticam ao nível da educação ambiental, da recolha de lixo e do trabalho que promovem com a população local, enquanto as empresas perspectivam a sua acção em termos da criação de emprego e de recursos financeiros, permitindo pagar a preservação e a limpeza dos espaços naturais;

- Em relação ao quadro legislativo que regulamenta o sector, ambas as organizações consideram-no inadequado, sendo demasiado abrangente e omisso em relação a questões fundamentais como a formação. Na perspectiva global apontam de a impossibilidade de comercializarem serviços que contemplem alojamento e restauração como ser um aspecto que restringe o crescimento deste sector.

No que se refere às autarquias, os responsáveis políticos foram unânimes em considerar o património ambiental e paisagístico como um potencial factor de desenvolvimento da região. Não obstante, aparentam não possuírem um plano de desenvolvimento sustentável que contemple o Turismo Activo. Na realidade, a maior parte das autarquias parece desconhecer o significado do plano perspectivado pela "Agenda 21 Local".

Em termos estratégicos, os municípios apresentam-nos um desporto muito enraizado no modelo tradicional, consubstanciando o seu desenvolvimento no apoio às diversas associações que o promovem. Contudo, alguns exemplos referidos parecem demonstrar que as autarquias começam a percepcionar novas práticas desportivas. Com efeito, apresentam já a construção de algumas infra-estruturas que fogem à tipologia tradicional e que vão ao encontro das novas tendências de desporto. Referimo-nos às eco-vias, ciclo-vias e à definição e sinalização de trilhos pedestres. Uma das autarquias destaca mesmo a necessidade de dotar o município de infra-estruturas ligadas ao mar e ao rio, que permitam o desenvolvimento de actividades que funcionem como um factor de atracção turística.

São exemplos que, apesar de não estarem inseridos numa estratégia de desenvolvimento sustentável, poderão perspectivar um futuro para as AFAN como importante produto turístico, sendo que a evolução da sociedade para parâmetros pós-modernos, assentos no bem-estar, prazer, hedonismo total em harmonia com a preservação e contemplação da natureza contribui para o pleno desenvolvimento destas actividades, em moldes rentáveis, desde que haja mais profissionalismo, uma estrutura eficiente e uma legislação eficaz.

Limitações do estudo e sugestões

As dificuldades encontradas na realização deste estudo prendem-se com a escassa informação sobre o sector. De facto, não encontramos muitos trabalhos realizados nesta área.

Por outro lado, pretendemos orientar este estudo para a caracterização das AFAN e das organizações que as promovem, procurando ainda analisar a sua relação com as autarquias no âmbito de um plano de desenvolvimento sustentável. Esta intenção limita, desde logo este trabalho, impedindo-o de responder a outras questões que se afiguram igualmente pertinentes. Por exemplo, não nos foi possível aprofundar a questão da sazonalidade e da forma como as empresas têm procurado ultrapassar esse problema.

Também consideramos pertinente que se analise a perspectiva de outros agentes, nomeadamente, dos operadores turísticos e das unidades hoteleiras em relação ao turismo activo e ao interesse em estabelecerem parcerias com este sector.

BIBLIOGRAFIA

A.A. (2002). Autarquias Locais. *Competências – Organização – Funcionamento*. Lisboa: Dislibro.

Almeida, C. (1999). Contributos para a compreensão dos "desportos radicais". *Ludens.* Vol. 16, (1), pp.53-63.

ANETURA (2006). *Turismo Activo e Natureza em Portugal. Estudo sobre o sector.* Associação Nacional de Empresas de Turismo Activo. Documento interno não publicado.

Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Betrán, J. (1995) Las Actividades Físicas de Aventura en La Naturaleza: Análisis Sociocultura. *Apunts: Educación Física y Deportes* (41) pp.5-8.

Betrán, A. & Betrán, J. (1995a). La crisis de la modernidad y el advenimiento de la posmodernidad: El deport y las práticas físicas alternativas em el tiempo de ocio activo. *Apunts: Educación Física y Deportes (41),* pp.10-29.

Betrán, A. & Betrán, J. (1995b) Prupoesta de una clasificación taxonómica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Marco conceptual y análisis de los criterios elegidos. *Apunts: Educación Física y Deportes* (41), pp.108-123.

Betrán, A. & Betrán, J. (1999). Las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Estudio de la oferta y la demanda en el sector empresarial. *Apunts: Educación Física y Deportes* (57), pp.86-94.

Bento, J. (1995). *O Outro Lado do Desporto*. Porto: Campo das Letras Editores.

Bento, J. (1997). O Desporto Cidade Natureza. Introdução ao Tema. In L. Costa (Ed.), *Meio Ambiente e Desporto – Uma Perspectiva Internacional.* (pp.95-102). Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física. Universidade do Porto.

Brunhs, H. (2002). Deport y Naturaleza: La Experiência sensible. In S. Rico e M. Brasileiro (Ed.), *Nuevas Tendencias de Prática Físico-Deportiva en el Medio Natural*). Granada: Digital Granada S.L. pp.3-14.

Burnay, M. (2000). *Turismo e Natureza – Perspectivas de Intervenção. Ciclo de Debates 2000 – Livro de Actas*. Instituto de Financiamento e de Apoio ao Turismo. Consultado a 09 de Fevereiro de 2006. Disponível em: http://www.iturismo.pt/resources/download/Livroactas2000.pdf .

Camps, A.; Carretero, J. & Perich, M. (1995). Aspectos normativos que inciden en las actividades físico-deportivas en la naturaleza. *Apunts: Educación Física y Deportes* (41), pp. 44-52.

Carvalho, A. (1994). *Desporto e autarquias Locais*. Porto: Campo das Letras Editores.

Castillo, D.; Fajardo, X. & Funollet, D. (1995). Necesidad de una educación ambiental integrada en la práctica de la actividad deportiva en el medio natural. *Apunts: Educación Física y Deportes* (41), pp.76-79.

Correia, A. (1997). Gestão de Serviços de Desporto-Aventura: Tendências e Implicações Organizacionais. *Revista Horizonte, XII* (75), pp.29-34.

Correia, G. (2006). 8 Boas ideas de Negocios Ecológicos. *Jornal Público, 03 de Abril.*

Confederação do Turismo Português. (2005) *Reinventando o Turismo em Portugal*. Lisboa: Confederação do Turismo Português.

Constantino, J. M. (1993). O Cidadão e o Desporto. Novas tendências no desporto actual. Revista Horizonte Vol. IX, (54) pp. 205-210.

Constantino, J. M. (1994). *Desporto e Municípios*. Lisboa: Livros Horizonte.

Constantino, J. M. (1997). Desporto, Cidade e Natureza. Espaço público e cultura ecológica. In L. D. Costa (Ed.), *Meio ambiente e desporto – uma perspectiva internacional*. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física. Universidade do Porto. Pp.117-124.

Crespo, J. (1990). *A história do Corpo*. Lisboa: Difel.

Costa, R. (2006). *Actividades Físicas de Aventura na Natureza em Portugal – Passos para a sua compreensão. O caso do Distrito do Porto.* Monografia de licenciatura em Desporto e Educação Física apresentada à Faculdade de Ciências de Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Costa, S. & Correas, R. (2005). La motricidad de las actividades físico-desportivas en la naturaleza. La función recreativa de su prática en la sociedad contemporânea. *Apunts: Educación Física y Deportes* (80), pp.45-52.

Cunha e Silva, P. (1997). O corpo (contemporâneo) em crise ecológica. In L. Da Costa, *Meio Ambiente e Desporto. Uma perspectiva internacional*. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto, pp.105-113.

Cunha e Silva, P. (1998). O futuro do corpo ludo-desportivo: uma polaridade entre o radical e o virtual, *Revista Horizonte* XV (86), pp. 35-39.

Da Costa, L. (1997). Introdução. In Da. Costa (Ed.), *Meio ambiente e desporto. Uma perspectiva internacional.* Porto: Faculdade de Ciências do Desporto da Universidade do Porto, pp. 23-29

Da Costa, L. (1997). Desporto e natureza: tendências globais e novos significados". In Da Costa, *Meio ambiente e desporto. Uma perspectiva internacional*. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto da Universidade do Porto. pp. 61-76.

Dezin, N. & Lincoln; Y. (2000). Introducion: The discipline and pratice of qualitative research. In N. Dezin e Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2 ed.), California: Sage Publications, pp.1-29.

Dias, F. (2005). *Perfil do Gestor e Modelo de Gestão das Empresas Portuguesas de Animação Turistico-Desportiva.* Vila Real: F. Dias. Monografia de licenciatura em Educação Física e Desporto apresentada à UTAD.

Digneffe, F. & Beckers, M. (1997). Histórias de vida. Método Biográfico. Metodologia. Análise de conteúdo. Entrevista Biográfica. In Albarello et al. (ed.), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais.* Lisboa: Gradiva, pp.202-245.

Direcção Geral do Turismo (2005). Férias dos Portugueses – 2004. Síntese dos aspectos mais relevantes. *Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos. Divisão de Recolha e Análise Estatística*. Consult. a 23 de Fevereiro. Disponível em: www.dgturismo.pt.

Direcção Geral do Turismo (2006a). O turismo em Portugal. Os principais mercados emissores. Alemanha. Espanha. França. Holanda. Reino Unido. *Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos. Divisão de Recolha e Análise Estatística.* Consult. 20 Março de 2006, disponível em: http://www.dgturismo.pt/ConhecimentodoSector/OMercado/MercadoAnalise/EstudosDocAnalise/index.htm.

Direcção Geral do Turismo (2006b). Análise da conjuntura. *Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos. Divisão de Recolha e Análise Estatística.* Consult. a 23 de Fevereiro. Disponível em: www..dgturismo.pt.

Direcção Geral do Turismo (2006c). O Turismo em 2005. Síntese dos principais indicadores. *Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos. Divisão de Recolha e Análise Estatística.* Consult. a 23 de Fevereiro. Disponível em: www.dgturismo.pt.

Direcção Geral do Turismo (2006d). Férias dos Portugueses – 2005. Síntese dos aspectos mais relevantes. *Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos. Divisão de Recolha e Análise Estatística.* Consult. a 23 de Fevereiro. Disponível em: wwwdgturismo.pt .

Direcção Geral do Turismo (2006e). Conjuntura. Passageiros desembarcados de voos internacionais. Movimentos de cruzeiros e passageiros. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros. Taxas de ocupação. Balança turística. Consult. a 23 de Fevereiro. Disponível em: wwwdgturismo.pt

Dumazedier, J. (1962). *Vers une civilization du loisir?* Paris: Éditions du Seuil.

Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo. Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008. Colsult. 05 de Janeiro de 2006. Disponível em: http://www.cnel.gov.pt/InnerPage.aspx?idCat=578&idMasterCat=576&idLang=1&idContent=1026&idLayout=6&site=estrategiadelisboa

Feixa, C. (1995) La aventura imaginaria. Una visión antropológica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. *Apunts: Educación Física y Deports* (41), pp 36-43.

Ferrão, J. (Coord.) & Guerra, J. (2004). *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida*. *Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida dos municípios Portugueses*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Consult. 30 de Maio de 2006, disponível em: http://observa.iscte.pt/docs/prot_Munic%EDpios%20e%20Qualidade%20de%20Vida%20%20_ISCTE_.pdf

Fernándes, P. (2002) El medio natural como punto de encuentro del turismo y el deporte: crecimiento y diversificación. In S. Rico e M. Brasileiro (Eds.), *Nuevas tendencias de prática físico-deportiva en el médio natural* (pp.15-33). Granada: Digital Granada SL, pp 15-33.

Figueiredo, A., Leal, I, Almodôvar J. & Fernandes J. (2004). *Documentos Preliminares sobre a viabilidade e interesse de constituição de uma comunidade urbana envolvendo os municípios, de Caminha e Esposende.* Consult. 19 de Junho de 2006, disponível em http://www.valimar.org/files/resourcesmodule/@random42436986a44ba/1114874721_Comunidade_Urbana_Doc_Quaternaire.rtf

Funollet, F. (1995). Propuesta de classificación de las actividades deportivas en el médio natural. *Apunts: Educación Física y Deportes* (41), 124-129.

Garcia, R. (1997). Contributo para a legitimação do discurso ecológico no desporto. *Revista Horizonte*, Vol. XIII, (75), pp.15-23.

Garcia, R. (1999). Do jogo com esforço ao jogo sem esforço: analise através do corpo. *Revista Horizonte*, Vol. XV, (89), pp. 6-13.

Garcia, R. & Pereira, A. (2002). Desporto e Ecologia: uma perspectiva antropológica. In S. Rico e M. Brasileiro (Eds.), *Nuevas Tendencias de Prática Físico-Deportiva en el Medio Natural.* Granada: Digital Granada S.L., pp. 55 -72.

Garcia, R. (2005). Escola, Educação Física e Tempo Livre: uma relação também da Gestão Desportiva. *Revista Portuguesa de Gestão.* APOGESD, Ano 2, (2) pp.12-29.

Gervilla, E. (1993). *Postmodernidad y educacion: valores y cultura de los jovenes*. Madrid: Dykinson.

Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (2001). *O mundo na era da globalização* (3ª ed.). Lisboa: Editorial: Presença.

Giddens, A. (2002). *As consequências da modernidade*. (4ª ed., 2ª reimpressão). Oeiras: Celta Editoras.

Grael, L. & Grael, A. (2002). Os atletas e as questões do meio ambiente. In Tavares, Da Costa, Miranda (Ed.), *Esport, Olimpismo e Meio Ambiente: Visões Internacionais.* Rio de Janeiro: Editora Gama Filho pp. 61-67.

Grawitz, M. (2001). *Methodes des sciences sociales* (11 eme ed.).Paris : Éditions Dalloz.

Guzmán, K. (2002). Agrupación y classificación como "deportes de sliz" de las nuevas tendencias deportivas. In S. Rico e M. Brasileiro (Eds.), *Nuevas tendencias de prática físico-deportiva en el médio natural.* Granada: Granada Digital S.L., pp. 97-118.

Heinemann, K. (1994). El deporte como consumo. *Apunsts: Educación Física y Deportes* (37), pp. 49-56.

ICEP Portugal – Instituto das Empresas para os Mercados Externos. (2006). Consult. 15 de Fevereiro de 2006. Disponível em: http://www.icep.pt/portugal/turismo.asp

ICN - Instituto de Conservação da Natureza (1999). Litoral Português. Áreas Protegidas. Biosfera.

Laurentino, D. (2006). O enquadramento do desporto municipal na estratégia nacional de desenvolvimento desportivo. *Revista Autárquica* Ano 2, (3), pp.14-18.

Lemos, H. M. (2002). Fundamentos do Desenvolvimento Sustentável. In Da Costa, L. Tavares, O. & Miranda, R. (Eds.), *Esport, Olimpismo e Meio Ambiente: Visões Internacionais,* pp 11-28.

Lessard-Hébert, M. ; Goyette, G. & Boutin, G. (1994). *Investigação qualitativa – fundamentos e práticas.* Lisboa: Instituto Piaget.

Lipovetsky, G. (1983) *A era do Vazio.* Lisboa: Relógio d ´Água.

Lipovetsky, G. (1989). *O Império do Efémero. A moda e o seu destino nas sociedades modernas.* (1ª Ed.), Publicações Dom Quixote.

Lipovetsky, G. (1994). *O crepúsculo do dever. A ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Lyotard, J. (2003). A condição pós-moderna. (3ª Eds.). Gradiva

Marinho, A. (2004). Actividades na natureza, lazer e educação Ambiental: reflectindo sobre algumas possibilidades. *Motrivivencia.* XVI, (22), pp. 47-69.

Marinho, A. & Schwartz, G. (2005). Actividades de aventura como conteúdo da educação física: reflexões sobre seu valor educativo. Digital, (88). Buenos Aires. Consult. 09 de Janeiro, disponível em http://www.efdeportes.com

Martins, M. (2005). *O Turismo no espaço rural – 2004*. Direcção Geral do Turismo Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos. Divisão de Recolha e Análise Estatística. Março. Consult. a 18 Março. Disponível em www.dgturismo.pt

Marques, M. (2005). *Turismo e Marketing Turístico*. Edições CETOP.

Meinberg, E. (1997). O conflito entre o desporto e o meio ambiente. Algumas considerações éticas. In Da Costa, *Meio ambiente e desporto. Uma perspectiva internacional*. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto, pp.196.

Minanez, F. (2001). Desenvolvimentos Sustentado. Revista Inter-Forum. Consult. 05 de Janeiro de 2006. Disponível em:
http://www.revistainterforum.com/espanol/articulos/070901Naturalmente.html

Miranda, J. (1995) Actividades físicas en la naturaleza: Un objecto a Investigar. dimensões cientificas. *Apunts: Educación Física y Deports* (41) pp 53 – 69.

Ministério da Economia e da Inovação (2005). Plano Estratégico Nacional do turismo. Ministério da Economia e da Inovação. Secretário de Estado do Turismo. Consult. 20 de Abril de 2006, disponível em: http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/608DD097-86BB-4EE8-9E1F-D65E78789AB7/O/PENTurismo.pdf

Morais, L.(2003). A recreação como factor de desenvolvimento Turístico. *Revista Desporto.* Ano XVII. (3). pp. 10-12.

Mota I. (2005). Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015. Colsult. 06 Janeiro de 2006. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/2D23430D-3202-4CC8-8DAC-30E508633158/0/ENDS_2004.pdf

Mota, J. (2002). La actividade física, el ócio e meio Ambiente. In S. Rico e M. Brasileiro (Eds.), *Nuevas tendências de prática físico-deportiva en el medio natural*. Granada: Digital Granada S. L., pp.35-41.

Mota, J. (1997). *A actividade física no lazer – reflexões sobre a sua prática.* Lisboa: Livros Horizonte.

Mota, J. (2001), Actividade Física e Lazer. Contextos actuais e ideias futuras. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto.* Vol. 1, (1) pp. 124-129.

Normas e orientações para a redacção e apresentação de Dissertações (2004). Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto.

Nunes, P. (2005). *Lazer, Turismo e Desporto. Animação Turístico-desportiva numa perspectiva de Sustentabilidade.* Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Osório, A. (2005). A geografia corporal dos espaços abertos: reflexões sobre o corpo carioca. Os Urbanitas. *Revista de Antropologia Urbana.* Ano 2, (2), nº1.

Otero, F. L. (2002). Desarrollo sostenible en el deporte, el turismo y la educación física. *Apunts: Educación Física y Deportes* (67), pp. 70-79.

Padiglione, V. (1995). Diversidad y pluralidad en el escecenario deportivo. *Apunts: Educación Física y Deportes* (41), pp. 30-35.

Padiglione, V. (1995). Diversidad y Pluralidad en el Escenario Deportivo. *Apunts: Educación Física y Deports* (41) pp. 30-35.

Pastor, V. (2001) Ecologia y Deporte? Possibilidades, incongruências y Paradojas. *Apunts: Educación Física y Deports* (40) pp. 16-19.

Pardellas, X., Cadima J., Padín C. & Gomes, P. (2002) Abordagem à Actividade Turística nas Cidades do Eixo Atlântico. (Ed.) Comissão Executiva do Eixo Atlântico. Porto.

Pereira, A. (1998). *Considerações acerca da relação corpo e desporto Numa perspectiva ecológica*. Porto: A. Pereira. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciencias do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

Pereira, A. (2004). *Para uma visão fenomenológica do corpo contemporâneo: Contributo a partir do alpinismo e da ginástica de academia*. Porto: A. Pereira.

Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.
Pereira, J. & Monteiro, L. (1995). Actividades físicas de exploração na natureza: Em defesa do seu valor educativo. *Revista Horizonte*, XII (69), pp. 111-116.

Pérez, M. (2002). Los deportes de aventura desde la Administración. In S. Rico e M. Brasileiro (Eds.). *Nuevas Tendencias de Prática Físico-Deportiva en el Medio Natural*. Granada: Digital Granada S. L, pp. 171-184.

Pinto, A. (2006) O Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal. *Revista Autárquica* (3), pp. 19 – 23.

Pires, G. (2003). *Gestão do Desporto. Desenvolvimento Organizacional*. Porto: APOGESD.

Pires, T. & Philippi, L. (2004). O Turismo ecológico e a exploração ambiental. *Revista Motrivivência*. XVI, (22), pp. 145-155

Pinheiro, J. (2003). O bem-estar físico e o gosto de viajar. *Revista Desporto.* XVII. (3) pp. 5-9.

Programa do XVI Governo Constitucional em matéria de desenvolvimento do Turismo. Consult. 28 de Junho de 2006, disponível em: http://www.oces.mctes.pt/docs/ficheiros/Programa_XVI_governo.pdf

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais* (3ª ed.). Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda.

Ribeiro, M. (2001). O turismo activo como oportunidade para o desenvolvimento de iniciativas empresariais em zonas rurais: uma análise exploratória a partir da

região do Douro. In I Congresso de Estudos Rurais. Vila Real: UTAD, (Editado em CD-ROM). Disponível em:
http://home.utad.pt/~des/acervo_des/2001ribmanmturact22.pdf
Rodrigues, W. (2005) Consumo é cada vez mais personalizado. *Jornal Diário de Noticias. 15 de Março*.

RTAM (2003). Especial Sevitur. Boletim número 7, Janeiro – Março. Disponível em: http://www.rtam.pt/docs/ficheiros/Boletim_N7_0.pdf

RTAM (2004a). Apoios ao investimento no turismo. Boletim número nove, Abril. Disponível em: http://www.rtam.pt/docs/ficheiros/Boletim_N9_0.pdf

RTAM (2004b). Caracterização da procura turística. Boletim número dez, Julho. Disponível em: http://www.rtam.pt/docs/ficheiros/Boletim_N10_0.pdf

RTAM (2004c). 25 Anos da Região de Turismo do Alto Minho. Boletim número onze, Dezembro. Disponível em http://www.rtam.pt/docs/ficheiros/Boletim_N11.pdf

Ruquoy, D. (1997). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador, In Albarello, L. e tal. (Ed.), *Praticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, pp. 84-116.

Santos, O. (2002). Jogos Mundiais da Natureza da Costa Oeste do Paraná para o mundo. In Tavares, Da Costa, Miranda (Ed.), *Esport, Olimpismo e Meio Ambiente: Visões Internacionais.* Rio de Janeiro: Editora Gama Filho pp. 119-126.

Sampaio, F. (2004c). *in* RTAM 25 Anos da Região de Turismo do Alto Minho. Boletim número onze, Dezembro. Consult. a 12 de Março Disponível em:
http://www.rtam.pt/docs/ficheiros/Boletim_N11.pdf

Schmidt, L.; Gil Nave J. & Guerra, J. (2005): *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*. Fronteira do Caos, (1ª Ed.) Porto: Fronteira do Caos Editores.

Tarsuella, R. (2001). *La Cultura Light. El éxito de las personas famosas, los anuncios y las noticias*. ED SIMS

Toffler, A. (1980). *A terceira Vaga.* Lisboa: Livros Brasil.

Tourraine, A. (1992) *Critica da modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

Turismo em Portugal (2002). Politica, Estratégia e Instrumentos de intervenção. Turismo sustentável e de qualidade com empresas modernas e competitivas. (Ed.) Direcção Geral do Turismo. Lisboa. Março.

União Europeia (2000). *Para um Turismo Costeiro de Qualidade. Gestão Integrada da Qualidade (GIQ) dos destinos turísticos costeiros.* Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais da Comunidade Europeia Bruxelas. Consult. 23 de Fevereiro de 2006, disponível em http://europa.eu.int.

Vala, J. (1986). A análise de conteúdo, In Santos Silva A. & Madureira Pinto, J. (Ed.) *Metodologia das ciências sociais,* Porto, Eds. Afrontamento, pp. 101-128.

VALIMAR (2006). Consult. A 18 de Março. Disponível em:
http://www.valimar.org/index.php?section=9

Outras Fontes

Diários da República

Decreto-Lei nº 329/95 de 09 de Dezembro
Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de Janeiro
Decreto-Lei nº 204/2000 de 01 de Setembro

Decreto-Lei nº 21/2002 de 31 de Janeiro
Decreto-Lei nº 56/2002 de 11 de Março
Decreto-Lei nº 108/2002 de 16 de Abril
Decreto Regulamentar nº 18/99, de 27 de Agosto
Resolução de Conselho de Ministros nº 112/98 de 25 de Agosto
Portaria nº 733/96 de 12 de Dezembro
Portaria nº 783/98 de 19 de Setembro
Portaria nº 905/98 de 19 de Outubro
Portaria nº 1013/99 de 16 de Novembro
Portaria nº 138/2001 de 01 de Março
Portaria nº 96/2001 de 13 de Fevereiro

Pesquisa na Internet

http://www.valimar.org/index.php?section=9
http://www.dgturismo.pt/index.htm
http://www.iturismo.pt/
http://www.rtam.pt/intro.html
http://www.turismoactivo.pt
http://www.world-tourism.org/

Software

QRS International Pty (2002). *Nvivo 2.0* [programa de computador] Doncaster Victoria: QRS International

ANEXOS I

Guiões das entrevistas

ANEXO 1. A – GUIÃO DA ENTREVISTA REALIZADA AOS RESPONSÁVEIS PELAS ORGANIZAÇÕES QUE PROMOVEM AFAN

Nome do entrevistado: _____

Nome da organização: _____ Data: _____

- Quais as razões que vos levaram a formar a vossa organização?
- Quantos elementos integram a organização? Trabalham a tempo parcial ou a tempo inteiro?
- Qual a formação inicial dos elementos que integram a organização?
- Tiveram facilidade em encontrar formação nesta área? Procuraram essa formação?
- Quais são os critérios utilizados para o recrutamento dos recursos humanos?
- Desenvolvem acções de formação para os funcionários da vossa organização? Com que periodicidade?
- Quais são os recursos materiais da organização? (Infra-estruturas, viaturas, material para a promoção das actividades...)
- Quais são os serviços e/ou produtos que são comercializados / promovidas pela vossa organização?

- Qual a estratégia utilizada para a promoção das vossas actividades?

- Quais são os locais onde costumam realizar as vossas actividade?

- Qual é o público-alvo das vossas actividades?

- Como caracteriza as pessoas que participam nestas actividades, vêm à procura de quê?

- Qual tem sido a evolução em termos de participantes?

- Quais são as principais dificuldades para quem desenvolve actividades nesta área? Como as colmatar?

- Que tipo de apoios recebem ou receberam e de que instituições?

- Que tipo de relação existe entre a vossa organização e a autarquia onde estão sedeados?

- Possuem parcerias com outras organizações?

- Considera que organizações como a vossa podem contribuir para o desenvolvimento sustentável?

- Como define desenvolvimento sustentável?

- Conhece a Agenda 21? Qual a sua opinião acerca?

ANEXO 1. B – GUIÃO DA ENTREVISTA REALIZADA AO RESPONSÁVEL AUTÁRQUICO COM O PELOURO DO DESPORTO

Nome do entrevistado: _____

Nome da autarquia: _____ Data: _____

- O que tem o vosso município para oferecer a quem o visita? Que imagem de marca pretende passar do vosso município?
- Como se encontra estruturado o pelouro do desporto na vossa autarquia?
- Qual a estratégia do vosso município em termos de desenvolvimento desportivo?
- No que se refere às infra-estruturas desportivas, que tipo de investimentos a autarquia tem efectuado?
- Que tipo de investimentos tem perspectivado para o futuro?
- Qual é a sua opinião relativamente ao turismo desportivo e qual a sua importância para este município?
- O que fazer para apostar neste tipo de turismo?
- A vossa autarquia tem alguma estratégia nessa área?
- Tem conhecimento da existência no vosso município de organizações que promovem Actividades Físicas de Aventura na Natureza/Turismo Desportivo?

- A autarquia desenvolve algum tipo de parcerias com essas organizações?

- Considera importante a existência dessas organizações? E a existência de parcerias entre estas e a autarquia? Que tipo de parcerias?

- De que forma é que estas poderiam integrar uma estratégia de desenvolvimento sustentável?

- Pensa que são áreas que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do vosso município? De que forma?

- Como define desenvolvimento sustentável e de que forma as autarquias podem contribuir para esse desenvolvimento?

- Conhece a Agenda 21? Qual a sua opinião acerca?

ANEXOS II

AFAN promovidas pelas organizações que operam na Valimar Com Urb

ANEXO 2. A – QUADRO DAS AFAN PROMOVIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES QUE OPERAM NA REGIÃO DA *VALIMAR COM URB*

Entidade

ACTIVIDADE	A1	A2	E1	E2	E3	E4
BTT				✓	✓	✓
Canoagem	✓		✓	✓	✓	✓
Canyoning				✓	✓	✓
Escalada /*Rappel*		✓		✓	✓	✓
Manobras de Cordas		✓	✓	✓	✓	✓
Mergulho	✓					✓
Montanhismo		✓				
Orientação			✓	✓	✓	✓
Paintball			✓	✓	✓	✓
Passeios Equestres				✓		
Passeios Pedestres	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Passeios de TT				✓	✓	✓
Rafting				✓	✓	✓
Wind-surf			✓			

ANEXO 2. B – Caracterização das AFAN desenvolvidas por cada entidade privada do Distrito do Porto[11]

Actividade	Caracterização
BTT	Ciclismo de todo-o-terreno pode ser uma actividade de lazer ou de competição, realizada em estradas florestais, caminhos florestais e corta-mato. A competição engloba as seguintes provas: cross-country (circuito diversificado), down hill, up hill, BTT de orientação e contra-relógio.
Canoagem	A canoagem consiste na navegação em águas lisas e calmas ou em águas bravas, utilizando respectivamente dois tipos de embarcações distintas: canoa e *kayaks*. As canoas são largas e pesadas, normalmente têm dois lugares, existem modelos com três, quatro e até dez lugares, não possuem grande estabilidade dai estarem adaptadas para águas calmas. São impulsionadas através de pás. Os Kayakes são embarcações fechadas, fabricadas em fibras de vidro, plástico ou compósitos de carbono, normalmente possuem um leme, comandado pelos pés do praticante, existindo modelos de um e dois lugares. São impulsionadas através de *pagaias*, semelhante a um remo duplo.

[11] Fonte: ICN – Carta de Desporto Natureza, documento interno, não publicado.

Canyoning	Esta actividade consiste na descida de rios e riachos com pequeno caudal. É praticado em zonas com uma forte pendente como gargantas *(cayons)* ou desfiladeiros, sem recurso a qualquer tipo de embarcação, recorrendo às técnicas e equipamento da escalada e da espeleologia. O objectivo é seguir o curso das águas, ultrapassando os diversos obstáculos naturais que se possam encontrar durante o percurso, como cascatas, lagoas, rochas, ressaltos e escorregas.
Manobras de Cordas	Originalmente, as manobras de cordas serviam apenas para complementar outras modalidades, como a escalada. Hoje devido ao elevado número de participantes tornaram-se independentes. As manobras de cordas são, entre outras: rappel (descida vertical de cordas), tirolesa (percorrer a corda apenas com a força dos membros superiores); Ponte himalaia (percorrer a corda em pé apoiado em duas cordas ao mesmo nível, uma para cada mão; a terceira serve de apoio para os pés); paralelas (duas cordas, a inferior para os pés e a superior para apoio das mãos); o deslizamento ventral (um cabo onde o corpo desliza horizontalmente); escalada (consiste em trepar uma parede natural ou artificial, tendo apenas uma corda como segurança) e por fim o slide (consiste em deslizar de um ponto elevado até ao nível do chão através de uma corda ou de um cabo de aço).

Mergulho	Existem basicamente dois tipos de mergulho: em apneia (interrupção voluntária da respiração) ou mergulho livre, e mergulho autónomo, usualmente designado por mergulho de garrafa. No mergulho livre, o mergulhador nada perto da superfície da água, com o peito cheio de ar, depois de interromper a respiração. Para explorar os fundos sub-aquáticos utiliza uma máscara na cara, respirando através de um tubo, e umas barbatanas nos pés. Para se proteger do frio, o mergulhador pode vestir um fato de *neoprene* isotérmico e, dada a grande flutuabilidade deste fato, coloca um cinto de chumbos para conseguir mergulhar alguns metros. No mergulho autónomo é utilizado um escafandro autónomo, permitindo ao mergulhador passar mais tempo debaixo de água e a maior profundidade. Em termos de equipamento, este tipo de mergulho é mais exigente carecendo de material específico.
Montanhismo	O montanhismo é um conjunto de disciplinas que podem ser praticadas separadamente ou num todo durante uma determinada actividade; expressa a prática desportiva de modalidades em cenário de montanha (em média montanha, como por exemplo a marcha de montanha, escalada clássica, em alta montanha, como por exemplo o alpinismo, escalada de cascatas, escalada mista.)

Orientação	Define-se como orientação a modalidade desportiva que inclui técnicas de marcha e de atletismo e consiste em percorrer um determinado percurso para efectuar a ligação de vários pontos de passagem obrigatória assinalados num mapa ou numa carta topográfica. Assim, o praticante terá de descobrir o melhor caminho e ultrapassar todos os obstáculos naturais que vão surgindo, demorando o menor tempo possível. Ao chegar a um determinado ponto assinalado terá de picar um cartão, utilizando um alicate que se encontra nesse local, junto de um marcador visível, chamado “prisma”.
Paintball	O *paintball* é um jogo de estratégia, trabalho de equipa e coordenação, na sua versão mais clássica, duas equipas se defrontam tentando invadir o terreno adversário por forma conquistar a bandeira da outra equipa sem perder a sua. Cada jogador encontra-se munido de um marcador (semelhante a uma arma) que dispara pequenas bolas que contêm tinta solúvel e biodegrádavel. Os jogadores atingidos vão abandonando o jogo. De forma a manter a segurança deste jogo, é obrigatório o uso de uma máscara de protecção facial, e disparar sempre a uma distância nunca inferior a cinco metros.

Passeios Equestres	Entende-se por passeios equestres, a realização de passeios a cavalo sem fins competitivos, de cariz lúdico ou turístico, podendo ser seguidos em percursos sinalizados ou não; incluem essencialmente caminhos e têm geralmente um motivo temático, não exigindo muito esforço por parte do cavaleiro.
Passeios Pedestres	Pedestrianismo é a actividade desportiva de percorrer distancias a pé, na Natureza em que intervêm aspectos turísticos, culturais e ambientais; desenvolve-se normalmente por caminhos bem definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites.
Rafting	O *Rafting* consiste na descida de rios de águas bravas e tumultuosas, numa pequena embarcação do tipo jangada pneumática denominada *raft,* constituída por dois compartimentos estanques, flutuadores, fundo de escoamento e cordas de segurança. Assim, esta embarcação pneumática nunca vai ao fundo, pois a água que entra é imediatamente escoada, é, portanto, insubmergível, mas as possibilidades de se virar são algumas.

Rappel e Escalada	Define-se Escalada a progressão em rocha em que se torna imperativo o uso dos membros superiores e/ou recursos a material adequado, englobando duas variantes: Escalada desportiva: consiste no escalar de uma parede, previamente equipada, isto é, os pontos intermédios de segurança, bem como a reunião são permanentes, exigindo equipamento fixo e permanente em toda a via; Escalada clássica: forma de escalada em que a via não está equipada, e em que o material de segurança intermédio (entaladores) e da reunião é recuperável, assim, só esporadicamente por razões de segurança do escalador exige equipamento fixo e permanente ao longo da via. O *rappel* é uma técnica da Escalada que consiste na descida de paredes e penhascos, que surgiu pela necessidade de regressar ao ponto de partida após se ter atingido um cume.
Wind-Surf	O *Wind-Surf* é um modo de navegar de pé através da utilização de uma prancha e de uma vela.

ANEXOS III

Sistema categorial

ANEXO 3. A – SISTEMA CATEGORIAL DAS ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS DAS AFAN

CATEGORIA A – ENTIDADE	
AS1	"A associação existe desde 1991" "…somos uma associação de utilidade pública (…) em principio é tudo gratuito" "Uma das razões foi dar uma ocupação aos jovens, fomos uma associação sempre virada para os jovens, sempre virada para a parte ambiental, para a educação ambiental. Ou seja, pôr os miúdos a trabalhar um bocado com a bicharada por assim dizer." "…estivemos sempre virados para os miúdos e para a natureza." "…trabalham na associação cerca de oito elementos, todos trabalham a tempo parcial, são pessoas que têm as suas empresas os seus afazeres. A tempo inteiro existe apenas uma funcionária que faz trabalho administrativo." "Temos alguns Biólogos, a quem nós cedemos as instalações para laboratório e então eles próprios se disponibilizam para ir às escolas fazer apresentações" "…o presidente actualmente é dono de uma empresa de formação, o secretário-geral é aposentado e os restantes elementos trabalham em várias áreas." "Sim, temos várias acções de formação, nomeadamente, para sócios que estejam mais ligados a nós, a quem nós damos sempre um baptismo de mergulho" "Também damos formação suporte básico de vida" "No mergulho, e por gostar muito, é uma formação paga por mim, a parte de monitores de canoagem também, também foi feito por mim, digamos que todos os monitores da associação têm uma formação que não a adquiriram aqui, a progressão foi sempre fora, portanto nós formámo-nos fora e as nossas capacidades aplicamo-las aqui."

AS1	"Para além deste edifício, a associação tem uma carrinha de nove lugares para o transporte de material e pessoas, uma embarcação que dá para sete pessoas e oito canoas" "…temos vários meios áudio visuais, um data show, televisões, duas salas de formação, um auditório a que chamamos sala de encontro" "As principais dificuldades são as financeiras, uma pessoa ambiciona sempre algo mais para a associação, mas digamos que a maior dificuldade é financeira"

AS 2	"A associação nasce em 1991, praticamente nasce com uma associação dentro de outra associação." "O que levou a formar a associação foi o facto de estarmos numa aldeia de montanha e havia uma necessidade de conhecer novas terras de fazer actividades de ar livre, portanto, estávamos presos ao nosso concelho e queríamos conhecer outros espaços, foi um pouco isso que nos empurrou a criar a secção" "… houve também uma preocupação com as questões ambientais, a conservação dos territórios de montanha e o gosto pela prática do desporto que faz com que se queira que esses territórios sejam conservados." "…inicialmente era campismo e depois passados quatro anos nasce com a vertente de montanha, que era uma necessidade desportiva, porque íamos para acampar e não tínhamos nada para fazer" "Em termos de direcção somos sete elementos, depois da assembleia-geral três e do concelho fiscal três." "… a tempo parcial trabalham quatro, do concelho fiscal um ou dois, o resto dá apoio voluntário dentro do clube e da assembleia-geral, os outros é para fazer número"

AS 2	"Quase todos temos habilitações superiores, somos do ramo da engenharia, a maior parte é da educação, temos técnicos de turismo, técnicos de Educação Física, ligados à engenharia são uns quantos. O maior grupo é de engenharia civil e engenharia civil do ambiente e agrária e depois temos também um grupo considerável de gente ligado ao sector do ensino." "…depois começam a ter formação dentro do próprio clube, o clube tem uma escola e a partir da própria escola é que as pessoas vão enveredando pela escalada desportiva, pela escalada clássica, pelas grandes paredes, pelo bloco, pelo montanhismo, pelo *treking* e por uma série de coisas." "eu desde 1994 ando em formação contínua em montanha, para além da experiência prática que tenho que é diária" "A nossa formação é feita na escola Galega de alta montanha, é tudo formado nas escolas espanholas." "Temos uma viatura 4 L, uma sede, instalações cedidas por protocolo, um albergue de montanha, um refúgio, exploração do centro de interpretação de serra De Arga, paredes de escalada equipadas e que são mantidas por nós e temos equipamentos de escalada para equipar 15 pessoas desde o simples mosquetão ao capacete."

E1	"…nasce em 2004 por um grupo de amigos que, de alguma forma, queriam divulgar todo o potencial do Alto Minho" "Nós somos uma empresa nova ainda vamos fazer dois anos. Foi como uma bola que começou, como uma brincadeira, sem grandes responsabilidades, depois começámos a ver que havia possibilidades e actualmente estamos a querer criar novos serviços, estamos a querer melhorar o que temos." "…no fundo nasceu com o *paintball*, não havia muitas empresas aqui no norte a fazer *paintball*, depois com a canoagem, trilhos pedestres, a abranger cada vez mais outras actividades e começamos a ver que realmente é um nicho de mercado, ou seja, cada vez mais as pessoas interessam-se por este tipo de actividades" "Somos quatro sócios, somos quatro sócios gerentes"

E1	"Todos temos trabalho, ou seja, um é professor, outro é gestor de uns pavilhões, um é técnico informático, tem uma empresa de informática e eu sou empresário da restauração" "Regra geral fazemos nós as actividades, temos um técnico de Educação Física sempre presente em qualquer actividade, agora, de vez em quando é necessário contratar técnicos e damos sempre preferência a técnicos de Educação Física que passem recibos verdes." " …há momentos em que vamos ter a necessidade de ter empregados. Agora o investimento inicial foi grande, neste momento temos grandes encargos e não podemos ter um empregado a tempo inteiro. Mas neste momento fazia já falta ter empregados." "Nós para já temos pessoas conhecidas, amigos, temos muitos amigos nossos que são licenciadas em Educação Física, portanto é sempre na base dos nossos amigos" "Dos sócios gerentes, dois são licenciados em Educação Física e Desporto, um tem o mestrado em Gestão do Desporto, o outro está a tirar o mestrado também em Gestão Desportiva." "…os outros têm formações gerais, mas estão devidamente habilitados, eu, no fundo trabalho mais como parte de gestão, eu e o Artur somos mais gestão" "Participamos em acções de formação quando temos tempo, eu tive há pouco tempo numa que foi dada em Viana do Castelo, acho que foi organizada pelo Instituto de Turismo. Participei e sempre que temos possibilidade e tempo vamos a acções de formação" " …em termos de infra-estruturas, nós neste momento temos na foz do Rio Minho um hangar alugado, são duzentos metros quadrados, tem balneários com duche, isso já faz parte do complexo mas também podemos usufruir, assim como duma prancha de desembarque, portanto nós temos ali o nosso armazém a nossa base e temos uma viatura ligeira." "…temos um campo próprio onde fazemos *paintball*"

E1	"A sede da nossa empresa funciona na minha casa" "… a sede, não é uma sede aberta ao público, para que seja visitada, é uma sede para correio, para contacto, ou seja os nossos contactos são sempre feitos por telefone, por *E-mail*"

E2	"A empresa foi criada a 30 de Janeiro de 2002" "Entendemos que havia e há muitas casas de habitação, de turismo de habitação, e turismo de aldeia, e entendemos que havia uma lacuna ao nível da animação em relação a essas casas" "Pretendemos dar a conhecer às pessoas a nossa cultura, o nosso ambiente, para colmatar a tal animação que faltava no alojamento. Foi esse principalmente o nosso objectivo" "Somos dois sou eu e a Maria do Céu" "…nós dedicamos o nosso tempo todo à empresa, só que como a empresa está tão parada…" "…a empresa não gera receitas suficientes para trabalharmos a tempo inteiro" "…sempre que há uma solicitação seja feriado, domingo, a qualquer hora do dia a gente dá apoio a esse serviço, o problema é que aparecem poucos serviços" "…entendemos por bem tirar um curso técnico profissional na escola, tirou-se o curso, foram três anos que nos deram conhecimentos sobre turismo, sobre a região, sobre a tradição, sobre a cultura" "Nós temos o curso técnico-profissional de turismo rural e ambiental." "…ao nível do turismo estamos actualizados, mas é ao nível de teoria porque depois na prática não conseguimos andar ou por incompetência nossa ou porque…"

E2	"…ao nível do turismo estamos actualizados, mas é ao nível de teoria porque depois na prática não conseguimos andar ou por incompetência nossa ou porque…" "…temos a carrinha de nove lugares, temos o escritório, o material de escritório e pronto e tem todo o trabalho que nós fizemos"

E3	"O que me levou a formar este negócio foi o facto de eu ter um conhecimento de França onde vivi muito tempo e onde este tipo de negócio já está muito desenvolvido. Cá em Portugal era inexistente, e eu achei que se calhar seria um negócio com futuro" "Nós formámos a nossa empresa em Maio de 2002" "…tenho um funcionário que trabalha a tempo inteiro e pessoas estagiárias que ajudam a empresa em certas actividades que trabalham a tempo parcial." "…a formação mais baixa se calhar é a minha, tenho o 9º Ano, depois o meu sócio tem formação de mestrado, e as pessoas que trabalham a tempo parcial na empresa são pessoas licenciadas ou com o 12º ano" "Em termos de formação fiz um curso de gestão de empresas" "No recrutamento dos técnicos, o primeiro critério, não vou dizer que é a formação, porque a formação é inexistente nesta área, digamos que optamos pelo nível de cultura, as línguas que falam, factor extremamente importante no nosso campo. Depois são as regras que tentamos modificar ou pedir às pessoas para adoptarem." "As pessoas que trabalham connosco, digamos que são pessoas que regra geral já conhecíamos ou que já eram nossos amigos." "No caso propriamente da área não encontrei muita formação, fiz um curso de gestão de empresas, que já tinha feito anteriormente numa empresa onde eu era gerente e que me ajudou um bocadinho na gestão da empresa"

E3	"Em termos materiais possuímos quatro motos 4x4, 11 bicicletas de todo-o-terreno, 16 equipamentos de *paintball* e possuímos o mobiliário desta instalação, pois as instalações não são nossas e uma carrinha de 9 lugares"

E4	"…foi uma questão de ver o mercado, ver que havia uma oportunidade" "Somos uma empresa sedeada no Norte de Portugal, (…), apresentando-se desde 2002 no mercado de animação turística" "Integram a direcção da empresa dois elementos" "A formação inicial é licenciatura em Biologia, Saúde e vamos chamar também Desporto e Turismo, pois fizemos uma pós-graduação." "…trabalhamos a tempo inteiro, essa é uma característica que nos marca no bom sentido" "Nós temos aqui duas dimensões ou três, a parte da administração, depois temos os funcionários, falamos de quatro funcionários, isto com uma tendência de serem três, quatro, cinco dependendo um bocadinho" "…às vezes temos que reforçar uma dada área num determinado momento, portanto estamos a falar dois da administração, mais quatro funcionários a tempo inteiro" "Em certas áreas onde há formação oficial vamos para essas áreas, porque umas das bases para nós estarmos no mercado é nós conscientemente olharmos para nós e estarmos dentro da lei, portanto, quando há formação nós vamos a essa formação, quando não há, nós criamos essa formação indo a cursos lá fora ou a cursos tecnicamente reconhecidos"

E3	"Em termos de recrutamento de recursos humanos, primeiro privilegiamos uma proximidade com a região, tendemos para favorecer pessoas que sejam tendencialmente daqui da região (…). Depois é a base importantíssima de já conhecermos uma pessoa, já sabermos como ela é e gostarmos dela, as competências técnicas nesta área não são muitas, portanto como último requisito é que poderíamos pensar na questão da competência e da formação mas como ela é muito insuficiente não é por aí que a gente selecciona"

E4	"Temos os equipamentos todos para funcionar como escola, depois temos meios de deslocação terrestre, carrinhas, uma viatura todo-o-terreno. Na parte marítima temos dois barcos operacionais para saídas" "Relativamente às instalações temos este escritório que funciona como parte de gestão e administrativa, temos um armazém onde acondicionamos o material e é o local de partida para algumas actividade, depois temos outro espaço que ainda não é um espaço completamente nosso, mas é de uma pessoa ligado à gerência, que é um espaço de lazer, um espaço rural." "… nós temos uma política que é se fazemos *paintball* temos que ter material que é nosso, canoagem, *canyoning*, cordas, etc. tentamos sempre ter esse material e também material de gama média/alta porque de facto estamos à procura de um público de qualidade." "Em termos de futuro, estamos agora a dar o salto, ou seja equilibrar aquilo que foi despesa de investimento em termos de tempo e de recursos humanos."

CATEGORIA B – ACTIVIDADES	
AS 1	"Actualmente, temos cursos de mergulho, canoagem, alugamos canoas, realizamos algumas saídas de interpretação ambiental, percursos pedestres." "…como actividades principais é a canoagem e o mergulho." "Nós damos preferência aos sócios, temos 2100 sócios e a nossa aposta inicial é sempre os sócios, que já é um grupo enorme." "Se aparecerem escolas nós também fazemos actividades com elas de forma gratuita desde que não acarrete gastos para nós" "Actualmente há sempre pessoas pagantes e não pagantes. A maior parte são não pagantes que é uma realidade actual das associações. Os sócios que tenham as cotas actualizadas pagam mesmo um valor simbólico"

AS 1	"No entanto, a parte do mergulho e da marinharia está aberto a toda a gente e não vamos distinguir sócios e não sócios." "A área de eleição obviamente é Viana do Castelo, estamos aqui junto ao mar, mas também realizamos em Espanha. Em relação à parte ambiental damos atenção à zona de Bertiandos, que agora é uma reserva" "Divulgamos as actividades pela Internet, através de *E-mail*, também fazemos por carta" "…há cada vez mais pessoas a interessarem-se pelo mergulho, as pessoas cada vez aderem mais"

A S 2	"Nós promovemos o pedestrianismo, percursos de interpretação, escalada, organizamos campos de férias e tudo que tenha a ver com a natureza." "…quando falo de montanhismo falo pelas disciplinas todas de montanha, temos uma disciplina que mobiliza mais gente que é o pedestrianismo e a parte alpina de montanha." "O público-alvo é a classe associativa e maiores de 25 anos de idade. Nós para além dos nossos sócios trabalhamos com escolas." "Temos taxas diferenciadas para quem é sócio e para não sócio. Porque é assim, quem quer vir paga um euro porque é sócio, quem não é sócio vai ter que pagar 10 ou 15 euros, portanto as pessoas associam-se, e ao associarem-se têm logo acesso a uma licença que lhes baixa os custos." "Podemos dizer que temos 300 sócios" "Fazemos a divulgação através do contacto directo com os associados ou através do envio de *E-mail*, não podemos gastar dinheiro, digamos assim, com pessoas que não são associadas." "Desenvolvemos actividades basicamente na serra De Arga e distrito de Viana Castelo, muita na comunidade urbana da Valimar."

E1	"As actividades que promovemos são trilhos, percursos de *kayak* e canoa, *paintball*, orientação, actividades de cordas, animação de festas de aniversário e despedida de solteiro, organizamos e dinamizamos os mais variados tipos de eventos, disponibilizamos pacotes de um ou mais dias com diversas actividades, disponibilizamos actividades desportivas associadas a programas culturais, específicos para clientes especiais" "… temos uma escola de *wind-surf*." "Temos também tiro com arco, normalmente é uma actividade que vai integrada ou numa orientação ou num trilho, sozinha nunca vendemos esta actividade" "Fazemos a promoção por intermédio de *E-mail* e Faxes para as escolas, temos também uma página na Internet" "…temos a base de dados, tratamos a base de dados, escolhemos aquelas pessoas a quem vamos enviar a *newletter*, como não temos muito dinheiro, numa primeira fase vamos ter que seleccionar clientes a quem vamos enviar a *newsletter*." "Nós temos uma base de dados de todos os jornais nacionais e regionais e revistas de interesse e mandamos a informação, uns publicam, outros não." "Em relação às agências de viagens, temos algumas, mas estamos a aumentar a lista, já pensamos em ter pacotes específicos para as agências de viagens" "No verão temos estrangeiros, temos muita gente, ingleses, alemães e franceses, mas mais ingleses e franceses, porque nós passamos a informação dos hotéis daqui" "…nós actualmente já temos trilhos pedestres feitos em Viana, em Caminha, Paredes de Coura, em Melgaço e em Tui Espanha, agora queremos entrar nos outros concelhos todos, nós fizemos recentemente um pedidos às Câmaras todas no Alto Minho" "Os locais são escolhidos de acordo com a envolvente natural, primeiro tem que ter condições, depois tem que ser um local bonito, paradisíaco, no fundo nós somos uma empresa de serviços intangíveis, portanto temos que escolher locais bonitos e com pontos de interesse"

E1	“ Os clientes têm aumentado, têm aumentado as actividades. Esta actividade que vamos fazer para Castro Laboreiro é uma actividade de Inverno, temos é que conseguir fazer o calendário destas actividades atempadamente e lançar a informação para fora o mais rápido possível para dar tempo às pessoas escolherem e decidirem-se a participar na actividade”

E2	“Organizamos roteiros de carrinha, trilhos pedestres interpretados, trilhos equestres, passeios de canoa, roteiro de moto quatro, visitas guiadas, *paintball*, escalada, *rappel*, orientação, passeios de bicicleta todo-o-terreno, actividades com cordas, roteiros de todo-o-terreno, tiro arco e besta, *rafting*, ceias regionais, arraiais minhotos, levantamentos etnográficos e feiras medievais.” “Nós temos dois tipos de clientes, é a escola que procura a cultura da região. Depois há o desporto aventura que procura o *rafting, paintball* é uma faixa etária relativamente nova, são estudantes em férias, são professores, ou empregados de uma mesma empresa que se reúne num determinado dia para fazer um convívio.” “temos clientes que são escolas, grupos de escolas, normalmente acima de 20, 30, são turmas que vêm no âmbito de uma disciplina, que fazem o trilho, normalmente é o trilho do Mezio que tem uma componente histórica, cultural e regional e depois temos também um segmento de mercado que vem para os trilhos de médio e longo curso, que é uma classe média alta, é aquela classe que compreende o porquê de contratar um guia para visitar uma região.” “Trabalhamos muito com alemães, que é uma faixa etária dos 60 anos, são reformados. Os ingleses já não vêm tanto. O que é certo é que houve um decréscimo por aquilo que me apercebi, houve um decréscimo dos ingleses e um aumento dos alemães” “…numa fase inicial estávamos a fazer a promoção por intermédio de E-mail e Faxes para as escolas, solicitando visitas no âmbito das disciplinas de Biologia e História, depois fizemos uma página na Internet” “A nossa zona geográfica de actuação, preferencial, é a região do Alto Minho Interior, com maior incidência na área do Parque Nacional da Penêda – Gerês”

E2	"Porque são zonas de montanha e ainda conseguem transmitir ao visitante uma rusticidade e uma ancestralidade da nossa cultura muito vincada" "…em termos de evolução do sector estabilizou bastante. O onze de Setembro veio complicar um bocado o turismo aqui em Portugal e depois nós não temos boas infra-estruturas."

E3	"…aluguer de motos que é o serviço mais vendido, *paintball*, bicicleta todo-o-terreno, canoagem e depois atrás disso vem uma série de actividades que podemos englobar como escalada, *rappel, slide, rafting, canyoning* e tudo o que está ligado ao lazer. Já fizemos um baptismo de helicóptero" "Em relação às escolas temos férias desportivas, que é uma agenda que é feita em tempo de férias e que é direccionada aos estudantes." "…somos uma empresa que trabalha a 200% em época estival e se pudéssemos desenvolver mais, poderíamos trabalhar 300, 400 % que não teríamos problemas nenhuns nessa época." "As empresas e as escolas são a única forma de tentar sobreviver durante o Inverno, e para conseguir trazer as empresas para cá temos concorrência." "Digamos que em época estival 90% dos nossos clientes são estrangeiros" "Desses 90%, 75% são franceses, temos por exemplo ingleses e alemães em Junho e Julho e espanhóis um bocadinho durante todo o ano." "A nossa promoção é feita por publicidade, temos o nosso desdobrável, também o *site* e é mais ou menos isso. Depois temos correio para as empresas e escolas." "As actividades são realizadas exclusivamente no concelho" "Porque é uma terra onde temos praia, rios, temos um rio com águas calmas, temos um rio com água um bocadinho mais brava, não dá para fazer *rafting* ou *canyoning*, mas dá para ter um ar agradável e paisagens fenomenais."

E3	"Digamos que as perspectivas quando formamos a empresa tínhamos perspectivas muito maiores do que aquilo que conseguimos atingir, mas a empresa tem tido uma evolução, se calhar não a evolução desejável, talvez pela crise, porque o nosso produto como é um produto de lazer se calhar é secundário." "Agora acho que há mais procura, pois vendo só o número das empresas de animação turística, cada vez estão a criarem-se mais é porque há procura."

E4	"…mergulho, canoagem, percursos pedestres, *canyoning, paintball*, percursos de bicicleta todo-o-terreno, percursos de todo-o-terreno, tiro com arco, festas de aniversário, equipamentos de animação" "…nós temos a área de mergulho desde a formação." "…temos a área do turismo activo, onde temos todas as actividades conhecidas do desporto aventura, dos desportos radicais, *painball*, canoagem, tiro com arco, toda a actividade com cordas *rappel*, escalada, bicicleta todo-o-terreno, percursos pedestres" "…campos de férias que funcionam nas férias escolares, e por fim a animação de eventos que foge um bocado do turismo activo apesar de ser mais numa perspectiva de animar uma empresa ou fazer uma festa de aniversário de uma empresa, portanto dentro disso há várias hipóteses." "Em termos de clientes estrangeiros temos muito poucos, nem estamos neste momento muito preocupados com eles, queremos dar esse passo quando acharmos que as coisas aqui funcionam melhor a nível da própria empresa." "Em termos de formação, depende, nós temos algumas áreas que somos muitos independentes, por exemplo na área do mergulho, nós temos uma escola credenciada a nível internacional noutras áreas dependendo se estamos a falar de uma credenciação mais formal ou menos formal, damos alguns cursos, outros procuramos noutros locais." "Partindo de uma informação actualizada numa página da Internet, depois através de E-mail, ou seja, temos uma base de dados de clientes que nos vão contactando ou de clientes que fazem uma actividade connosco, onde tentamos que eles se mantenham informados e de certa forma fidelizados."

E4	"…esta questão do envio de E-mail é fundamental porque é um recurso barato" "…nós temos também uma política que é não mandar mensagem atrás de mensagem mas sim segmentar muito bem de acordo com certa área." "Depois temos alguma informação física de folhetos, panfletos, cartazes, que vamos distribuindo, temos um folheto base da empresa, de vez em quando fazemos uma publicações diferentes, o boca a boca é fundamental isso aí é passar a palavra em qualquer momento é aquela bola de neve que funciona muito bem, algumas publicações em revistas" "Desenvolvemos actividades no Vale do Lima e Vale do Minho e todas as áreas contíguas, ou seja concelho de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Paredes de Coura, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, depois no Vale do Minho, Valença, Caminha, um pouco em Cerveira e esporadicamente na zona do Gerês já que temos uma Parque Nacional" "Primeiro porque é a proximidade e com este eixo de acessibilidades que temos no vale do Lima, nós estamos com a sede em Viana do Castelo é muito fácil deslocarmo-nos em meia hora até Ponte da Barca, hoje em dia, a acessibilidade é muito importante." "…porque todo este território tem um potencial de ambiente espectacular" "Começamos agora a perspectivar que as coisas estão a avançar. Permite-nos desta forma sonhar com os pés bem assentes na terra que vamos conseguir por uma empresa a funcionar." "É uma evolução positiva, não lhe posso dar números de cabeça porque não os tenho de cabeça, nem claramente no papel, mas é uma evolução positiva,"

CATEGORIA C – PARCERIAS	
AS 1	"…estamos agora a criar protocolos com outras associações e empresas para abrir mais um bocado o leque de actividades com protocolos." "Actualmente só recebemos apoios da câmara." "Sim as infra-estruturas foram cedidas pela Câmara, estamos a pagar uma renda simbólica por assim dizer." "A Câmara para além de nos financiar e de nos ceder as instalações pontualmente, encaminha-nos as escolas, alguns grupos que se dirigem à câmara e que pedem informações ela encaminha-os para nós," " Estratégias concertadas com a Câmara, não, não existe" "Julgo que a autarquia poderia ajudar mais a encaminhar, podia ajudar-nos mais na publicidade" "A Câmara tem uns *flayers* de várias actividades que nós… nunca ninguém nos disse enviem para cá as vossas actividades, vocês fazem alguma coisa? O que é que vocês podem fazer? Há várias actividades que nós podemos fazer ou que estávamos a pensar fazer, tragam-nos, nunca nos perguntaram isso e acho que nessa parte falha nesse aspecto." "Nós sentimo-nos às vezes postos de parte." "Acho que por vezes há falta de diálogo entre as associações e clubes, também há muitos clubes, acho que muitas vezes falha a comunicação com a Câmara e é por isso que não existe essa oferta."

AS 2	"Hoje estamos dentro de todas as redes sociais, formamos as colónias de férias, damos a formação a miúdos pequenos, trabalhamos até com cegos, coisa que a maior parte dos clubes não o faz e nós fazemos" "Nós agora vamos adoptar uma política diferente para captar mais associados, o que nós fizemos foi protocolos com escolas, neste momento já temos protocolos com escolas de Caminha e V. N. de Cerveira, que são as mais próximas para que elas possam usufruir de regalias de preços"

AS 2	"Não é com a autarquia onde estamos sedeados, mas com todas as autarquias da região, temos uma relação muito positiva, muito boa, com protocolos assinados com várias delas" "Recebemos apoios da autarquia, uns com base no contrato programa, outros por actividades que fazemos no concelho. Existem concelhos que compram nos pacotes de actividades para trabalharmos com os jovens" "Então temos que trabalhar com os mais pequenos, com juventude em risco, e portanto temos protocolos assinados" "Estratégias concertadas com as autarquias, não, nada disso, um desconhecimento completo por parte delas em relação a esta matéria" "…quando se fala de percursos pedestres existe uma componente política para o autarca, mas este na maior parte das vezes, não vê o potencial que aquilo pode ter em termos turísticos, ou em termos de investimento turístico" "Ao fim ao cabo, nós temos o Caminho de Santiago que se calhar é um bom exemplo, ou mau exemplo, em Portugal é um mau exemplo, não está a ser feito nada, mas vemos o Caminho de Santiago em Espanha, ultrapassa a fronteira política, é um potencial turístico, e económico" "…há falta de infra-estruturas, de alojamento, de apoio ao alojamento, de pedestrianista, há falta de restauração, que às vezes não é preciso restauração, mas um equipamento que permita que as pessoas tenham acesso a um lanche típico."

E1	"…a escola de *wind-surf* é a única actividade, que temos uma parceria com um colega nosso de Educação Física que é da Póvoa do Varzim" "As parcerias que nós temos são para a realização de algumas actividades. Por exemplo para o *paintball* temos uma estrutura móvel que pode ser montada em qualquer sítio, mas não temos os insufláveis e se calhar quem tem os insufláveis não tem a estrutura móvel, ou seja, quando precisamos dos insufláveis eles alugam-nos e nós vice-versa, a gente aluga-lhes a estrutura, portanto basicamente as nossas parcerias são essas."

E1	"A nossa autarquia já nos pediu orçamentos para actividades" "Gostaríamos de realizar mais actividades com as autarquias, gostaríamos de realizar parcerias que poderiam beneficiar os dois, por exemplo nós e eles existe muitas formas de fazer actividades " "… a Câmara conseguia para uma actividade a custo zero, nós ganhávamos o excesso de patrocínios e actividade realizava-se" "Agora tem é que haver mais comunicação entre empresas e as câmaras, portanto nós temos as formas de ir buscar o dinheiro, e as câmaras também tem oportunidade de ter uma actividade gratuitamente".

E2	"…temos parcerias com empresas de desportos aventura" "…é mais fácil vender um produto onde o senhor já engloba alojamento, animação e gastronomia, do que estar a solicitar para vir passar dois dias no hotel e depois é que a pessoa ainda tem que ir à procura de animação" "Temos uma parceria com alguns hotéis mas não tem dado grande fruto. Continuamos a tentar fazer parcerias com hotéis. Esta semana, temos uma reunião com um hotel para tentar saber de que maneira podemos enquadrar com o alojamento do hotel aquilo que fazemos lá em cima" "Continuamos a tentar fazer parcerias com hotéis" "Com as autarquias não existe relação possível" "…nem sequer as nossas actividades foram incluídas na agenda cultural da terra independentemente das actividades que fazemos"

E3	"Temos parcerias com outras empresas, onde enviamos clientes para outros sítios e também recebemos clientes de outros locais, porque no fundo existem os custos de deslocação." "Em relação a instituições não, a não ser com a Enatura que temos uma parceria com eles ao nível dos materiais, mas não propriamente ao nível de actividades e clientes."

E3	"… a Câmara faz algumas reuniões, mas fica tudo no papel, depois quando passamos para o terreno isso não se concretiza..., se calhar também é um bocado culpa nossa…, não sei, mas não se chega a desenvolver não sei porquê." "Acho também que em relação à implantação da nossa empresa cá no concelho, não digo que somos ajudados muito pela nossa Câmara." "Não existe nenhuma relação com a autarquia"

E4	"Vivemos muito com as parcerias, são muito importantes para nós e queremos cada vez ter mais." "Uma parceria tem que ter uma base muito sólida de objectividade, e nós temos algumas entidades, associações académicas, não apenas ao nível dos alunos, mas também em termos oficiais, reitoria. Temos também com a hotelaria. Temos alguma facilidade em reunir os alojamentos para as pessoas" "…são sete ou oito parcerias consolidadas e que são fundamentais, de facto há interesses comuns." "…há uma falta de ligação de alguns agentes do sector, estamos a falar de câmaras, associações, regiões de turismo, associações municipais." "Não, de uma forma formal, parcerias com câmaras não desenvolvemos." "Eu falo com um agente qualquer duma Câmara, não sabia que faziam isso, tem que mandar cá, tem que não sei quê…. Se há interesse deles, e se há interesse nosso no dia a seguir marcava-se uma reunião, mas as coisas no dia a dia não são assim, há sempre muito que fazer (…) a função pública" "Existe uma relação neste momento que poderia ser mais consistente, nós nunca ensaiamos nada com a Câmara Municipal" "…há aqui um espaço de manobra interessantíssimo para, de facto, à medida que a necessidade do sector se vai compondo, se definirem estratégias comuns, numa tentativa de optimizar recursos. Não vale a pena ter uma Câmara a investir em qualquer coisa, sabendo que ao lado existe uma empresa que já faz e faz bem"

E4	"…, quando há vontade, politicamente falando, de desenvolver qualquer actividade seja ela, ambiental, turística, as câmaras deviam também elas olhar à sua volta, ver os agentes e o tipo de associações. " "Atenção que há associações que trabalham muito bem e em certas actividades tem mais ligação como é óbvio, tem um estatuto diferente do privado, tem outra ligação com as câmaras."

CATEGORIA C – LEGISLAÇÃO

AS 2	"Em Portugal acha-se que a Federação é que deve homologar os percursos pedestres, quando não tem poder jurídico nenhum, nem sequer vem no diário da república, elas devem sim regulamentar a actividade, promover um regulamento para a actividade." "É ao nível da montanha que a legislação é, sem dúvida, um problema. Ao nível dos percursos de montanha nem se fala" "É a modalidade que alberga mais gente no grande bolo do montanhismo e que traz maiores impactos à natureza, portanto em termos de infra-estruturas pode ser aquela que traz mais conflitos entre o promotor e o território, e isso não está regulamentado." "As pessoas ultrapassam muitas vezes aquilo que é legal. A utilização de uma via pública, por ser pública faz com que toda a gente tenha acesso, não é bem assim, podemos ter acesso mas não podemos utilizá-la para outros fins sem uma autorização do gestor." "Eu posso dizer que estou nisto desde 1994, a marcar percursos e a trabalhar com as populações, aquilo que poderia ser um bom instrumento de desenvolvimento local, de promoção turística, de levar alguma estrutura organizada a nível territorial, muitas vezes fica em causa, porque as pessoas não respeitam o titular da propriedade" "Esse é o principal problema. Os percursos pedestres, que é a disciplina e a infra-estrutura mais simples não estão regulamentados."

AS 1	" A legislação deveria ser mais exigente com a formação" "Estas actividades acarretam algum risco sendo necessário possuir alguns conhecimentos, portanto deveria haver mais rigor em avaliar os técnicos que promovem estas actividades"

AS 2	"A falta de legislação é prejudicial não só para quem promove, mas também para quem é dono do terreno e quem se aproveita da infra-estrutura para fazer outros percurso." "Fala-se muito e sai muita legislação sobre turismo e natureza, mas quando se fala das infra-estruturas que deviam estar devidamente normalizadas, não existe ninguém que toma coragem de avançar e são coisas muito simples."

E1	"Houve uma confusão com a legislação. Entretanto eles emitiram mais um aditamento, por assim dizer, em que para fazer actividades de água, ou seja tudo que for competência do ministério da defesa é preciso emitir esse alvará. Portanto temos dois alvarás." "…muitas vezes as pessoas quando contratam uma actividade não sabem, nem perguntam se uma empresa está licenciada" "A primeira coisa que se deve pedir é se uma empresa esta licenciada para fazer uma actividade ou não, não é dar uma actividade a pessoas ou a empresas que não estão preparadas para fazer as referidas actividades" "…se lessem a legislação sabiam que aquela associação não pode realizar aquela actividade, só isso já invalida, ou seja, eles nunca poderiam optar por aquela pessoa. Se soubessem aquilo que nos é exigido a nós a nível de segurança e outras situações eles se calhar perceberiam melhor os nossos preços. Temos sempre grandes problemas com as Câmaras e com outras instituições precisamente neste sentido" "A única dificuldade que sempre temos é a concorrência desleal que existe." "Muitas vezes fazemos preços espectaculares, arranjamos preços muito bons, e ficamos revoltados porque estamos a dar um serviço bom a preços espectaculares e optam se calhar por uma associação sem fins lucrativos que se calhar nem pode fazer actividades de animação para terceiras pessoas"

E2	" A legislação é um grande problema, basta ver o número de empresas que estão a trabalhar sem estar legalizadas" "Hoje em dia, qualquer pessoa pode comercializar estas actividades"

E3	"…há muitas empresas no mercado que não são legais e que fazem muito concorrência às empresas legais."

E4	"…as próprias autarquias e associações municipais começam também a promover actividades, não sei se legalmente ou não, há excepções à regra, mas isto requer um alvará e de facto há diferenças entre uma empresa privada, uma associação, uma câmara municipal e por aí fora." "A legislação não tem evoluído, mas estou um bocado com falta de informação sobre o que possa estar a ser desenvolvido. Mas é obvio que a legislação assim como está não chega, criam-se vários vazios." "…o facto de nós não podermos organizar um produto de fim-de-semana com alojamento e alimentação." "Neste momento legalmente é inviável, nós só temos que nos dedicar à animação. Depois temos que partir para os operadores, mas onde é que eles estão?" " Depois a questão da formação, acho que há mínimos que seriam exigíveis em termos técnicos para algumas actividades funcionar, não é o caso, qualquer pessoa monta uma empresa, amanhã pega num todo-o-terreno, paga um alvará, paga 500 contos e está a andar." "…as empresas de animação turística têm uma série de requisitos de impostos de exigências e muitas vezes uma associação não tem, uma Câmara pode também não ter, devemos analisar muito bem as coisas e criar a chamada concorrência leal." Se calhar a legislação carece de critérios diferentes para pôr no mercado todas estas entidades que têm legitimidade para realizar actividades." "A legislação deveria ser revista para criar limitações"

CATEGORIA D – SUSTENTABILIDADE	
AS 1	"…são dez anos a promover a parte ambiental e fomos nós que iniciámos a recolha das pilhas, toneladas de pilhas. As pessoas já sabiam, tenho aqui pilhas vamos levar para a associação" "Já fizemos várias limpezas de praias com os miúdos, não procuramos dizer apenas apanhamos tanto lixo, mas também, dizer vejam lá como ficou a praia." "Sobre a Agenda 21, não nunca ouvi falar"
AS 2	"Eu falo do primeiro refúgio de montanha do país, que pertence à comissão de baldios, nem sequer à junta de freguesia, e o protocolo que nós fizemos com essa junta de baldios, foi que parte das receitas, 10%, 20%, revertem a favor de projectos comunitários." "…nós sempre que tentamos trabalhar dentro de uma comunidade rural de montanha, queremos que ela seja integrada no projecto, não queremos chegar ali e dizer «vocês tem que adoptar as nossas directrizes», não, nós queremos fazer a nossa parte, mas valorizar aquilo que é deles" "… o refúgio é uma óptima experiência, é auto-sustentavel, é um exemplo que resultou. O refúgio funciona a energia solar, tem aquecimento central a lenha, também é autónomo em termos de água. Então vemos isso como um exemplo." "Para mim, o desenvolvimento sustentável é o incremento de políticas e a materialização dessas políticas em projectos realmente que levam à sustentabilidade do espaço natural, à herança pós-geracional, mas também, a um melhor bem-estar da população residente" "Sustentável é criar condições para as pessoas e para o meio ambiente, sobretudo para as pessoas que residem nos locais" • Conhece a Agenda 21? Qual a sua opinião acerca? "Já ouvi falar, mas não tenho um conhecimento muito profundo sobre o tema."

E1	"…se nós realizamos actividades aqui, parte desse dinheiro que reverte para a autarquia pode ser utilizado para manter, por exemplo, trilhos limpos, manter leitos de rio devidamente limpos e navegáveis e outras situações." "…por exemplo, eu faço um pacote de uma actividade onde vou incluir alojamento, alimentação, produtos locais, eu estou a utilizar os serviços daquele concelho ou daquela freguesia, no fundo, estamos a trazer pessoas de fora, as pessoas estão a utilizar, estão a deixar o seu dinheiro, podemos chamar a isto uma forma de turismo sustentável" "Desenvolvimento sustentavel é utilizar os recursos naturais, utilizar sem os danificar, parte das receitas da utilização desses recursos naturais deverão ser utilizados para manter esses recursos, parte do dinheiro tem que reverter para pagar a limpeza por exemplo." "Não conheço a agenda 21"

E2	"Primeiro são dois recursos humanos com competência, com conhecimentos da região a partir daí, repare, uma coisa é você fazer uma visita a uma terra com uma pessoa que não conhece e outra é fazer uma visita com uma pessoa que conhece" "Desenvolvimento sustentável, na minha opinião, tem que se rentabilizar a si próprio, é preciso que as verbas canalizadas pelo turismo, sejam bem administradas." "…quando se fala em ambiente e sustentabilidade são palavras que estão na moda e fica bem falar, porque no fundo se você lhes perguntar o que é sustentabilidade eles não sabem explicar" "Não conheço a Agenda 21"

E3	"Eu acho que toda a gente sabe que hoje em dia o turismo não é só Sol e Praia, acabou, não sou eu que o digo, portanto, se o turista procura algo mais, nós poderemos oferecer esse algo mais e estamos a contribuir para o desenvolvimento, seja ele de uma aldeia, de uma cidade, de costumes ou de tradições." "Acho que no fundo para conseguirmos desenvolver essa actividade sustentada, a aldeia, a cidade, todos temos que trabalhar em conjunto. Pois quando o cliente fica contente com as férias, ele regressa, portanto é a única forma de termos um desenvolvimento sustentável." "Sim já ouvi falar, já estive na agenda 21" "…depois daí nada foi feito continua tudo igual."

E4	"Penso que sim, bastante a nível local, ao nível de uma dimensão pequena, mas como estava a dizer isto é uma bola de neve e eu acho que nós também temos de encarar esta actividade como um processo que nasceu há pouco tempo em Portugal, mas as pessoas vão repetindo, vão-se consciencializando, vão cada vez mais aderindo e portanto podemos aproveitar isso para fazer um bocado boas práticas ambientais" "…se tivermos bons exemplos nas actividades, tivermos monitores que corrijam situações menos aceitáveis, se aceitarmos que estamos a descer o rio para falarmos um bocadinho daquela bacia ideográfica, para apontar os bons exemplos" "…essa utilização que é inevitável, ou seja nós temos que levar os clientes a fazer uma actividade, seja ela canyoning, que é uma actividade que tem muito pisoteio, nós temos que criar condições para que os recursos se mantenham vivos, sustentados, regenerados, ou seja, não criar pontos de rotura com o equilíbrio." "Passando para a actividade económica, as preocupações que eu tenho a nível da empresa para, de facto, não estar a prejudicar o desenvolvimento da minha região ou local, passa por utilizar esse chavão, ou seja, desenvolvimento económico." "Recursos minimamente utilizados, nós temos por exemplo actividades em áreas protegidas e podemos fazê-las ao lado de paisagens protegidas, com a utilização de tecido humano da própria região, não utilizando mão-de-obra do exterior."

E4	"Já ouvi falar da agenda 21, não estou muito à vontade no tema, mas de certa forma são apontamentos, são direcções que foram feitos por uma série de países, que de facto identificam os problemas para criar mecanismos que imponham regras mínimas de regeneração dos recursos."

ANEXO 3. B – SISTEMA CATEGORIAL DAS AUTARQUIAS

CATEGORIA A – POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO	
AT1	"Temos um leque bastante variado de paisagens para oferecer, temos mar, rio, montanha, para além disso, temos um património bastante rico e com valor histórico" "… o nosso potencial está muito voltado para a questão do turismo e essas áreas estão muito relacionadas com o turismo".
AT2	"Temos como pólo de atracção o património cultural, arquitectónico e ambiental. " "…somos a capital de Portugal dos solares, temos neste momento setenta solares na rede de solares de Portugal"
AT3	"O município antes de mais tem natureza" "Oferece natureza, a beleza da natureza, o rio e outros. O rio a montanha, a Serra Amarela, essencialmente isso" "Temos a pesca, a caça desportiva" "Gastronomia, turismo nocturno e lazer, e nós temos condições para oferecer, temos serra, temos rio." "Sabemos que existem municípios que oferecem muito e têm muitas melhores condições. Portanto não podemos querer criar de repente algo que não faça sentido."
AT4	"Temos, de facto, um riquíssimo e bem tratado património construído e um excelente potencial ambiental e paisagístico." "…é evidente que o equipamento natural que nós temos, o nosso privilégio é o mar e o rio"

CATEGORIA B – DESPORTO	
AT 1	"O nosso pelouro do desporto é encabeçado por um vereador que sou eu, entretanto, nós temos também um técnico superior na área do desporto, temos o apoio de um administrativo e um animador sócio-cultural." "O Técnico superior faz a gestão de tudo o que são equipamentos municipais, acaba também por propor actividades desportivas para serem promovidas pela Câmara Municipal e de implementa-las no terreno." "Em relação ao animador sócio-cultural faz animação nos Lares e Centros de Dia com os idosos" "Pretendemos essencialmente fomentar a prática do desporto em todas as idades" "Em termos gerais, tentamos também fomentar o desporto nos adultos e na terceira idade, através de iniciativas nos Lares e nos Centros de Dia." "…tentar melhorar a qualidade do serviço que era prestado, quer em termos da gestão das infra-estruturas, quer em termos de dinamização desse mesmo espaço." "A Câmara têm um protocolo assinado com a própria associação onde a Câmara dá uma apoio financeiro e logístico na manutenção desses trilhos enquanto que a associação faz a sinalização dos percursos e vai dinamizando e promovendo esses espaços." "…em termos de protocolo, neste momento só temos com uma associação. Com as empresas temos recorrido espontaneamente sempre que é necessário dinamizar algum tipo de actividade." "Em relação à associação temos recorrido para nos organizarem campos de férias e actividades de verão para jovens e adolescentes." "As actividades, umas são promovidas pela autarquia, e outras são promovidas por empresas de animação ambiental e turística que temos no nosso concelho." "são empresas com carácter profissional, com experiência nessa área e tentamos que haja essa parceria para que essas actividades se realizem."

AT 1	"Há pouco tempo iniciámos também uma actividade denominada Domingos Activos, que pretende realmente proporcionar a toda a comunidade diferentes actividades desportivas" "…já realizamos caminhadas, dentro das caminhadas, tentamos proporcionar diferentes percursos, com diferentes ambientes" "já tivemos baptismos de *Kayake*, temos também previsto actividades de dança desportiva, dança de salão" "O Pavilhão Municipal, que é uma infra-estrutura com bastante qualidade" "Em termo futuros temos previsto a criação da piscina municipal" "Requalificar alguns campos de futebol no nosso concelho" "Existe também o projecto de criação de uma eco-via" "temos quatro trilhos sinalizados com mapas e com um centro de interpretação na serra De Arga que está num espaço de sensibilização e divulgação das actividades que podem ser praticadas em plena serra De Arga."

A T2	"a política municipal é no sentido de desmunicipalizar para criar, o objectivo é claro, até do ponto de vista social, criar uma sociedade civil dinâmica e activa e não ter constantemente a intervenção do município" "temos como preferência o Clube Náutico que tem tido resultados desportivos assinaláveis" "Não, nunca tivemos uma proposta para avançarmos com um projecto na área dos desportos radicais. Temos actualmente em estudo uma proposta para uma pista de remo"

AT2	"O município, no fundo, é o apoiante destas colectividades e o sustentáculo principal destas colectividades" "Podemos entender turismo desportivo como criar competições ou torneios que atraiam muitos visitantes, não é esse o objectivo do município, o objectivo do município é, sem dúvida, fomentar o desporto nas classes jovens na formação e depois serem os próprios clubes a avançar com o projecto para a competição, para dar continuidade a esses projectos." "…temos também a eco-via da área da paisagem protegida que queremos que seja um motor ecológico a par da serra De Arga, portanto acho que deve ser uma grande aposta em termos ambientais não só no concelho mas da própria Valimar." "Criar aqui um eixo que vá do rio à montanha e criar um corredor ecológico de grande interesse e diversidade." "O que eu acho que é o mais importante das eco-vias, é o facto do município ter uma forte ligação ao rio, portanto, estão intimamente ligados, quer seja na literatura, quer seja na arte." "Porque não ligar um corredor fluvial que vai de Ponte de Lima, Ponte da Barca a Viana do Castelo, com um que percorra Caminha, Esposende e Viana do Castelo, e por sua vez prolongar até ao Lindoso e derivar para Penêda Gerês." "Assim, quer da parte do Hóquei em Patins quer da parte da Canoagem, criamos aqui torneios abertos de canoagem de nível nacional e que junta cerca de 300 pessoas que vêm de toda a parte do país." "descida do sarrabulho que é uma competição que atrai muitos apaixonados pela modalidade" "São os dois factores: é o torneio aberto da canoagem e é a descida do sarrabulho." "Devemos promover e apoiar e colaborar com as associações que levam a bom porto as actividades desportivas"

AT2	"Vamos avançar com a construção duma zona desportiva nova, estamos neste preciso momento num processo de elaboração do projecto, está a ser feito e desenvolvido o estudo prévio, é uma nova infra-estrutura desportiva com dois campos, à partida, e dependerá do financiamento." "…naturalmente, que a par disto temos o apoio às associações, temos uma associação de futsal, temos aqui uma outra associação de Basquetebol e temos outras associações, referi estas três porque são três que talvez desenvolvam a nível desportivo actividades com maior frequência, pelo menos, neste momento têm sido as que desenvolvem mais actividades." "Temos também vários polidesportivos espalhados pelo concelho, são à volta de sete pavilhões entre os escolares e os municipais" "os clubes estão a satisfazer e a dar resposta às necessidades locais" "temos o projecto das eco-vias praticamente concluído"

AT 3	"O pelouro do desporto é da responsabilidade do Presidente da Câmara, que tem no seu adjunto algumas competências entregues." "O desporto essencialmente dá apoio a nível do pavilhão municipal e das piscinas municipais." "…recentemente foi criada a escola de natação, e depois existem as várias colectividades que estão a desenvolver actividades como o Futsal sendo coordenado por um director técnico que é licenciado na área do Desporto, os professores de natação são licenciados na área do Desporto. Depois temos também alguns animadores nas piscinas, nos pavilhões, praticamente é assim que está estruturado o Desporto no concelho" "…na área do Desporto, temos que considerar antes de mais as associações e favorecer as actividades das associações, desde que, devidamente justificadas." "Esperamos que no final do mandato tenhamos a zona desportiva concluída" "Neste momento achamos que faz sentido termos uma zona desportiva, darmos apoio às associações para realizarmos estas actividades"

AT 3	"…temos o apoio às associações, temos uma associação de Futsal, temos aqui uma outra associação de Basquetebol" "… nós temos aqui na sede do concelho um esplêndido relvado que pode ser aproveitado juntamente com as Piscinas para fazer desporto, eu não lhe queria chamar desportos de praia, mas parecem não é? praia fluvial se quisermos, como o Voleibol e o Futebol" "Estamos a construir também os cortes de ténis junto ao rio" "Um relvado e um sintético, essa será a grande infra-estrutura que estamos a prever para os próximos anos a nível desportivo"

AT 4	"Portanto, o pelouro do desporto tem, de facto, uma responsabilidade política, o pelouro não é sozinho é o pelouro da Educação, Cultura e Desporto, é interessante a ligação destes três factores" "Aqui consideramos que essas três áreas são fundamentais" "Depois tem áreas funcionais de trabalho para o desporto e educação. Existe uma Divisão, Divisão da Acção Educativa e Desportiva" "…temos vindo a colocar em todas as freguesias um equipamento desportivo." "Agora, que tudo está criado, temos que desenvolver cada vez mais, e tenho este projecto com as juntas de freguesia para este mandato, que é dinamizar essas infra-estruturas, os campos de futebol, os polidesportivos." "Os hábitos desportivos não faziam parte da população, portanto é preciso com as juntas de freguesia, em conjunto com a câmara e com os clubes, organizem actividades nos polidesportivos, sobretudo, ao fim de semana, para criar hábitos"

AT 4	"Vamos investir também naquilo que chamamos o Polis do Mar que é, de facto, melhorar as condições para as práticas náuticas com os equipamentos náuticos, com a marina atlântica, incentivando cada vez mais as associações que existem na área do Surf, do *Wind-surf*, do *Kite-surf*, da Vela incentivá-las cada vez mais a promoverem grandes eventos internacionais, como já temos o Nacional e o Europeu de *Jets-sky*, o Europeu e até o Mundial de Surf e de *Wind-surf*, portanto promover esses desportos, com as escolinhas de surf" "…nós apoiamos mais de cem associações desportivas e recreativas. Portanto, na prática desportiva recreativa elas cobrem todas as modalidades e têm uma grande dinâmica, talvez por isso, a penetração das empresas torna-se um pouco mais difícil." "…nós vemos com muito bons olhos a vinda dessas empresas para o concelho." "Depois de satisfazer as necessidades básicas, vamos caminhar cada vez mais para a qualidade, oferecendo agora outro tipo de equipamentos, quer ligados ao mar, que ligados a outras actividades, que possam cada vez mais proporcionar um desporto cada vez mais qualificado." "…nós temos uma escolinha de surf com protocolos com escolas, há muito que os meninos, sobretudo nas escolas com problemas sociais, onde não tinham muito o hábito de fazer esse tipo de desporto, e, portanto, já temos protocolos com as associações, com a associação de surf" "Nós actualmente temos um clube de *surf*, um clube de *wind-surf*, um clube de *kite-Surf*, e temos quatro clubes náuticos, promovem vela e canoagem." " temos que desenvolver desportos de ar livre, assim como investir por exemplo numa ciclo via, que está quase pronta de dez quilómetros" "Em termos de infra-estruturas temos a ciclo via, a marina atlântica, os postos náuticos para o *surf*, para o *Wind-surf*. Nós ajudamos a fazer os projectos, a aprová-los, e depois temos parcerias"

AT 4	"Construímos agora um campo com qualidade com cinco courts" "Está previsto que os clubes náuticos, quer na margem esquerda, quer na margem direita agora no âmbito do Polis e depois no Plano de Pormenor de Darque tenham o seu espaço para construir os seus postos náuticos" "…avançar com a construção de um multiusos"

CATEGORIA D – SUSTENTABILIDADE

AT 1	"A importância destas empresas é bastante grande uma vez que toca numa vertente ambiental bastante importante, na questão do desenvolvimento sustentável". "O desenvolvimento sustentavel é um desenvolvimento equilibrado, que consegue promover diferentes vertentes de uma forma harmoniosa e isso implica obviamente a questão do desporto e da economia." "Desenvolvimento sustentável, normalmente, inclui vários factores, a questão económica, ambiental e social e todas estas vertentes podem ser promovidas ou tidas em conta na actividade que estas empresas têm" "Sim conheço a "Agenda 21 Local", estamos a desenvolver já alguns projectos nessa área, mas ainda estão numa fase de estudo."

AT2	"Eu diria que o desenvolvimento sustentável tem que quebrar algumas barreiras e reforçar a intermunicipalidade." "Infelizmente as comunidades urbanas não conseguiram ainda quebrar as barreiras. A intermunicipalidade ainda é muito ténue." "Se citar o exemplo da Valimar posso dizer que Caminha, Esposende e Viana do Castelo era de ter também um corredor ecológico ligado ao mar e Ponte de Lima e Ponte da Barca um corredor ligado ao rio."

AT2	"Esta comunidade é riquíssima e penso que estas potencialidades deveriam ser desenvolvidas em conjunto com os seis municípios em verdadeira articulação." "Felizmente, esse ordenamento do ponto de vista de novos empreendimentos, nesta região, ainda não é ofensivo, mas já era tempo de ter um projecto e um plano nacional de ordenamento do território." • Conhece a Agenda 21? Qual a sua opinião acerca? "Tem a ver com Quioto. Portugal não cumpre minimamente os preceitos da agenda 21, especialmente nas cidades."

AT3	"Desenvolvimento sustentável é uma palavra que por estar muito em voga eu não gosto nada." "Gosto da ideia, não gosto é da expressão." "Sustentar é sabermos para onde vamos, como vamos, para onde vamos e era como lhe disse hà pouco, neste momento precisamos de oferecer e divulgar." "…existem todas aquelas preocupações ambientais, estamos na zona de Parque Nacional, nós sabemos isso, agora, será que não existem valores que sejam admissíveis, que diferença fará para o ecossistema e para o volume de água que tem a albufeira, uma concentração, sei lá, de um litro dois litros de óleo, será que é um impacto negativo ou não, penso que tudo deverá ser medido, ou é só demagogia." "…aí a autarquia, eu acho que tem um papel importante" "Não, não conheço o programa «Agenda 21 Local»."

AT4	"Que a cultura e o desporto se auto-sustentem, porque os municípios terão cada vez mais dificuldades, quantos mais equipamentos nós temos, mais pessoal precisamos, mais investimento". "É construir os equipamentos, geri-los com qualidade, e procuramos fazer isso, tendo pessoal técnico adequado." "O ambiente tem custos, e nós temos que compreender que temos que continuar a investir no ambiente, para continuarmos a ter fábricas temos que investir nos resíduos sólidos, no tratamento das àguas residuais e portanto o poder económico tem também que absorver os custos do ambiente, portanto não é só estragar o ambiente." "…temos todos que olhar para as nossas cidades, sistematizar as suas fragilidades, estudá-las percebê-las, e ver como é que isso tem que mudar e como é que todos podemos contribuir para a qualidade de vida, e isso tem que ser um compromisso de todos." "Sim conheço programa «Agenda 21 Local», nós estamos com as cidades do Eixo Atlântico nesse projecto, ou seja, nós Portugal e a Galiza, temos vindo a desenvolver no sentido de aprovarmos a tal carta da sustentabilidade das cidades e de percebermos que o papel das cidades é fundamental."